

**INSTITUTO
FEDERAL**
Ceará



Relato do III Encontro dos NAPNE do IFCE

*Diversidade de saberes sobre acessibilidade e os
desafios para a inclusão*

Canindé, 2016.

*Minhas pernas não caminham, mas há olhos que não veem, há bocas sempre caladas, muitas
mãos que não seguram e braços que não abraçam – e, às vezes, nem sempre há braços – há mentes que se
esqueceram de abrirem-se para o sol.*

*Há muita falta em nós todos. Mas não estamos pedindo que tenham pena de nós.
O que importa saber é que estamos aí, ao lado de todo mundo, querendo apenas que
o mundo compreenda que foi feito para vocês e para nós.*

Ziraldo

Fortaleza/Canindé, 2016.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Coordenação Geral

- Agebson Rocha Façanha (Professor do *campus* de Acaraú/ Coordenador de Projetos Especiais da Proext)
- Diná Santana de Sousa (Professora do *campus* Canindé)
- Guilherme Júlio da Silva (Intérprete de Libras da Proext)
- Hellenvivan de Alcântara Barros (Pedagoga/ Coordenadora de Empreendedorismo e Incubadoras da Proext)
- Marcos Erick Rodrigues da Silva (Professor do *campus* de Fortaleza/ Chefe do Departamento de extensão social e cultural da Proext)
- Patrícia Fernandes de Freitas (Assistente Social da Proext)

Apoio à Coordenação

- Ana Leila Freitas Maciel (Técnica em Assuntos Educacionais da Proen)
- Andréa Acioly Maia Firmo (Psicóloga do *campus* de Caucaia)
- Germana de Sousa Vieira (Assistente Social - *campus* Morada Nova)
- Juliana de Brito Marques do Nascimento (Professora *campus* Sobral)
- Kelma de Freitas Felipe (Assistente Social *campus* Limoeiro do Norte)
- Lilian Freitas Coelho (Técnica em Assuntos Educacionais da DAE)
- Natália Parente (professora do *Campus* de Quixadá)
- Rafaela Sampaio de Oliveira (Assistente Social – *campus* Itapipoca)
- Samara Moura Barreto de Abreu (Docente do Curso de Licenciatura em Educação Física)
- Thaidys da Conceição Lima do Monte (Docente do Curso de Licenciatura em Educação Física)

Colaboradores/as Locais do *campus* Canindé – Discentes do curso técnico subsequente em eventos

Auzimara Barroso Sampaio
Camila Gomes Cunha
Cibele Yasmine de Assis dos Santos
Francisca Angélica Sampaio Craveiro
Francisca Lourane Brasilino
Kelvia Lanielhe Teixeira Vieira
Luana Carvalho de Melo
Maria Hírivna Uchôa da Silva
Maria Taynara Lima Almeida
Mary Chaves Sousa
Valdirene Serafim dos Santos
Vania Maria Oliveira Bandeira

Relatoria

- Andréa Acioly Maia Firmo (Psicóloga do *campus* de Caucaia)
- Ana Leila Freitas Maciel (Técnica em Assuntos Educacionais da Proen)
- Antônio Alan Vieira- Psicólogo (*campus* de Morada Nova)

- Carmen Laênia Almeida Maia de Freitas (Pedagoga do *campus* Morada Nova)
- Germana de Sousa Vieira (Assistente Social- *campus* Morada Nova)
- Guilherme Júlio da Silva (Intérprete de Libras da Proext)
- Hellenvivan de Alcântara Barros (Pedagoga/ Coordenadora de Empreendedorismo e Incubadoras da Proext)
- Júlia Mota Farias (Psicóloga Tauá)
- Juliana de Brito Marques do Nascimento (Professora *campus* Sobral)
- Lilian Freitas Coelho (Técnica em Assuntos Educacionais da DAE)
- Natália Parente de Lima Valente (professora *campus* Quixadá)
- Patrícia Fernandes de Freitas (Assistente Social da Proext)
- Rafaela Sampaio de Oliveira (Assistente Social – *campus* Itapipoca)
- Raquece Mota Honório Cruz (professora *Campus* Cedro)

Revisão textual

- Ana Leila Freitas Maciel (Técnica em Assuntos Educacionais da Proen)
- Lilian Freitas Coelho (Técnica em Assuntos Educacionais da DAE)

Diagramação e Projeto Gráfico

- Erik Castro

Local do evento: IFCE – *campus* Canindé

Total de campi participantes: 19 + reitoria

Total de participantes: em torno de 219

APRESENTAÇÃO

O III encontro dos Núcleos de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – Napne, aconteceu de 06 a 08 de abril de 2016, tendo como temática: *Diversidade de saberes sobre Acessibilidade e os desafios para a inclusão*.

O evento foi resultado de uma parceria entre a Pró-Reitoria de Extensão - PROEXT, o campus de Canindé e a Comissão Técnica para Política de Acessibilidade do IFCE. Ademais, tivemos apoio de entidades como a CHESF, ICES, ACEC, campus de Palhoça Bilingue do IFSC, APLID, CREAECE, COMDPD e da AL/CE, os quais foram fundamentais para a concretização do evento.

As palestras e as mesas redondas versaram sobre: a escola bilíngue para surdos; normatizações locais e nacionais sobre acessibilidade; estratégias metodológicas de ensino e avaliação da aprendizagem das pessoas com deficiência no ensino superior; altas habilidades e superdotação e as estratégias de inclusão; qualificação profissional e inclusão social; e relatos de experiência sobre as ações desenvolvidas pelos Napnes no IFCE. Ainda tivemos minicursos, apresentações culturais, vivências em salas temáticas e sensoriais e práticas de esportes adaptados.

As palestras e vivências ocorridas durante o evento possibilitaram à comunidade interna do IFCE e representantes de entidades locais de Canindé levantarem reflexões, questionamentos e sugestões, que será todas utilizadas como encaminhamentos para embasar a elaboração da Política de Acessibilidade do IFCE. A Política de Acessibilidade visa à melhoria no processo de ensino-aprendizagem das pessoas com Necessidades específicas, através da articulação dos núcleos da pesquisa e da extensão, assim como à ampliação das relações entre comunidade acadêmica e a sociedade.

Outro resultado importante foi à ratificação do interesse pela continuidade dos trabalhos integrados entre as pró-reitorias e a Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE), voltados aos/às estudantes autodeclarados/as com deficiência, bem como o envolvimento de mais servidores/as nas ações dos Napnes e, principalmente, a participação efetiva de estudantes e comunidade externa, além da ampliação das capacitações com as temáticas da acessibilidade.

Neste relatório, maiores detalhes sobre cada atividade está descrito por dia, horário e tipo de atividade realizada, trazendo os principais encaminhamentos do evento. Por último, segue avaliação realizada pelos/as participantes, bem como pela comissão organizadora do evento, a fim de aprimorar as ações desenvolvidas.

SUMÁRIO

1 RELATOS DOS MOMENTOS.....	5
1.1- 1º Dia- 06.04.2016.....	5
1.2 Minicursos – ocorridos na tarde do dia 06 e na manhã do dia 07 de abril.....	20
1.2.1 Recursos Técnicos em Avaliação Cognitiva: Diagnóstico e Intervenção.....	20
1.2.2 Acessibilidade na Web.....	29
1.2.3 O uso do Scratch como ferramenta pedagógica para o ensino.....	32
1.2.4 Práticas Educativas para as Pessoas com Deficiências Múltiplas.....	35
1.3 Encontro dos Professores de Libras.....	38
1.4 Relato da reunião dos/as tradutores/as e Intérpretes do IFCE.....	40
1.5 Reunião Técnica - Serviço Social.....	47
1.6 Relatos do 2º- Dia 07.04.16, às 14h.....	49
1.7 Relatos do 3º dia - 08.04.2016.....	61
2 AVALIAÇÃO DOS/AS PARTICIPANTES.....	72
3 AVALIAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA, CONSIDERAÇÕES FINAIS E AVALIAÇÃO DO CAMPUS CANINDÉ NO ATENDIMENTOS ÀS DEMANDAS DO III ENCONTRO DOS NAPNES.....	79
3.1- Aspectos discutidos entre comissão central que foram levados para reunião de equipe no campus Canindé.....	79
3.1.1 Potencialidades do evento e do trabalho desenvolvido pela equipe.....	79
3.1.2 Pontos a serem melhorados.....	79
3.1.3 Outros aspectos.....	80
3.2 Avaliação equipe da PROEXT (envolvida na organização do evento) e representante do campus de Canindé.....	80
4 GALERIA DE IMAGENS.....	82

1 RELATOS DOS MOMENTOS

1.1- 1º Dia- 06.04.2016

8h30- Apresentação Cultural

O grupo foi recepcionado no Espaço “ASA” do *campus* com o grupo de capoeira, projeto de extensão, coordenado pelo professor Andreyson Calixto de Brito, que acontece em parceria com a APAE local. O momento foi importante para já envolver os participantes em uma ação de pessoas com deficiência, desmitificando a ideia de limitação das pessoas com deficiência. Ademais de ter sido um momento oportuno para difusão das ações de extensão do *campus*.

Foto 1 - Apresentação do grupo de capoeira



Fonte: Patrícia Freitas

O credenciamento do evento teve início antes da apresentação cultural e se estendeu por toda a manhã. Foi executado por discentes do *campus* Canindé que colaboraram sobremaneira durante todo o evento.

9h- Mesa de Abertura

O diretor-geral do *campus* de Canindé, professor Francisco Antonio Barbosa Vidal, acolheu e saudou a todos os/as participantes do evento, falou sobre a felicidade de realizar o evento do III Encontro dos Napnes em Canindé, dada a historicidade e parceria entre o *campus* e as ações de acessibilidade. Em seguida, fez um apanhado histórico das gestões e pessoas do *campus* Canindé que foram e ainda são do Napne, dentre elas as professoras Raquece Mota Honório Cruz, Samara Moura Barreto de Abreu, Thaidys da Conceição Lima do Monte, Diná Santana e o professor Andreyson Calixto de Brito, que desenvolvem com êxito diversas ações de extensão no âmbito da educação inclusiva à comunidade de Canindé.

O discente Eronildo do Nascimento de Souza, graduando do Curso de Educação Física do *campus* supramencionado saudou a mesa e em seguida falou da satisfação de estar compondo o grupo de pessoas da mesa e da importância do evento, do aumento de profissionais que se dedicam à educação inclusiva e da visão do IFCE em promover o acesso a todos(as) e à inserção de atividades adaptadas. Destacou que existem desafios, que ele foi pioneiro no curso de graduação em Educação Física do IFCE *campus* Canindé e que o

ingresso dele gerou demandas e desafios, a partir dos quais foi necessário um maior engajamento, atenção e cuidado de muitos profissionais do *campus*, seja docentes, técnicos e terceirizados, para que ele não passasse por situações de exclusão dentro do curso. Expôs a necessidade de mais acessibilidade nos processos seletivos, no ingresso e no acompanhamento dos/das discentes com necessidades educacionais específicas.

O Representante do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Canindé parabenizou o grupo pela iniciativa na realização do evento. Em seguida, contou sua trajetória, destacando as violações de direitos e descrédito que a sociedade lhe impôs como desafio e missão de vida. Reforçou o pedido de que ações sejam destinadas às pessoas com deficiência, principalmente, no âmbito da educação, pela qual todos os seres humanos devem passar sem tantos sofrimentos e descrédito. Falou, também, do movimento de resistência e enfrentamento que constrói no espaço do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência e desejou um encontro produtivo e de engrandecimento para a região de Canindé e seu entorno.

Foto 2 - Fala da Pró-reitora de extensão na mesa de abertura



Fonte: Patrícia Freitas

A pró-reitora de Extensão do IFCE, Zandra Dumaresq, falou sobre a importância do evento para a rede de Institutos Federais, especialmente, dos *campi* do Estado do Ceará; parabenizou e agradeceu ao *campus* Canindé, nas pessoas do diretor-geral e da coordenadora do Napne, Diná Santana de Sousa, pela receptividade e esforços somados à equipe da Comissão Técnica em Acessibilidade do IFCE para a realização do evento. Por fim, analisou a importância da implantação de Napne em praticamente todos os *campi*, destacando a importância de avançarmos na discussão e engajamento das outras pró-reitorias, como a Pró-reitoria de Ensino, fundamentais para o êxito e resolutividade nas ações de acessibilidade, entendendo que o tema, para se concretizar, precisa estar presente nos saberes e práticas de todos/as os/as servidores e setores, pró-reitorias e comunidade acadêmica do IFCE.

Dando prosseguimento, fez uso da palavra o reitor do IFCE, professor Virgílio Augusto Sales Araripe, o qual saudou a mesa e parabenizou a organização do evento, destacando a temática central “A diversidade de saberes e os desafios para a inclusão”, parabenizou, ainda, a Pró-reitoria de Extensão (Proext), por meio da Coordenação de Projetos Especiais e da Comissão Técnica para a Política de Acessibilidade do IFCE e *campus* Canindé. Finalizou desejando um encontro produtivo nas discussões e seus encaminhamentos.

10h30- Conferência de Abertura: A Experiência Educacional Bilíngue (Libras/Português) do IFSC, Campus Palhoça, Como Desafio E Perspectiva Da Política Inclusiva.

Palestrante: Laíse Miolo de Moraes

Coordenadora da Mesa: Profa. Diná Santana

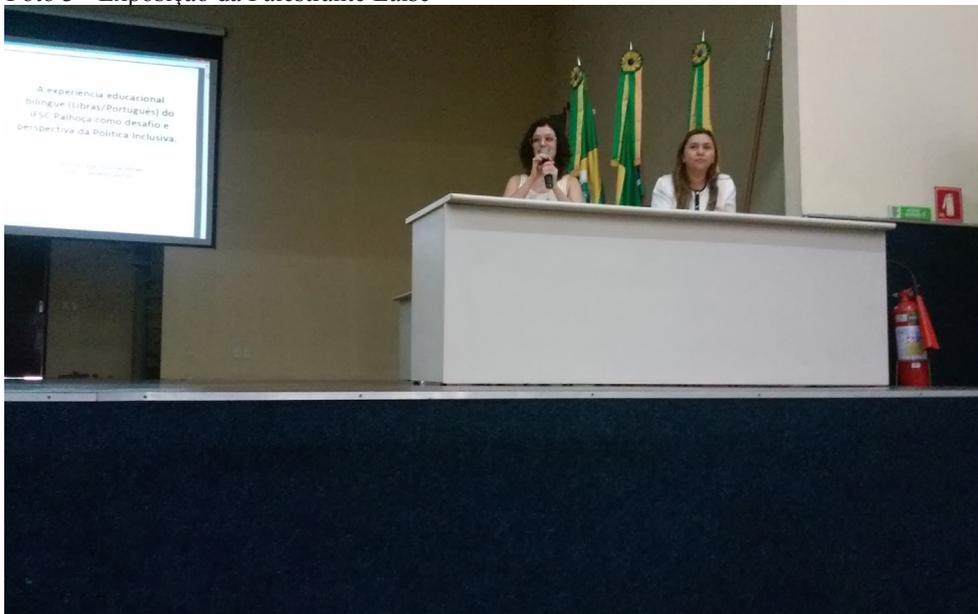
Profa Laíse iniciou a sua fala ressaltando que o *campus* Palhoça nasceu com a vocação de trabalhar de forma inclusiva. Salientou que os estudantes surdos têm muitas dificuldades com a língua portuguesa, dificuldades linguísticas, uma vez que não nasceram ouvindo. Mostrou números sobre o IFSC, que a instituição possui 12 mil discentes e cerca de 1.600 servidores/as, em 21 *campi*, atuando nos níveis fundamental, médio e superior. O *campus* fica localizado na região metropolitana de Florianópolis e é a primeira unidade da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica na modalidade bilíngue- Libras/Português. O *campus* articula ensino, pesquisa e extensão a partir dos itinerários formativos divididos entre dois eixos, multimídia e educação bilíngue, ofertando cursos de diferentes níveis e modalidades de ensino.

Ela apresentou os princípios do *campus*:

- ensino bilíngue, público, gratuito e de qualidade;
- compromisso com o desenvolvimento social, político e cultural das pessoas surdas;
- valorização da ética e da democracia na consolidação do *campus*;
- indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- reconhecimento político da pesquisa e da diferença cultural no ato de ensinar e aprender.

Apresentou em seguida o foco, a visão e a missão da instituição:

Foto 3 - Exposição da Palestrante Laíse



Fonte: Patrícia Freitas

- FOCO: educação de surdos na perspectiva bilíngue-libras/português;
- VISÃO: ser um centro de excelência em educação de surdos na perspectiva bilíngue – libras/português no contexto da educação profissional brasileira;
- MISSÃO: oferecer aos/às surdos(as) e aos/às ouvintes um trabalho de excelência em educação de surdos na perspectiva bilíngue – libras/português – na área do ensino, pesquisa e extensão.

Profa Laíse disse ainda que os cursos são voltados para uma cultura visual e estão de acordo com a capacidade dos surdos. O *campus* oferece cursos para a comunidade como cursos FIC, produção de material didático bilíngue. O curso de Pedagogia Bilíngue está em implantação. Apresentou todos os cursos ofertados pelo *campus*:

- FIC: Libras (Básico, Intermediário e Avançado), Português como L2 para Surdos e Instrutor de Libras;
- Técnico Subsequente: Produção de Materiais Didáticos Bilíngue em Libras/Língua Portuguesa, Tradução e Interpretação de Libras;
- Especialização: Educação de Surdos: Aspectos Políticos, Culturais e Pedagógicos;
- Graduação em construção: Pedagogia Bilíngue EaD.

Enfatizou que os profissionais do *campus* empreendem esforços para ir atrás de estudantes surdos/as. Resumiu um pouco os desafios e perspectivas da Educação Inclusiva:

- política da diferença: comunidade linguística minoritária. Ensino na primeira língua do/a estudante. Libras para surdos como língua de instrução e Português como L2;
- turmas mistas ou turmas separadas (de surdos e ouvintes); dessa forma, não conseguiam dar atenção para os estudantes surdos, com 20 a 30 alunos ouvintes e 3 ou 4 alunos surdos. No momento, o *campus* tem somente uma turma com alunos surdos.
- manter turmas pequenas, com poucos alunos surdos;
- profissionais bilíngues e formação interna continuada;
- turmas com professor e intérprete e professor bilíngue;
- produção de objetos de ensino e aprendizagem em uma perspectiva bilíngue.

Prosseguiu dizendo que o IFSC não se sustenta só com a tradução, que são necessárias duas línguas diferentes, de modalidades diferentes: português (oral-auditiva) e libras (visual-espacial). Que a visualidade é fundamental para a cultura e identidade surda e, dessa forma, no *campus* tentam trabalhar capacidades visuais. O site do IFSC, *campus* Palhoça, é bilíngue e tem a Libras como primeira língua, o que se constituiu como um desafio. A quem tiver interesse disponibilizou o *link*: <http://www.palhoca.ifce.edu.br>.

Constantemente os profissionais buscam oferecer toda a estrutura necessária para os/as discentes. O site foi apresentado. Os *gifs* sinalizam o que tem em cada item. A professora acrescentou que o importante não é só a sinalização, mas o material didático e outros aspectos. Os materiais primam pela composição do linguístico com o imagético.

Apresentou as atividades envolvidas em torno da produção de material didático bilíngue, quais sejam:

- produção de objetos de ensino e aprendizagem em uma perspectiva bilíngue;
- promover a investigação científica de métodos e técnicas relacionados a estes objetos.

Alguns resultados da experiência do laboratório de materiais didáticos do *campus* Palhoça Bilíngue do IFSC no desenvolvimento de materiais digitais bilíngues são fundamentados nas teorias de *design* instrucional e *design* da informação.

A palestrante coloca, outrossim, ser necessário que o professor faça um diagnóstico de cada discente para fazer um trabalho direcionado, de metodologia e avaliação. Ainda enfatiza que o/a surdo/a é como um estrangeiro dentro do país e sendo promovida a acessibilidade, ele vai se inserir na escola. É importante que se trabalhe duas línguas. Enfatizou ainda que a sua ideia era falar mais sobre as experiências

do *campus*, por isso trouxe as questões expressas acima.

Nas considerações finais, a professora Laíse salientou que mais do que adequar espaços para os sujeitos surdos, a utilização da língua de sinais na sua educação requer um tratamento específico, uma metodologia e avaliação específicas.

O estabelecimento de um ponto de referência para a educação, e mais precisamente, para alfabetizar o/a surdo/a e ensinar-lhe o português passa pela compreensão de QUEM É ESSE SUJEITO SURDO: quais são as características que fazem dele/a uma pessoa diferente, sua história de vida, possuidor de uma cultura diferente, apesar de estar fisicamente imerso na cultura dos/as ouvintes.

Concluiu dando ênfase a um dos conceitos de linguagem, que é um instrumento mental intimamente ligado ao desenvolvimento do pensamento, e, conseqüentemente, ao desenvolvimento da inteligência.

Em seguida, deu-se início ao debate, abaixo apresentado por perguntas e respostas:

Questões/Reflexões

- **Patrícia Freitas - assistente social da Proext:** perguntou se houve resistências acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. Se o *campus* tem dados de quantos são os/as discentes e servidores/as surdos/as e como conseguem, na rotina de atividade do *campus*, ainda desenvolver pesquisas.

Resposta: O IFSC nasceu bilíngue, mas muitas pessoas não sabiam ou não conheciam bem a proposta. Os/as professores/as e a gestão lutam junto a reitoria. Houve conjecturas de que o próximo diretor será surdo. Salientou que no ensino médio os/as estudantes entram sem seleção, o critério socioeconômico é utilizado.

- **Juliana- professora de Libras – campus Sobral** – iniciou dizendo que quando entrou no IFCE, a primeira coisa que fez foi solicitar um campus bilíngue ao reitor. A realidade demonstra que os/as discentes surdos/as ou fazem o curso de Letras-Libras ou ficam em casa, ou atuam em subempregos. Ressaltou a beleza do trabalho do *campus* Palhoça e expressou seu desejo de o site do IFCE ter essa janela para surdos. Perguntou como a reitoria do IFSC recebe o *campus* bilíngue, ressaltando que o MEC dá recurso para o AEE e para as universidades públicas, mas para os IFs não existe recurso, acrescentando à sua pergunta, de onde o *campus* Palhoça retira esse orçamento.

Resposta: o *campus* com a sua política são bem aceitos. Um/a aluno/a vale por dois. Estão concluindo a expansão e o recurso para a expansão é utilizado para estruturar o *campus*. Há uma luta por mais professores/as de áreas específicas e professores/as que sabem Libras.

- **Hellen - pedagoga da Proext-** os/as estudantes surdos/as têm dificuldades de fazer leituras de materiais de língua portuguesa em casa. Assim, gostaria de saber se existe alguma proposta do MEC para auxiliar estes/as estudantes em casa.

Resposta- não existe por parte do MEC adaptações de materiais didáticos. O *campus* trabalha como pode e alguns/mas professores/as preparam esses materiais. O *campus* presta atendimento extraclasse. A produção de materiais provém muito do resultado de pesquisas de doutorado e grupos de pesquisa, mas o *campus* ainda não dispõe de um laboratório de produção de materiais, mas tem a ideia de implantá-lo, utilizando a EAD.

- **Rodrigo - psicólogo – campus Quixadá** - como é feita a interação entre a língua portuguesa e a Libras?

- **Aline - TAE - *campus* de Camocim-** como ficam as outras necessidades específicas?
O *campus* não possui outros/as alunos/as com outras necessidades específicas? O *campus* Palhoça oferece estrutura para receber estudante surdo-cego, por exemplo?
- **Comentário do professor João Neto - *campus* Acaraú-** quando as pessoas surdas fazem o ENEM, não conseguem ser aprovadas. Não temos histórico de surdos no IFCE. Temos 4 intérpretes. Nos esforçamos para mudar a situação e por mais conquistas para o estado do Ceará. Palhoça é um bom exemplo.
- **Comentário de Laíse em alusão à fala de João Neto:** O ENEM é excludente para discentes que tiveram uma educação mais inacessível. O ideal seria lutar para que o/a estudante tenha direito a fazer uma prova em Libras.
- **Diná - Professora de Libras - *campus* Canindé,** fez uma reflexão sobre como os/as estudantes surdo ingressam no mercado de trabalho. Ressaltou que é preciso contratar intérpretes para o mercado de trabalho recepciona-los/as. Salientou que é preciso difundir a língua de sinais e que o ideal é que todos/as soubessem Libras. Expressou seu sonho de haver provas acessíveis a todos/as. Reforçou a importância de usar as terminologias adequadas como educação inclusiva/necessidades específicas.

11h30- Relatos de Experiências dos Napnes dos *Campi*

Coordenação de mesa: Rafaela Sampaio de Oliveira – Comissão Técnica para a Política de Acessibilidade – *campus* Itapipoca

Representantes dos *campi* que fizeram a exposição de suas experiências:

Canindé: Samara Moura Barreto de Abreu – Membro Napne

Sobral: Juliana de B. Marques do Nascimento – Coordenadora Napne

Quixadá: Natália Parente de Lima Valente – Coordenadora Napne

O primeiro relato apresentado foi relativo à experiência no *campus* Canindé. Samara Moura falou do sentimento de acolhimento que se faz necessário para o desenvolvimento das atividades em educação inclusiva. Em seguida, relatou que o Napne de Canindé teve suas ações iniciadas a partir da Portaria DG 51 de 12.09.2012 e com a elaboração do relatório anual de acessibilidade, onde se abordou as condições de estrutura física e humana do *campus* de Canindé. No mesmo período também foi realizado o levantamento das pessoas com necessidades educacionais específicas no *campus*. Prosseguindo, apresentou o objetivo geral do Napne e os objetivos específicos. As experiências formadoras são atividades permanentes como o curso de extensão em libras que iniciou em setembro de 2013 e é coordenado pela Professora Diná Santana e já formou 400 estudantes.

O Projeto de Extensão Práticas Corporais Inclusivas teve início em setembro de 2013 e conta com 10 monitores/as voluntários/as – discentes do curso de Licenciatura em Educação Física; e atende 15 pessoas com deficiências visual e motora da comunidade de Canindé. Os resultados qualitativos alcançados pelo projeto são o fomento a inclusão, mobilização social e articulação intersetorial. Apresentou os eventos que o *campus* tem desenvolvido na área da inclusão:

- Inclusão através do esporte: potenciais e desafios;

- Seminário de educação inclusiva (2014);
- Semana acadêmica – com oferta de minicursos e atividades corporais adaptadas;
- I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

No campo da produção científica foram destacadas monografias, artigos e participação em congressos na área. Na área da expressão midiática destacou o Vídeo VC no IFCE 15 – link <https://www.youtube.com/watch?v=RBqXT5IdZ3g>, que apresenta as ações desenvolvidas no *campus*. Dentre as situações limites e desafios foram apontados, em termos gerenciais, o fato da coordenação do Napne não ter uma função gratificada e como desafio a necessidade de uma agenda permanente de educação inclusiva envolvendo professores/as, estudantes e técnico-administrativos.

Para finalizar, Samara apresentou um vídeo com fotos das ações desenvolvidas como o baile de carnaval, quadrilha aquática e atividades de motricidade na piscina, dentre outras e fez um agradecimento aos/às monitores/as e membros atuantes no Napne.

O segundo relato foi a experiência do *campus* Sobral, apresentando pela coordenadora do Napne, professora Juliana. Iniciou a apresentação informando que a atual comissão do Napne em Sobral formou-se a partir da portaria 29 de 10.09.2014 e é constituída por 10 pessoas (09 docentes e 01 estudante). O convite para a participação dos/as servidores/as foi feito a todos/as servidores/as, porém, no período, nenhum técnico-administrativo apresentou-se para participar, ela acredita que por não saberem o que significava o Napne e qual a contrapartida da participação.

Foto 4 - Explicação da professora Juliana



Fonte: Hellenvivan Alcântara

Juliana ressaltou o apoio dos/as gestores/as e da equipe de comunicação social do *campus*. No segundo momento, apresentou as estratégias para o desenvolvimento das atividades do Napne em Sobral como a participação no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Plano Anual de Ação (PAA), além da criação de um e-mail, facebook e blog. Outra ação foi a campanha de conscientização e divulgação do que é o núcleo, o que faz e o que são pessoas com necessidades educacionais específicas.

Paralelo a essa campanha foi realizado um levantamento dos/as estudantes com necessidades educacionais específicas a partir do Sistema Q-Acadêmico. Contudo, Juliana pontuou que esses dados não são consistentes, visto que estudantes marcam que são deficientes, mas que depois numa intervenção mais

apurada, não se caracteriza a deficiência, como também tem os/as discentes com deficiência e que não se declaram no referido Sistema. Os/as profissionais ligaram para os/as discentes que informavam que não eram deficientes e que haviam marcado a opção pela questão de ter que marcar algo para o sistema finalizar a matrícula ou porque apresentavam problemas na visão como miopia e por isso se consideravam deficientes.

Mais uma ação desenvolvida foi o Projeto Vivências Inclusivas, que ocorreu em fevereiro de 2015 – consistiu em uma primeira vivência na disciplina de Projetos Sociais do curso de Licenciatura em Física, em que os/as discentes e servidores/as vivenciaram situações relativas à deficiência física, auditiva e visual, e foram feitos levantamentos das barreiras físicas, atitudinais, comunicacionais e informacionais através de desafios, percorrendo um percurso no *campus*. A partir dessa vivência, percebeu-se que o *campus* ainda precisava de uma série de intervenções para vencer as barreiras e tornar-se acessível. A segunda vivência foi uma visita técnica ao Instituto dos Surdos como uma forma de divulgação do IFCE e das atividades desenvolvidas. Juliana ressaltou a importância de uma maior divulgação da parte do IFCE dos cursos que realiza e da estrutura que tem e comparou com o trabalho bem feito realizado pela UFC de divulgação da sua marca. A terceira vivência foi conhecer locais em que pessoas e animais vivem em situação de abandono social – lar de idosos, ONG de animais, entre outras, para que os/as discentes se sensibilizassem com a realidade de outras pessoas.

Também foi realizado no *campus* um ciclo de palestras sobre acessibilidade e inclusão nos meses de junho e julho de 2015, com o fim de informar as pessoas sobre como conviver com pessoas com deficiência, além de desmistificar sobre as deficiências. Foi usado um vídeo de sensibilização chamado “Dicas de Convivência” e até o tema do Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC) foi tratado, a pedido de um discente que tinha o citado transtorno e queria que as pessoas tivessem um olhar diferente para isso.

Na área da pesquisa está sendo feito, desde março de 2015, um glossário de Física em libras, para que a disciplina de Libras esteja em sintonia com as disciplinas, de modo que o material possa ser utilizado no cotidiano das ações.

O primeiro módulo do curso básico de Libras também foi considerado um sucesso, pois mais de 400 pessoas demonstraram interesse pelo curso, que inicialmente foi pensado apenas para os/as servidores/as e viu-se a necessidade de ser aberto para estudantes e comunidade externa (10 vagas para servidores/as, 10 estudantes e 20 para o público externo). A turma, atualmente, está em funcionamento.

Os próximos desafios são: a busca pelo selo de acessibilidade que é dado em Sobral para instituições avaliadas que apresentam os parâmetros acessíveis, a realização do festival de libras e do módulo 2 de libras.

Para finalizar, a Professora Juliana apresentou as potencialidades do IFCE para a área, apontando três sugestões: abertura de um *campus* bilíngue na região metropolitana, incentivo a publicação de livros e revistas na área da inclusão e a criação, dentro do IFCE, do selo de acessibilidade que seria dado pela reitoria como uma forma de motivação para o desenvolvimento das atividades nos *campi*.

O terceiro relato foi realizado pela Professora Natália – ***campus* Quixadá**. Iniciou apresentando o Napne e como começou suas atividades em março de 2014. Ressaltou que sempre teve o apoio da reitoria e da direção geral do *campus*. A primeira proposta de atuação foi montar uma equipe que envolvesse docentes e técnico-administrativos. Para isso a estratégia foi sensibilizar a todos/as mostrando a importância da temática, como também fazer um levantamento de dados sobre discentes com deficiência.

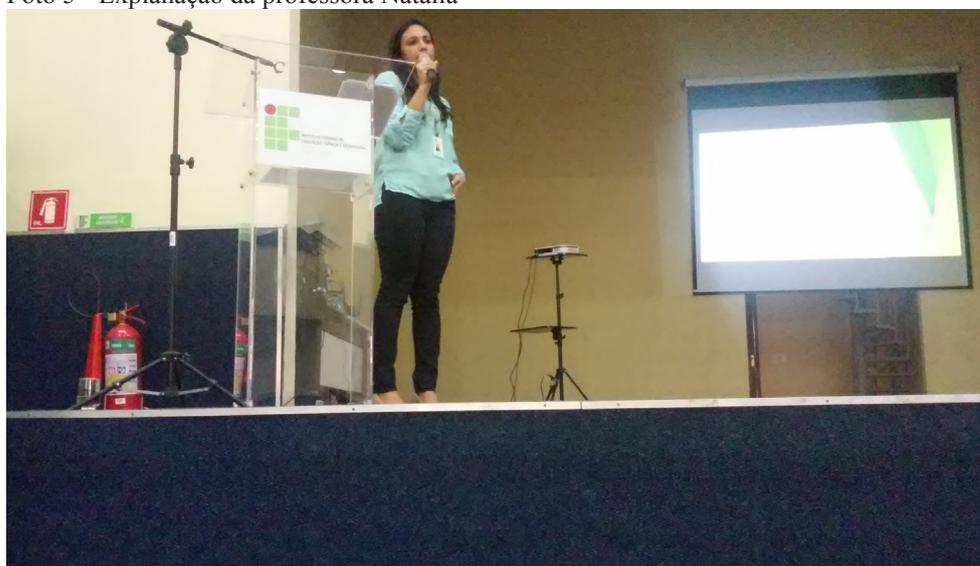
Atualmente, o *campus* tem uma equipe no Napne formada por: uma assistente social, uma enfermeira, psicólogo, 4 docentes e 4 bolsistas voluntários/as, desde o começo de 2015. Em seguida, apresentou os equipamentos disponíveis no *campus* e ressaltou que não tem nenhum estudante com deficiência aparente. Contudo, os equipamentos são usados para as atividades de sensibilização no *campus*. Informou ainda que um

dos equipamentos que têm é um kit com filmes e por isso está sendo articulado com um grupo de arte cultura do município para fazer apresentação desses filmes para a comunidade externa.

As ações desenvolvidas em 2014 foram o levantamento dos/das estudantes com deficiência no *campus* e a cada semestre essas informações são atualizadas. Houve uma participação de quatro servidores/as do *campus* que produziram material acessível para deficientes visuais, além da realização da I Mostra de filmes inclusivos. Também enfatizou a participação na elaboração e discussão do regulamento dos Napnes em Acaraú.

As ações desenvolvidas em 2015 foi o início de um grupo de estudos sobre educação inclusiva com a participação estudantes dos cursos superiores. Devido à grande procura, há inclusive com a exigência de o curso continuar no ano de 2016. Um dos destaques ainda no ano de 2015 foi a garantia da acessibilidade do bloco novo no *campus*, o qual, segundo Natália, é quase 100% acessível, tem rampas e banheiros adaptados. Lembrou que este bloco ainda não foi inaugurado.

Foto 5 - Explicação da professora Natália



Fonte: Patrícia Freitas

Também foi realizada uma “limpeza” nos dados referentes a pessoas com deficiência, entre alunos e servidores, havendo uma constatação de que 15 discentes declararam-se com deficiência, contudo após um filtro melhor de pesquisas identificou-se que eles haviam marcado de maneira errônea a questão ou prestaram informações inverídicas.

Outra ação foi a criação de um grupo de trabalho sobre as condições de acessibilidade do *campus* a partir de documentos orientadores e em parceria com os professores/as do curso de edificações desenvolvendo-se aulas práticas sobre o assunto. A atividade foi bastante exitosa, contando com boa adesão de discentes e docentes e por isso tornou-se uma atividade que será realizada em todo o começo de semestre.

Outro ponto destacado foi a inserção da temática da educação inclusiva em todos os encontros pedagógicos, sendo realizado um levantamento prévio sobre o interesse dos/as servidores/as e a partir desses dados é planejada a participação no encontro pedagógico.

Dentre as ações previstas, e algumas já aconteceram este ano, citou: a atualização dos dados dos/as discentes matriculados/as, criação de página no Facebook e atividade de acolhida para os/as alunos/as novatos/as. Foi realizada também uma atividade prática no bloco “novíssimo”, comparando a acessibilidade entre os dois blocos no *campus*. Outra ação que já está acontecendo este ano é o curso de capacitação a distância sobre educação inclusiva para os/as servidores e funcionários/as terceirizados/as, envolvendo 35

servidores/as, buscando cada vez mais a sensibilização dos envolvidos para as questões das condições de acessibilidade, inclusive com os/as servidores/as participando na parte presencial do curso das atividades práticas de avaliação da acessibilidade do *campus*.

No segundo semestre de 2016 está sendo articulada uma parceria com a CREDE 12 para apresentação do *campus* e articulação para ter acesso a todos os discentes inclusive tentando trazer mais estudantes com deficiência para o IFCE. Outras ações pensadas são: a II Mostra de filmes inclusivos e o I Ciclo de palestras do Napne, articulação de atividades de mobilização na matriz curricular dos cursos integrados técnicos e superiores, a partir do sucesso atingido pelo curso de Edificações, articulação com o grupo de arte e cultura do *campus* e o Neabi para as ações do mês da luta da pessoa com deficiência. E, para finalizar, Natália leu o trecho de um texto de Ziraldo que fala sobre acessibilidade, exposto na capa deste relato.

Após o fim da apresentação das três experiências, a coordenadora da mesa, Rafaela, deu início ao debate, estabelecendo, inicialmente um bloco de três perguntas.

Questões/Reflexões

- **Patrícia Freitas – assistente social da Proext** - inicialmente parabenizou a todos/as pelos relatos apresentados por ter a oportunidade de tomar conhecimento de experiências tão exitosas e de grandes potencialidades. Também se dirigiu à plenária e pediu desculpas às pessoas com deficiência visual e baixa visão por não ter áudio descrição e apesar de ter o folder em Braille, não o tem ampliado. Mas que isso será avaliado para ser providenciado em um próximo encontro. Patrícia dirigiu a primeira pergunta para todas as representantes da mesa, indagou sobre a ocupação da sala do Napne nos *campi*, questionando como isso tem acontecido e ressaltou que chegam algumas dúvidas sobre esse processo de ocupação na Proext e que a orientação dada inclusive para ser encaminhamento do III Encontro dos Napnes é que servidores/as e estudantes ocupem a sala do Napne para fazer grupos de estudo e trocas de experiência, mas é preciso deixar claro que não tendo nenhuma atividade coletiva nesse sentido que fique na sala apenas servidores/as disponíveis ao atendimento de pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas, de modo que garanta o atendimento sigiloso a esse público.
- Em seguida, Patrícia justificou aos/às participantes do evento que houve uma orientação para a mesa das palestrantes fazerem a descrição das imagens exibidas em suas falas (para facilitar compreensão de pessoas com deficiência visual) e por isso o tempo de fala ficou um pouco maior. A outra pergunta da debatedora foi direcionada para Natália, de Quixadá, sobre os recursos financeiros para as capacitações no *campus*: de onde vem e se esses recursos fazem parte do plano orçamentário do campus. Para finalizar, ela ressaltou a feliz parceria entre Napne e Neabi no *campus* Quixadá.
- **Kelma – assistente social - *campus* Limoeiro do Norte** - questionou a professora Juliana de Sobral sobre como se articula o ciclo de debates junto com as disciplinas de Projetos Sociais e como foi realizada a estratégia para aproximar os/as docentes do Napne. Kelma ressaltou que no *campus* Limoeiro do Norte não existe essa parceria tão forte com os/as docentes.
- **Eron – discente do curso de Licenciatura em Educação Física - *campus* Canindé** - inicialmente parabenizou as experiências apresentadas e ressaltou a experiência com a professora Samara na participação do Projeto de Extensão Práticas Corporais. Ele direcionou a pergunta para Quixadá

pelo fato do referido *campus* não ter discente com deficiência, mas mesmo assim desenvolve várias atividades. Perguntou de onde vem esse apoio se é do MEC, da reitoria e/ou da direção geral do *campus*.

Respostas:

Samara respondeu as questões referentes à sala do Napne do *campus* Canindé. Ressaltou que a ideia inicial foi “Vamos habitar a sala do Napne”, isso porque devido a conquista do espaço ter sido um momento de luta. A habitação é transitória por todos os membros, pois todos/as desenvolvem diversas outras atividades, inclusive fora da sala. Que o habitar coletivo e individual acontece sem o conflito de espaço e o habitar compartilhado é importante.

Juliana contextualizou que em Sobral não tinha sala e após uma solicitação foi liberada uma sala para o Napne, que a princípio ficou vazia, mas hoje ela é utilizada por três integrantes do Napne e só fica fechada quando os/as integrantes estão em sala de aula. Sobre a pergunta referente à participação entre os ciclos de palestras e o *link* com a disciplina de Projetos Sociais, disse que ela é a professora da disciplina e que gosta de trabalhar com projetos, por isso faz essa articulação. Em relação ao envolvimento dos professores/as no Napne disse que quando fez o convite informou que havia uma relação direta com a carga horária do/a professor/a como uma atividade complementar e achou que isso foi uma propaganda positiva para o envolvimento de docentes no Núcleo e que os técnico-administrativos perguntaram sobre essa relação com a carga horária e ela disse que não havia nenhuma orientação ainda e acha que por isso não houve um interesse maior por parte dos técnicos.

Natália respondeu que Quixadá tem uma sala pequena reservada ao Napne, que está sempre ocupada e que em breve essa sala será dividida com o Neabi, porém ressaltou que tem uma promessa de uma nova sala para o Napne no bloco novo, uma sala mais reservada. Sobre o questionamento do aporte financeiro para os cursos ela informou que não existe apoio financeiro e que hoje prevalece o desenvolvimento de ações pela boa vontade mesmo. Mas ressaltou que acredita que a parceria entre Neabi e Napne irá agregar todo mundo. Sobre o questionamento de Eron, ela informou que desde o projeto inicial do bloco novo já tinha uma solicitação do bloco acessível e que os/as professores/as de edificações contribuíram para a definição dos espaços acessíveis conforme a norma técnica NBR 90/50.

Nesse momento, Juliana pediu a palavra e ressaltou que o *campus* Sobral já é bem acessível. Após o debate a coordenadora da mesa encerrou o momento.

14h - Mesa Redonda: Normatizações Nacionais e Locais sobre Acessibilidade

Palestrantes: Guilherme de Brito Lacerda (Napne do *campus* Juazeiro do Norte) e Agebson Rocha Façanha (Coordenador de Inclusão Social da PROEXT)

Mediadora: Juliana de Brito Marques do Nascimento (Napne do *campus* Sobral)

O professor Guilherme de Brito, coordenador do Napne do *campus* Juazeiro do Norte, iniciou sua fala apresentando um recorte devido à complexidade do tema. Apresentou a legislação internacional referente à inclusão de uma maneira geral e focou na legislação brasileira, no que diz respeito principalmente à questão educacional. A seguir os pontos abordados pelo professor Guilherme em sua apresentação foram:

- contexto histórico;
- luta processual pela inclusão;

- avanços legais em relação à temática.

Sobre o último ponto, o palestrante indagou sobre a importância da lei no processo. Em seguida, explanou sobre essa importância, relatando que o conhecimento legal é essencial para o professor que trabalha com a inclusão. Contextualizou historicamente a luta. Apresentou a legislação internacional como inspiradora para a legislação nacional, cuja apresentação foi contextualizada com a realidade dos Institutos Federais. O palestrante afirmou que quando as solicitações são feitas com o amparo legal as vitórias são mais fáceis. Apresentou a experiência com uma aluna do IF de Juazeiro do Norte que informou ao Napne suas necessidades. As necessidades apresentadas pela aluna foram repassadas para os/as docentes que receberam muito bem as solicitações e foram prontamente atendidas, em parte pelo conhecimento legal dos direitos da aluna. Relatando esse caso, o palestrante reafirmou a importância do conhecimento da legislação, principalmente para os membros dos Napnes. O conhecimento sobre as leis pode tirar as atividades da “boa vontade” somente.

Após o relato da experiência do Napne de Juazeiro, o professor Guilherme citou a Constituição Federal do Brasil, a Lei 10.048/2000 (que prevê sanções para o não cumprimento), a lei 10.098/2000 (que apresenta critérios e normas para acessibilidade) e a NBR 9050. Foi informado que todos/as os/as participantes receberam um exemplar da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Após citar as leis, o palestrante apresentou de maneira mais detalhada a NBR 9050. Iniciou a questão relatando o não cumprimento dessa norma nos *campi* do IFCE. Utilizou como exemplo a falta de acessibilidade do auditório do *campus* de Canindé, principalmente em relação aos assentos. Alertou para o fato de que o texto da normatização é bem didático e que possui gravuras para facilitar o entendimento das questões de acessibilidade.

Foto 6 - Composição da Mesa



Fonte: Hellenvivan Alcântara

Sobre a Lei 13.146 de julho de 2015. Iniciou a apresentação dessa lei parabenizando a comissão organizadora por ter disponibilizado exemplares da Lei Brasileira de Inclusão para os/as participantes do evento. Direcionou sua fala para o capítulo IV (Do direito à educação). Nesse ponto, o palestrante chamou a atenção para a educação como um direito, sinalizou que no artigo 2º há a indicação de quem é a pessoa com deficiência, falou mais uma vez das questões da acessibilidade e do desenho universal. Embora tenha apresentado a lei de uma maneira geral, enfatizou que focaria no capítulo IV, principalmente por falar em

educação.

Apresentou, em seguida, o artigo 27 da lei supramencionada, que cita a educação como um direito da pessoa com deficiência e chamou a atenção para o termo utilizado: pessoa com deficiência. Enfatizou também a importância do parágrafo único “... É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação”. Nesse ponto, o professor Guilherme citou a importância dos Napnes que, embora tenham se perdido pelo caminho, hoje se estabelecem no âmbito dos Institutos Federais. Lembrou que os Institutos Federais são muito importantes na formação de professores/as, já que possui muitos cursos de Licenciatura.

Afirmou que é dever assumir a identidade da instituição. Relatou que muitos professores/as acham a inclusão interessante, mas que não assumem a responsabilidade sobre a sua efetivação. Relatou também a importância dos IFs produzirem tecnologias para a acessibilidade. Enfatizou ainda o papel político do Napne, afirmando que o Núcleo não deve tutelar a educação da pessoa com deficiência, pois a legislação fala em independência e autonomia dessas pessoas.

Seguindo, fez a leitura do artigo 28 e relatou também sobre a importância do Projeto Pedagógico dos cursos, que deve contemplar o atendimento às pessoas com deficiência, alertando para o fato de que a perspectiva inclusiva vai para além da deficiência. Apresentou também os incisos XIII e XIV, que falam do acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica. Sobre essa questão alertou para a importância de profissionais capacitados, de o Napne ser composto por uma equipe e não ser de uma pessoa só.

Finalizou expondo o artigo 30, ainda da mesma lei em discussão, que fala sobre os processos seletivos para o ingresso e a permanência. E, finalizou sua participação agradecendo o convite e fazendo um chamamento para a leitura da legislação, pois afirmou que o conhecimento legal ampara ao que se exige nas ações cotidianas.

Seguindo, tivemos a explanação do professor Agebson Façanha, coordenador de Projetos Especiais da Proext/IFCE. Iniciou sua fala relatando a importância de se colocar a legislação em prática. Em seguida, contextualizou os Napnes no âmbito dos Institutos Federais. Relatou que atualmente existem 18 Napnes. Em seguida, apresentou o Regimento elaborado no II Encontro dos Napnes realizado no *campus* Acaraú, em 2014, bem como os dados referentes à autodeclaração de discentes com deficiência nos *campi* no ato da matrícula. A saber: 334 estudantes com deficiência em 22 *campi* (Dados do Q' Acadêmico de fevereiro de 2016). Os/as servidores/as com deficiência que passaram em ampla concorrência não constam nos dados da Progep, o que se tem hoje de dados informados são: 27 servidores/as com deficiência, distribuídos em 17 *campi*.

Explicou em detalhes o regimento dos Napnes, enfatizando principalmente o papel deste núcleo no IFCE, relatando também sobre a importância da articulação com os outros setores da instituição. Ainda sobre o regulamento, relatou sobre a importância da equipe multidisciplinar no Napne e que a entrada no núcleo é por adesão. Informou que o Napne é vinculado à diretoria do *campus* e à Proext. Em seguida, apresentou as competências e as atribuições dos Napnes, ressaltando a importância da participação dos membros do Núcleo nas discussões do PDI e do PAA de cada *campus*.

Outros pontos apresentados foram: carga horária dos/as participantes do núcleo, formação da equipe, financiamento e manutenção. Por fim, apresentou o curso de Especialização em Orientação e Mobilidade, indicando o *link* para inscrição. Depois convidou todos/as para fazerem a leitura da Nota Técnica sobre adaptação de material didático, distribuída para os/as participantes do evento.

Ao final das apresentações, a mediadora da mesa, professora Juliana Brito, agradeceu aos

palestrantes e abriu para o debate. Três pessoas se inscreveram.

Questões/Reflexões

- **Patrícia - assistente social – Proext** - fez reflexões sobre a discussão tratada na mesa e disse ter ficado feliz de a Lei brasileira de inclusão trazer possibilidade de cobranças no ensino superior. Relatou a importância dos movimentos na luta e busca por melhorias. Falou também sobre a importância de se trabalhar no Projeto Pedagógico dos cursos, daí a necessidade de articulação dos Napnes com a PROEN.
- **Kelma – assistente social - campus Limoeiro do Norte** - relatou sobre a dificuldade do reconhecimento político do Napne pelos outros/as servidores/as da instituição. Falou sobre a resistência dos/as docentes em relação à adaptação de materiais para os/as discentes com deficiência, falando sobre a Nota Técnica que, segundo sua fala, ajuda na política, mas não na concretização das ações. Especificamente para o professor Agebson, questionou sobre o público que deve ser atendido pelo Napne. Os/as estudantes com TDAH devem ser atendidos pelo Napne? Já que não é sinalizado no regulamento?
- **Francizete - servidora do campus Crato** - Questionou sobre a carga horária para o técnico-administrativo participar das ações dos Napnes. Indagou também sobre como o Napne trabalha a questão de gênero e da diversidade, além disso, perguntou se alunos com dificuldades de aprendizagem devem ser atendidos pelo Napne.

O professor Guilherme iniciou as respostas. Ele falou sobre a importância de um planejamento antes de cada aula e que faz parte da atribuição dos/as professores a adaptação de alguns materiais, como, por exemplo, os *slides* utilizados nas aulas. Sugeriu que a recusa do/a professor/a nesse processo deveria ser entregue por escrito. Relatou sobre a importância de um trabalho educacional, sobretudo com os/as docentes para sensibilização dessa ação.

Professor Agebson iniciou suas respostas citando a Nota Técnica que foi elaborada a partir de uma demanda do *campus* de Limoeiro do Norte. Afirmou que a Nota foi elaborada em dois ou três meses e tem amparo legal. Afirmou ainda que existem ações que são de competência dos/as professores/as e não dos Napnes. Sobre o questionamento relacionado ao TDAH, afirmou que o regulamento não é imutável, que pode ser alterado a cada dois anos e que se for discutido e decidido sobre a inclusão de estudante com TDAH nada impede a mudança. Sobre a carga horária dos técnicos, afirmou que pode ser organizada para atender as demandas próprias de cada função e do Napne também. Finalizado o tempo da mesa, a mediadora agradeceu aos participantes.

1.2 MINICURSOS – OCORRIDOS NA TARDE DO DIA 06 E NA MANHÃ DO DIA 07 DE ABRIL DIA 06/04/2016- 17 ÀS 21H

1.2.1 RECURSOS TÉCNICOS EM AVALIAÇÃO COGNITIVA: DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÃO.

Facilitadora: Andrea Acioly Maia Firmo (Mestre em Saúde Coletiva – UECE, Psicóloga e coordenadora do Napne do IFCE *campus* Caucaia).

Andrea iniciou apresentando-se ao grupo. É Psicóloga do IFCE *campus* Caucaia, tem experiência na área de Saúde Mental, atua também como psicoterapeuta e docente.

Disse em seguida que há algum tempo vem buscando instrumentos e recursos de avaliação na sua prática. Diante disso, descobriu alguns recursos adaptados que podem ser utilizados por todos/as os/as

profissionais. Explicou que o minicurso terá dois momentos: um teórico, no primeiro dia e outro relacionado a recursos utilizados na prática, no segundo dia.

Andrea distribuiu folhas de papel A4 para os/as participantes e pediu que todos/as escrevessem um pouco de como cada um foi na escola ou algum caso que possa ter chamado a atenção, pois o relato pode especificar alguma dificuldade vivenciada pela pessoa ou alguém conhecido, tanto no ambiente escolar como profissional, que possa ter deixado alguma inquietação ou dúvida.

Após um breve período de tempo, Andrea solicitou que os/as participantes do minicurso concluíssem seus registros e pediu que quem tivesse interesse iniciasse a leitura do que foi escrito.

Os relatos se iniciaram. A primeira participante a falar tem baixa visão e expôs seu processo na escola, da dificuldade de sua mãe encontrar uma escola que lhe acolhesse e como foi o processo de alfabetização. Lembra que desde o 2º ano suas provas e atividades tiveram que ser ampliadas. Uma colega da sala fazia leituras em voz alta sobre o que o professor escrevia no quadro. Teve dificuldades em Física, Química e Matemática porque não conseguia enxergar as fórmulas e esquemas que os professores colocavam no quadro. A partir da 5ª série teve reforço escolar nessas disciplinas. Em relação aos/às colegas nunca sentiu preconceito, mesmo estudando numa escola grande e com perfil competitivo. Nenhum professor propôs um material diferenciado para ela. Era necessário um esforço posterior seu para acompanhar a turma. Para ela, os/as professores/as deviam se sensibilizar com a temática da inclusão; e uma das metas do Napne seria justamente a sensibilização da comunidade acadêmica.

Outra participante disse que gostava de ler, mas tinha muita desatenção. Ficava escrevendo cartas para as colegas durante as aulas. Era descoordenada. Nem a escola, nem a família percebiam sua desatenção e reclamavam bastante de seu desempenho. Foi superando a falta de atenção com o decorrer dos anos, mas ainda encontra obstáculos. Acredita que a escola deve identificar os problemas e dificuldades dos/as estudantes para atuar de forma a contribuir com a sua aprendizagem.

Um participante relatou uma experiência como profissional. Trabalhava no CUCA em Fortaleza e lá receberam um estudante “estranho” [sic]. Tinha vestimentas extravagantes, batia na porta das salas. Levou medo aos/às profissionais. Com o tempo foram conhecendo a realidade do aluno e foi identificado que ele tinha esquizofrenia. Foi traumático lidar com as internações a que o estudante foi submetido. Falou da falta de habilidade dos profissionais em lidar com esse e outros casos semelhantes.

Andrea sugeriu que o recurso dos relatos de experiência pessoais e/ou de casos vivenciados pelos/as profissionais pode ser utilizado pelos membros do Napne como ação de estudos de casos e aprofundamento de experiências. Ressaltou que utiliza esse recurso no seu ambiente profissional. Em seguida pediu que as pessoas trocassem os relatos de casos vivenciados, contribuindo assim para que cada um/a pudesse se colocar no lugar do outro e amenizar os processos de culpabilização.

Andrea lembrou que na continuação do minicurso, no segundo dia, serão abordados alguns casos que se aproximam do que foi exposto pelos/as participantes em seus compartilhamentos, como Dislexia, TDAH, Transtornos Globais do Desenvolvimento são algumas das temáticas a serem levantadas também. Prosseguiu dizendo que os/as profissionais dos *campi* do IFCE trazem muitas demandas relacionadas a esses quadros diagnósticos. Disse ainda, que antes de serem discutidos os transtornos em si algumas questões devem ser discutidas anteriormente.

Dando continuidade, Andrea levantou a questão de como cada profissional pode contribuir com o processo de avaliação cognitiva, mesmo não sendo de uma área específica como a psicologia ou pedagogia, e, assim, criar condições de acompanhamento dos estudantes que procuram o Napne.

Andrea percebeu que muitas vezes quando surgem questões relacionadas à cognição e pensamento

são acompanhadas discussões sobre saúde mental, esquizofrenia, vulnerabilidades sociais. Que durante muito tempo esses casos ficaram relegados ao campo das deficiências em geral e no decorrer do processo histórico os transtornos começaram a serem vistos de forma individualizada e foram se constituindo políticas mais específicas para se trabalhar com cada campo de transtorno e/ou deficiências. Iniciaram também as diversas denominações e termos como portador de deficiência, especial X específico. Atualmente, tem-se utilizado o termo necessidade educacional específica. Completou dizendo que essas mudanças na terminologia acompanham o movimento político em torno desse campo.

Uma participante questionou sobre o uso dos termos Pessoa com Necessidade Especial e Pessoa com Necessidade Específica, perguntando o que se tem utilizado atualmente. Andrea respondeu que o termo “especial” não tem sido mais utilizado na legislação e que também o termo mais atual, necessidade específica, acaba trazendo uma série de dúvidas sobre o lugar das pessoas com deficiência. Em virtude de esse lugar ter sido conquistado com muita luta pelos movimentos sociais e a relativização do termo “necessidade específica” poder gerar uma perda de direitos e de espaço para as pessoas com deficiência.

Proseguiu falando sobre os avanços nas legislações as escolas, estas começaram a ter que receber estudantes com necessidades específicas. Nas escolas públicas esse cenário fez com que existisse um grande fluxo de encaminhamento para a rede de saúde mental. A própria instituição educacional, de certa forma, banaliza o diagnóstico, e isso influencia no aumento da medicalização da sociedade e na desresponsabilização de todos os setores em relação aos estudantes encaminhados.

Patrícia, uma das participantes, exemplificou que o autismo é considerado um Transtorno Global do Desenvolvimento, e que não saiu da legislação como um tipo de deficiência, visto que isso garante que as pessoas possam receber Benefício de Prestação Continuada (BPC). Percebe-se, então, que muitas vezes ao se avançar nos conceitos e terminologias alguns direitos podem ser perdidos.

Diná acrescentou que as terminologias em torno das pessoas com necessidades específicas são uma questão identitária. A terminologia cria “caixas” onde são colocadas as pessoas. E que apesar das legislações não podemos colocar as pessoas em “caixas”.

Andrea seguiu explicando que os diagnósticos e os “rótulos” que são criados a partir deles, fazem parte tradicionalmente do campo da saúde, entretanto a escola se apropriar das terminologias da área médica e criar novas demandas.

Diná falou sobre um caso em que uma pessoa chegou ao IFCE com um estudante cujo diagnóstico foi criado a partir do conhecimento do senso comum, como se esse fosse a única alternativa possível de entendimento.

Para Andrea, as dificuldades e obstáculos em relação a essa temática estão em nós, não na legislação. Recordou casos em que as pessoas passam pelos equipamentos da rede de saúde, educação e assistência social sem haver nenhum tipo de responsabilização por nenhum setor ou profissional. Disse ainda que todos podem observar essas questões na vida cotidiana, no trabalho, problematizando a questão da medicalização, das pessoas com necessidades específicas e da importância da sensibilização.

Uma participante afirmou que não fica claro o que é e como é feita a inclusão e a integração. Na sua interpretação, a integração cria um processo de homogeneização das pessoas e a inclusão cria ambientes de heterogeneidade. Mas que isso não está claro e o que é levado a cabo, muitas vezes, são processos de integração com uma intenção de homogeneizar.

Diante disso, Patrícia falou da importância de se valer da legislação em determinados casos onde se tem que exigir uma atenção diferenciada da escola, ou dos próprios docentes, por exemplo. Deixou claro que o tema da acessibilidade está para além do Napne e que deve ser uma questão de relevância para a

instituição como um todo.

As ideologias, conceitos e terminologias vão constituir políticas públicas e futuras ações que chegam ao campo da prática. Devemos pensar com cuidado nos termos que estão sendo colocados em nossa prática, frisou Andrea. Todos devem se integrar na atenção às necessidades educacionais específicas que são também nossas e, por isso, responsabilidade de todos/as.

Andrea disse ainda que os participantes do Napne se tornam referência no *campus* sobre as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas e que estes devem integrar a comunidade acadêmica na discussão de casos e projetos. As ideias de ações e instrumentos devem ser construídas de forma que todos podem participar e efetivar em cada vivência específica. Reforçou também que a avaliação cognitiva é complexa porque está sujeita a criar “rótulos” que podem ser taxativos e isolar as pessoas.

Mais uma participante disse que as legislações e currículos, muitas vezes, representam apenas paliativos. E que se deve atentar realmente para os obstáculos e procurar alternativas efetivas.

Após essas reflexões, Andrea apresentou o vídeo de animação “Festa nas Nuvens”, ao comentá-lo, ela disse que algumas pessoas com dificuldades e obstáculos desistem no meio do caminho, mas algumas conseguem encontrar apoio e continuar caminhando. Podemos, nos Napnes, envolver todo mundo, pois temos um papel muito relevante na instituição.

Proseguiu dizendo que os processos burocratizados dentro da instituição acabam prejudicando os/as estudantes. Um aluno que oficialmente deve ir ao psicólogo por conta de uma alguma questão específica, poderia ser melhor acompanhando por outro profissional da instituição com o qual estabeleceu um vínculo mais forte.

Ressaltou a importância que é perceber que não se deve exacerbar o papel do diagnóstico, no entanto, existem pessoas que têm, por exemplo, transtornos de aprendizagem relacionados à alterações químicas a nível cerebral e que estão além de dificuldades circunstanciais de aprendizagem, necessitando, portanto, de uma avaliação diagnóstica.

Uma participante questionou se um laudo deve ser apresentado para que um/a estudantes com transtorno de aprendizagem ou dislexia tenha direito a uma hora a mais na avaliação educacional. Andrea explicou que as escolas regulares exigem um diagnóstico, no IFCE, entretanto, não há essa prerrogativa. Patrícia falou que acredita que pode haver um bom senso por parte da escola e dos docentes em reconhecer e estar atentos ao que inviabiliza ou não a aprendizagem dos estudantes, verificando os casos em que há a necessidade de um acompanhamento diferenciado, sem necessariamente de ter um diagnóstico ou laudo psiquiátrico.

Em seguida, Andreia apresentou em slides uma pesquisa que fez enquanto estava na UFC com jovens da rede de pública de ensino, especificamente com estudantes autodeclarados deficientes. Constatou que muitos estudantes não tinham realmente nenhuma deficiência, a partir disso, passou a se questionar se os problemas existem e quando existem do que se tratam efetivamente.

Continuando a apresentação, Andrea falou da avaliação de crianças e jovens e de suas características peculiares que diferencia a sua avaliação da avaliação de adultos. As forças do desenvolvimento atuam intensamente nessas etapas do ciclo vital e não se pode fechar um diagnóstico, muitas vezes, para uma criança. A partir da adolescência é que se pode ter um pouco mais de clareza no processo de avaliação. É complicado diferenciar as características normais de determinadas fases, em que sintomas de transtornos de aprendizagem se desenvolvem. Consequentemente, conhecer é o primeiro passo para incluir. Mesmo transtornos mentais, caracteristicamente evidenciados na idade adulta, muitas vezes têm apresentações clínicas diferentes em crianças e adolescentes.

Na avaliação, o “rótulo” não é o principal. É importante a avaliação para a equipe do *campus* ajudar o/a estudante e conhecer o caminho para auxiliá-lo, fazendo um encaminhamento correto, por exemplo. Destacou que mesmo sem ser de uma área específica como a psicologia ou pedagogia, qualquer profissional pode estar sensível ao que é apresentado pelo/a estudante e fazer um melhor encaminhamento para a rede de saúde. Nesse ponto, Patrícia advertiu da importância de se ter um conhecimento da rede, dos locais para onde fazer o encaminhamento e também de se responsabilizar pelo/a estudante encaminhado/a, fazendo um acompanhamento do caso.

Andrea prosseguiu falando sobre a importância de se conhecer para intervir. O que se passa na vida escolar, no processo de aprendizagem, o que está atrapalhando e ajudando esse sujeito aprender. Relatou que muitas vezes a demanda individual do/a estudante é também do restante da turma, por exemplo. Está envolvida com a relação professor-aluno em sala de aula. Antes de fazer um diagnóstico de uma queixa deve-se escutar a realidade da escola, da família. Devem-se escutar os vários sujeitos envolvidos no caso. Andrea lembrou de situações em que a queixa da família é bem diferente do que se verifica na escola. Por isso, é importante escutar todos os envolvidos nesse processo.

Uma participante falou da relevância de nos prendermos nas dificuldades apresentadas cotidianamente pelo estudante e não necessariamente no diagnóstico em si. Outra participante enfatizou a importância de se perguntar para que se quer um diagnóstico: para estigmatizar ou ajudar as pessoas? Andrea esclareceu que não pensar de maneira alguma no diagnóstico pode deixar as pessoas sem nenhum tipo de atenção ou ajuda e que muitos estudantes deixam a escola porque a equipe da escola não tem condições de saber como ajudá-lo.

Continuou falando dos recursos técnicos que podem ser utilizados na avaliação/intervenção, que todo instrumento tem um objetivo específico e depende do contexto do/a estudante a ser avaliado. Disse também que qualquer recurso ajuda as pessoas a “falarem” de formas diferenciadas e são importantes para escutar e avaliar de uma forma mais ampla. Muitos recursos como desenhos, produções escritas, dentre outros, podem ser utilizados por qualquer profissional que tenha sensibilidade para ouvir as demandas do outro.

Avaliação deve ser contínua e psicopedagógica. Estudantes avaliados devem ser acompanhados mesmo que seja feito um acompanhamento externo. Essa avaliação implica também um planejamento de intervenções a partir do que é possível verificar no caso específico.

No momento da entrevista, esta não deve abarcar somente o/a discente que está sendo entrevistado/a, também é relevante saber quem encaminhou, por que fez esse encaminhamento, que relação estabelece com o/a estudante no contexto escolar. A entrevista deve identificar também quais as dificuldades e potencialidades do/a estudante, como estuda, que tempo é destinado para o estudo, se há o interesse pelo estudo em grupo, por exemplo.

É importante levar em conta no processo de avaliação: a queixa, a idade do/a estudante, o nível de escolaridade, seu contexto cultural, a metodologia da escola. Devem-se investigar quais os motivos que trouxeram aquela pessoa até o responsável pela avaliação.

Ao comentar sobre o contexto cultural do/a estudante, Andrea explicou que nem todos os transtornos de aprendizagem estão em todos os países e nas diferentes culturas. Sobre esse tema ela sugere a leitura do livro: “Porque filhos de mães francesas não têm TDAH”. Na França e em alguns países europeus, existe a preocupação de toda a população com a educação, todos/as se sentem responsáveis. A maioria dos/as profissionais desses países não se baseia nos manuais de diagnóstico norte-americanos. Os EUA são uma verdadeira máquina de produção de medicamentos. Alguns transtornos quando entram nos manuais diagnósticos já tem um remédio correspondente produzido pela indústria farmacêutica. O modelo norte-americano tem

grande influência no Brasil. Um exemplo disso, é que nosso país é o segundo maior consumidor de Ritalina do mundo.

Ainda sobre a utilização dos recursos avaliativos, Andrea ressaltou a importância de se ter um mínimo entendimento dos ciclos da vida e ser capaz de identificar em qual etapa do desenvolvimento se encontra o/a estudante. Isso pode até ser buscado junto aos/as professores/as, com a informação de como o/a discente consegue resolver determinado exercício ou atividade. Acrescentou também que ao se utilizarmos recursos lúdicos podemos nos aproximar dos/as estudantes de outras formas, que não necessariamente se utilize de momentos de fala. Lembrou que muitas vezes alguns estigmas acompanhados com determinado perfil profissional podem dificultar o contato com os/as estudantes. É importante lançar mão de recursos alternativos aos tradicionais para contornar essas dificuldades.

A Avaliação Cognitiva é multifatorial, situacional e contextual. O foco não é o transtorno, mas sim pensar em possibilidades. Andrea sugeriu um **livro de Vygotsky sobre Defectologia**, no qual o autor demonstra que as pessoas com deficiências têm outras potencialidade, pois o que nos enfraquece é o que nos fortalece. Outras funções podem ser despertadas e desenvolvidas em pessoas com alguma função perdida.

Uma participante disse que se devem analisar as dificuldades e também os contextos onde elas ocorrem. Contou que teve que ter apoio a mais para aprender matemática. Acredita que deve ser conhecida previamente a questão para desenvolver o que é potencial e o que pode ser desenvolvido. Falou de sua experiência em que não sofria, nem era vista de maneira diferente por ter baixa visão. Outro participante trouxe um olhar diferente. Tem deficiência visual e contou que teve muitos problemas em decorrência dessa limitação, por exemplo, de situações em que os colegas de turma implicaram com o material utilizado por ele. Portanto, cada caso é um caso.

Andrea falou de dificuldades enfrentadas pelas equipes profissionais que devem acompanhar pessoas com necessidades educacionais específicas. Muitos profissionais estão adoecidos e há dificuldades de serem implementadas mudanças. Também influi a maneira como cada profissional atuar, pois tem haver com seu histórico e com a forma que cada um foi formado.

Depois disso, Andrea mostrou um novo material sobre Transtornos de Aprendizagem, que trata das dificuldades de aprendizagem em situações onde crianças não conseguem um grau de adiantamento escolar compatível com sua capacidade cognitiva. Os transtornos de aprendizagem estão nos manuais diagnósticos como o CID-10 e DSM-IV e existem dificuldades de classificação desse transtorno. Muitas vezes há uma dúvida se realmente há um transtorno ou variações normais na vida escolar. Os referencias que podem elucidar essas dúvidas são a identificação: do início do transtorno, uma forte associação com a maturação do Sistema Nervoso Central e a existência de um curso estável dessas dificuldades.

Nos transtornos de Aprendizagem existem comprometimentos da aquisição de habilidades consideradas normais. Quando não são adquiridas essas habilidades deve-se investigar se foi por falta de estimulação adequada ou por traumatismo ou doença cerebral.

Andrea apresentou dois vídeos. O vídeo de animação cearense “Vida Maria” e um clipe com algumas cenas do filme “Como estrelas na Terra”. Ao fim da apresentação pediu para que os/as participantes comentassem suas impressões.

Um/a participante destacou a utilização da arte como forma de ajudar um menino com dislexia a se sentir incluído no ambiente escolar. Outra participante falou do vídeo Vida Maria e de como a menina acaba reproduzindo o papel da mãe. Comentou sobre as questões de gênero retratadas e das situações de pobreza.

Andrea comentou que o personagem do filme que tinha dislexia sofreu bastante com sua limitação. Foi necessário que um professor pudesse investigar melhor a situação do aluno, e foi com a ajuda da arte que

fez desvelar as dificuldades de aprendizagem.

Acrescentou que o objetivo era que os/as participantes pudessem diferenciar o que é problema e o que é transtorno de Aprendizagem. Espera que todos/as tenham conseguido diferenciar e também reconhecer que se pode avaliar de uma forma contextual, não se limitando a descoberta de um diagnóstico. No segundo dia do minicurso ela falará sobre outros transtornos e recursos que podem ser utilizados.

Patrícia agradeceu Andrea por ministrar o minicurso e por suas contribuições no evento como um todo.

CONTINUAÇÃO NO DIA 07/03/2016

Andréa começou o segundo dia do minicurso apresentando os recursos que podem ser utilizados em possíveis diagnósticos. Iniciou a apresentação com uma **caixa contendo recursos expressivos**: lápis de cor, tinta guache, cola, tesoura, caneta hidrocor, massa de modelar, papel A4. Sugeriu que o/a profissional possa disponibilizar a maior variedade de material possível durante os trabalhos. Ao disponibilizar os recursos, observar o processo de escolha do/a discente e conduzir a entrevista explorando qual o material utilizado, deve-se observar como utiliza esse material e o que ele (a) produz a partir dos materiais ofertados.

Para o (a) pedagogo(a), entendendo que esse profissional tem maior foco na escrita, apresenta **revistas em quadrinhos** (Batman, super heróis, etc.) Orienta questionamentos: Por que escolhe esse personagem? Qual a identificação? Ressaltando que esse processo de entrevista não deve ser conduzido por intervenções que realizem julgamento das ações realizadas pelo (a) estudante(a).

Outro material que a facilitadora apresentou como sugestão para ser utilizado foram **Cartas**. Apresenta dois conjuntos de cartas: “O livro das transformações” e “Cartas Xamânicas”. A fim de permitir aos/às participantes uma vivência possível utilizando os materiais. Sugeriu que cada um(a) escolhesse uma carta xamânica (são imagens de animais). Decorridos alguns minutos, em grupo, cada participante expôs sobre o seu processo de identificação com as imagens escolhidas. A partir daí, percebeu-se como os materiais podem disparar o diálogo sobre as percepções do sujeito sobre si, afinidades, como os outros o percebem. Pode-se utilizar também diferentes imagens recortadas de revistas, organizadas por temática ou livres.

Uma das participantes questionou sobre como adquirir esses materiais através da instituição. Andrea explicou que os recursos expressivos podem ser adquiridos como materiais de papelaria, escritório; e os jogos foram adquiridos através de um processo de licitação do *campus* Canindé para montagem de uma brinquedoteca.

A psicóloga Emília questionou como realizar a compra de testes psicológicos através do IFCE, pois ao buscar realizar, a compra a Editora Casa do Psicólogo negou a venda por necessitar do registro profissional do psicólogo. Andréa explicou como conseguiu no *campus* Caucaia, através de carta de dispensa do processo licitatório e sendo tombado no nome dela. Disponibilizando-se para, em momento posterior, oferecer maiores detalhes sobre essa experiência, auxiliando no processo de confecção de documentos.

Emília questionou ainda como conduzir essas atividades em um universo com elevado número de discentes. Andrea explicou que vem atuando através de um programa de tutoria em que visa estar cada vez menos na sala de aula, pois está realizando atividades que capacitam os/as professores para trabalharem com os/as discentes – esta atividade tem inspiração na proposta do Programa de Tutores *Mentorin*, que tem a haver com colaboração nos processos educativos.

Patrícia sugeriu que as categorias aproveitem a ocasião para combinar encontros setoriais para dialogar sobre suas práticas, desafios e como cada um/a vem solucionando as dificuldades. Na ocasião,

informou que hoje os/as assistentes sociais presentes no evento irão se reunir no horário de almoço, ontem os/as intérpretes e docentes de libras realizaram reunião no horário noturno.

Andrea lançou a reflexão sobre a atuação dos Napnes nos *campi*, ressaltando que a composição das equipes deve ser multisetorial e multidisciplinar, não devendo estar centralizada em um único profissional ou saber.

Sobre os recursos apresentados, estes podem ser utilizados também para avaliar leitura, escrita e interpretação. Se o (a) profissional não se sentir seguro (a) para realizar sozinho(a) a intervenção, devido ao número de salas de aulas, pode dividir com outro(a) profissional, de modo que cada um(a) vá para uma sala realizar a mesma atividade e ao final todos/as os/as profissionais se reúnam para avaliar.

Outra vivência foi realizada através da distribuição de folhas de papel A4 para cada fileira (cinco a seis pessoas) do auditório e uma figura (recorte de revista) sob a orientação de que os(as) participantes de cada fileira construíssem uma história coletiva sobre a figura. Devendo cada um(a) escrever um trecho da história dando continuidade ao que o anterior escreveu. Após a leitura das histórias se produziu reflexões sobre os conteúdos manifestados, tais como: a presença das redes sociais como obstáculo para a concentração e o processo de aprendizagem atrapalhando o horário de estudo, a medicalização (uso da Ritalina), conflitos de relacionamento, projeto de vida, etc.

Uma das participantes expôs sua vivência fazendo uso de Ritalina durante curto período de tempo a partir de uma queixa de distraibilidade e dificuldades motoras na infância que persistem na vida adulta. Emília também colaborou com a discussão relatando que sua pesquisa de doutorado foi sobre o uso não terapêutico da Ritalina e comentou sobre uma pesquisa em que realizou a aplicação de testes de atenção com grupos que fizeram uso de Ritalina em diferentes concentrações e grupo que fez uso de placebo, na qual os resultados apontaram que apenas o grupo que fez uso de maior dosagem do medicamento relatou bem-estar subjetivo e não houve diferenças significativas no resultado dos testes de atenção dos diferentes grupos. Enfatizou a necessidade de cautela ao fazer uso de medicamentos, devendo ser consideradas anteriormente outras estratégias ao seu uso, como a simples confecção de horário de estudo, etc.

Após o intervalo se deu continuidade à leitura das histórias construídas coletivamente. Foram apresentados os temas: 1) “o segredo que virou fofoca”, 2) “a busca por sucesso profissional pedindo ajuda ao psicólogo para superar dificuldades da infância e alcançar suas metas”.

Em seguida, a facilitadora apresentou o “**Livro das transformações**” que traz dez figuras aquareladas que expressam “cenas de luz” e “de sombra” que são usadas em geral com jovens que estão passando por ansiedade no período do ENEM ou passam por processo de autoconhecimento. Podem ser usadas em grupo e individualmente. O contraste entre as figuras de luz e de sombra permitem que a pessoa reconstrua “a sombra” através da figura de luz e seus conteúdos.

Retomou a discussão através da apresentação de *slides* expondo como as queixas cognitivas se expressam no cotidiano através de pedidos de ajuda ao profissional. Os processos mentais mais evidenciados são: Aprendizagem e Memória; Atenção; Motivação e Emoção; Motricidade; Linguagem e Interpretação; Identidade Pessoal; Sensação e Percepção.

A memória é uma das funções que mais reverberam em queixas. Como investigar: Como o/a estudante dedica tempo para estudar? Como estuda? Quais as atividades que compõem o dia do/a aluno(a)? É preciso estar atento ao volume de informações apresentadas diariamente.

Patrícia relatou que ela tem um volume significativo de atividades e se percebeu “acelerada”, por isso buscou sistematizar suas atividades através de listas, *check list*. Essa é uma estratégia que ela descobriu como eficaz para se organizar.

Andréa destacou a importância de quando nos depararmos com queixas de dificuldade de aprendizagem ou baixo rendimento, questionarmos sobre qual o horário que o(a) discente dedica ao estudo na sua rotina diária, exemplifica com a situação de um estudante do ensino médio integrado que informa que estuda nos dois turnos na instituição. Então, cabe um esclarecimento sobre a diferença entre assistir aula (postura passiva) e o momento em que assimila, consolida as informações que lhe foram apresentadas. Ao/a profissional cabe tentar intervenções na construção de um horário de estudos junto ao/a estudante, mudanças no ambiente e no contexto do estudo, e não obtendo resultado positivo, se pode pensar no encaminhamento para outro profissional.

Andreia comentou sobre o uso de jogos que envolvem raciocínio lógico, memorização, citando como exemplo o jogo *Pictureka*, jogos da memória, Quebra-cabeças progressivos, Tangran, etc. Em seguida, retomou a exposição discorrendo sobre a função psíquica. Mostrando ao grupo alguns conceitos:

Atenção: função complexa na qual é importante a manutenção do foco para obter bom desempenho. Importância de recursos que auxiliem na organização das atividades diárias (app, listas, lembretes, mapas mentais, esquemas, etc). Romper com comodismo para experimentar estratégias de organização. Oferecer o “mundo em pequenas doses”, proposta apresentada por Winnicot, que representa a oferta de obrigações, atividades, graduadas de acordo com a idade e a realidade da criança ou adolescente.

Percepção: função que permite formar e distinguir os estímulos vindos de um ambiente através dos órgãos sensoriais e poder dar um significado para eles.

Apresentou o **Jogo Pictureka** que permite perceber como a criança ou adolescente distingue uma percepção para os diferentes objetos misturados, constroem categorizações, lidam com o tempo e outros elementos que constituem o jogo ou possam ser explorados. Ressaltou também a importância de que se verifiquem problemas de visão. Fez referência às características que compõem sintomas do quadro de dislexia. Os processos seletivos que não envolvem provas, restritos à análise de currículo, podem facilitar o acesso de estudantes com distúrbios como o da dislexia.

Existem alguns recursos estruturados específicos para a avaliação da dislexia, tais como TDL, Ditados que são de uso privativo de Psicólogos, Pedagogos e Psicopedagogos. A importância de que profissionais capacitados, ou seja, que pode sugerir a necessidade de que se realize concurso para o cargo de Psicopedagogo. Abre-se discussão sobre tal situação. Encerrando-se a discussão com a provocação de que profissionais da área de psicologia e pedagogia atuem conjuntamente conciliando seus saberes para construir um conhecimento interdisciplinar.

Foi feita a proposição de que os/as participantes experimentassem escrever seu nome completo com a mão oposta a dominante. Ao mesmo tempo, a facilitadora passava pelos/as participantes emitindo julgamentos em tom de reprovação, exercendo coerção aos/às participantes em relação ao tempo e a estética da grafia produzida.

Em seguida, foi apresentada uma adaptação do *WAIS* que consistia em problemas que envolviam cálculos. O objetivo sugerido para o uso do recurso seria: avaliar como os/as estudantes realizam as soluções dos problemas e em qual nível de raciocínio se encontram. Também foram elencados outros possíveis jogos: **Tangran, Superação, Detetive, Cara a Cara, Bloco lógico** (material inspirado em uma proposta de Vygotski para investigar a formação de conceitos). Todos esses materiais envolvem uma dimensão lúdica que facilita o envolvimento do(a) estudante no processo avaliativo reduzindo as defesas e resistências que podem se apresentar no contexto de avaliação.

No fechamento do minicurso foi esclarecida a proposta do curso que consistia em propor estratégias de avaliação simples, de uso multiprofissional, que possibilitassem a ressignificação da prática, da oferta

de diagnósticos e medicalizações de queixas – que antes de indicarem deficiências orgânicas, precisam ser investigados outros elementos como: contextos de vulnerabilidade social, déficit de escolaridade, suporte emocional.

Foto 7 - Andrea fazendo explicações sobre os recursos



Fonte: Patrícia Freitas

Patrícia falou sobre o trabalho da Proext, que é realizado através de visitas aos *campi*, estudo de caso, assessorias relacionadas à implantação do Napne e Neabi, assim como algumas ações de gênero. Esclareceu que para haver alterações no regimento, deve-se levar no dia seguinte as sugestões de texto para serem apreciadas pela plenária final, de modo a permitir a submissão e a aprovação no Colégio de Dirigentes em uma próxima reunião, ou seja, o mais breve possível.

1.2.2 Acessibilidade na Web

FACILITADOR: PROFESSOR JOÃO BOSCO DE FARIAS (ACEC)

06/04/2016

O facilitador iniciou falando de sua experiência na faculdade, que na época, ano de 2006, os *notebooks* ainda eram muito caros e ele possuía apenas computador de mesa em casa, e que por isso se sentia muito preso. Só depois que conseguiu comprar um *notebook*. Começou a perder a visão por volta dos 16 anos; aos 18 anos perdeu totalmente, mas aos poucos foi se adaptando à nova realidade, quando passou, então, a utilizar o Braille.

Em seguida, diferenciou integração de inclusão e definiu o que é tecnologia assistiva. Integração é integrar o deficiente à realidade já existente e inclusão ocorre quando toda a sociedade muda para todas as pessoas com deficiência. Esse último conceito é mais abrangente. Esclareceu que nem tudo é tecnologia, mas sim todos os serviços, recursos, métodos e técnicas voltados para a pessoa com deficiência, que visam proporcionar iguais condições para todas as pessoas. Apresentou o mouse voltado para pessoas com mobilidade reduzida, criado pelo professor Agebson. Exemplificou com a história da cadeira, algo que já existia e foram colocadas rodas para uso das pessoas que não podem andar. Daí foi criada a cadeira de rodas como a conhecemos hoje. Também mostrou seu relógio que fala e ainda tem uma tampa que pode ser levantada e ele pegar nos ponteiros para saber da hora. Enfatizou que o seu foco é a tecnologia para deficientes visuais, mas

pretende dar noções gerais sobre acessibilidade para outros tipos de deficientes.

Ressaltou que uma pessoa com deficiência pode usar o computador. Mostrou, então, um mouse para pessoas que tenham alguma deficiência nas mãos. Chamou o estudante César e amarrou seus dedos com uma fita gomada para que ficasse imobilizado. Em seguida, com essa limitação pediu que o participante utilizasse o mouse no teclado virtual. Fez isso para demonstrar que uma pessoa com deficiência nos membros superiores tem possibilidade de usar o computador, assim como também se a deficiência fosse nos membros inferiores. O participante relatou como foi sua experiência, disse se sentiu muito limitado e que teve bastante dificuldade.

Logo depois, o professor mostrou um vídeo sobre tecnologia assistiva, que mostrava os tipos de mouse para cada deficiência. O áudio não estava muito bom, mas deu para perceber que o vídeo era bem explicativo. O segundo vídeo mostrava os teclados adaptados, mouses adaptados, acionadores, teclados virtuais, reconhecedores de voz, leitores de tela e ampliadores de tela. Ressaltou que existem programas em que o usuário fala e o computador digita e que com os leitores de tela, tudo que é feito no mouse, pode ser feito com o teclado, desde que os programas sejam acessíveis.

Também falou sobre os programas para leitores de tela, os principais são: NVDA – software livre; JAWS – pago (em torno de \$2.500,00); Edivox; Dosvox. Com esses programas, a pessoa com deficiência visual pode ler qualquer texto no computador. Também pode ser baixado no celular. Para demonstrar, mostrou seu celular. Está disponível para o Iphone e sistema Android. Enfatizou que o primeiro sistema a ter acessibilidade foi o Iphone, em seguida o Android passou a oferecer acessibilidade no celular Moto G. Cada aparelho que usa Android tem um padrão de acordo com a marca. O recurso *Talk Back* ativa a acessibilidade.

Deu prosseguimento mostrando os recursos que o programa Edivox oferece, como jogos e outras atividades. Em seguida falou sobre o *Dosvox*, um sistema operacional criado em 1993, na UFRJ, pelo cego Marcelo Pimentel com o professor Sérgio Borges. O *Dosvox* vem do sistema operacional MS-DOS. Ele trabalha gerando arquivos txt e no bloco de notas, sem formatação. Exibiu jogos, como o de força e o de memorização de letras. Apresentou outros recursos do sistema operacional. Afirmou que o *facebook* não é acessível através do *Dosvox*, mas através de outro recurso específico, leitor de tela. Também salientou que pessoas com baixa visão podem usar o recurso de ampliação do *windows*.

Em seguida, apresentou os princípios do Desenho Universal, que são princípios para atender as necessidades de todas as pessoas, crianças, idosos, deficientes. Exemplificou citando o elevador acessível. Os princípios são:

- uso equitativo para as pessoas com as mais variadas capacidades: visa possibilitar o uso de diferentes espaços e serviços;
- flexibilidade do uso;
- uso simples e intuitivo;
- informação de fácil percepção;
- tolerância a erros: busca minimizar os erros, diminuindo os riscos e possíveis consequências.
- baixo esforço físico;
- diminuição e espaço para acesso e uso.

CONTINUAÇÃO DO MINICURSO EM 07/04/2016

Bosco recapitulou o assunto abordado no dia anterior sobre os equipamentos para utilizar no computador. Prosseguiu falando que existem padrões de desenvolvimento *web* para criação de site com

acessibilidade. Tem padrões que fazem com que a página obedeça a certos quesitos. Cada país possui uma sede da W3C, que é a responsável por essa padronização, observando a certos requisitos, inclusive a indexação no *google*. O grupo *WCAG*¹ é voltado para as diretrizes internacionais de acessibilidade web, já o *Emag* é um documento criado no Brasil que tem as diretrizes nacionais. Os sete princípios explicados no dia anterior seguem a acessibilidade web.

Salientou que o decreto 5698 regulamenta a obrigatoriedade de os portais governamentais serem acessíveis. Contou a história do deficiente visual Marco Antônio de Queiroz que foi o primeiro cego responsável pela promoção da acessibilidade web, criou os sites Bengala Legal e Bengala Branca, empresa que vende artigos de tecnologia assistiva para cegos.

Depois mostrou vídeos com depoimentos de pessoas com deficiência visual sobre o quanto a acessibilidade na web é importante e quanto facilita as suas vidas. Demonstrou como se faz para acessar uma notícia em sites com acessibilidade e sem a acessibilidade. Há sites que são acessíveis, mas não em sua totalidade.

Também mostrou um vídeo com uma pessoa surda explicando como é o acesso à WEB. Dentre as principais dificuldades: textos muito extensos e sem imagem, imagens muito próximas, metáforas, jargões específicos. Vídeos com fala e sem legendas ou com legendas rápidas tornam o acesso mais difícil para os/as surdos. O melhor recurso seria a janela com o intérprete de libras. Informa que para o cego a imagem não descrita é uma dificuldade. Salienta que a audição não é sintética como a visão e que TVs com sinais digitais oferecem o recurso de audiodescrição. Deu continuidade mostrando como acessar às páginas.

Foto 8 - Professor ministrando o curso



Fonte: Lilian Coelho

Informou que o leitor de tela lê da direita para esquerda e de cima para baixo e que pelas setas se navega em tudo que é clicável, pelo TAB se navega pelos links e a letra “H” navega pelos cabeçalhos. O cabeçalho é tudo que está em destaque na página da web. O link de salto para conteúdo facilita bastante a navegação pela WEB para o cego. Enfatizou que muitos sites trabalham com muitas imagens, então, não tem como o cego saber o que contém nessas imagens sem que haja audiodescrição. Esclareceu que no *facebook* se usa a hashtag # **pra cego ver**, ao lado de uma imagem para se introduzir uma audiodescrição de imagem.

¹ **WCAG** (Web Content Accessibility Guidelines) é grupo. São as recomendações de acessibilidade para conteúdo da Web, ou seja, são diretrizes que explicam como tornar o conteúdo Web acessível a todas as pessoas.

Também disse que o recurso Google Instante (recurso que auto-completa as pesquisas) não é interessante para os cegos e por isso geralmente eles desativam. Se o computador não possui o recurso leitor de tela, pode-se usar o “S” e o “TAB” para navegar.

Deu prosseguimento falando sobre os validadores automáticos de acessibilidade em páginas WEB, que são sites que validam as páginas da WEB. Eles observam se os sites respeitam os padrões da WBC, WCAG e EMAG, se realizam testes de acessibilidade com pessoas com deficiência, utilizando tecnologias assistivas em diferentes navegadores e dispositivos. Finalizou com sorteios de livros e CDs e agradeceu a todos e a todas pela participação.

1.2.3 O uso do Scratch como ferramenta pedagógica para o ensino

Facilitador: Francisco Rumenig Freire – discente do IFCE, *campus* Jaguaribe

Colaborador/Orientador: Francisco Ivan de Oliveira – Docente do IFCE, *campus* Canindé

1º Dia – 06/04/2016 (quarta-feira) – tarde

O discente do curso de tecnologia em Rede de Computadores do IFCE, *campus* Jaguaribe - Francisco Rumenig Freire, que conduziu todo o minicurso, começou pontualmente às 16 horas com a presença de estudantes do *campus* Canindé. O professor Francisco Ivan de Oliveira, do *campus* Canindé, teve um problema e não pôde estar presente em todo o evento.

A relatora só pôde chegar à sala do minicurso às 17 horas, depois de encerrada a primeira mesa-redonda intitulada Normatizações Nacionais e Locais sobre Acessibilidade, que se estendeu um pouco além do planejado.

Quando a relatora adentrou no laboratório de informática, os/as participantes já estavam divididos/as por computador e o facilitador já havia iniciado o minicurso, que tinha como objetivos:

- Mostrar o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação – TIC’s, através de aplicações computacionais (jogos) criadas no *Scratch* para pessoas com deficiências;
- Apresentar as noções básicas desta ferramenta;
- Contribuir para o fortalecimento de novas práticas educativas;
- Promover discussão e troca de experiências.

Em outras palavras, através desse programa, os/as cursistas aprenderiam a programar jogos de computador.

Neste momento o facilitador explicou sobre o conceito de programação, lógica, problema e algoritmo. Para isso deu o seguinte exemplo: “*se você cria um jogo ou um aplicativo, você precisa fazer a programação para que se chegue a resolução de um problema. Para resolver esse problema, você também vai precisar da lógica. Pois se você chegar ao final do processo e não resolver o problema é porque faltou a lógica.*” Assim ficou claro para todos da sala que programação seria esta estrutura maior presente no jogo (como se fosse um planejamento); a lógica seria a forma correta de resolver de se chegar a resolução do problema; o problema seria algo a ser solucionado (uma luz queimada, por exemplo) e por fim o algoritmo seria uma sequência de passos finitos organizados de maneira lógica para resolver esse problema.

Logo, o algoritmo deve ser bem detalhado, pois o computador só faz, o que o algoritmo detalhar. Explicando melhor, programação seria: se uma criança vai aprendendo aos poucos com a orientação dos adultos, o computador é do mesmo jeito. Ele é como se fosse uma criança que você vai dando instruções para

ele executar. Cada instrução, que deve ser dada de forma detalhada, é um algoritmo.

Terminada a parte teórica, o facilitador deu início a uma etapa mais prática. Para isso os/as participantes foram orientados/as a baixar, através do google, no site Racha Cuca, o jogo chamado Missionários e Canibais. Segundo o facilitador, esse jogo que parece infantil, pode ajudar o/a estudante a compreender exhaustivamente o conceito de algoritmo. Em que consiste o jogo?. De um lado do cenário existem três missionários e três canibais. O desafio é atravessar todo mundo para o outro lado do rio, em um único barco, que só cabe duas pessoas por vez. Regra principal do jogo: nunca deve ficar menos missionários do que canibais. Isso seria o fim.

Assim, depois de demonstrado o jogo, foi dado um período de 15 minutos para que cada cursista pudesse resolver o problema em questão e assim treinar o conceito de algoritmo. Após certo tempo, Rumening demonstrou novamente a maneira correta de resolver o problema e todos/as puderam treinar mais um pouco a

Foto 9 - Cursistas manuseando o ambiente do Scratch



Fonte: Carmen Laênia

lógica ou a sequência de passos para se obter sucesso no jogo.

Em resumo os/as participantes fizeram uso do passo a passo, ou seja, do algoritmo para passar cada personagem do jogo de uma margem a outra do rio. É importante destacar que o facilitador teve o cuidado de acompanhar cada cursista individualmente até que todos conseguissem. Terminado o treino, o facilitador sugeriu outros jogos no mesmo site para treinar o raciocínio lógico e depois voltou a tratar do *Scratch*, que nada mais é do que um ambiente próprio para criar jogos. Na verdade, um ambiente de programação visual que permite aos/às usuários/as a criação de projetos de mídias de forma interativa. O facilitador apresentou o *Scratch* tanto no ambiente *online*, como no ambiente *offline* e também orientou como baixar a ferramenta na área de trabalho através do *Scratch Installer*, que significa instalador de *Scratch*.

Também foi apresentado o ambiente onde os/as participantes programariam seus jogos, bem como seu ator ou objeto. Em seguida, foi dado um intervalo para os/às participantes das 18 h às 18h15 min. Ao retornarem do intervalo, os participantes tiveram a oportunidade de conhecer todo o ambiente do *Scratch* (os botões, os comandos, cada função, os atores, os trajés, etc.). O primeiro dia de minicurso foi encerrado às 20 horas.

2º Dia – 07/04/2016 (quinta-feira) – manhã

No dia seguinte, a aula começou às 08:25h com uma revisão de todo o conteúdo trabalhado no dia anterior: como baixar *online* e como instalar *offline* o *Scratch* no computador; qual o significado de programação, de lógica, de problema e de algoritmo. Também foi revisado todo o ambiente do *Scratch*: seu cenário, os objetos (personagens, atores ou *sprites*) os trajes, o roteiro, os comandos, etc.

Por volta das 09 horas chegaram até a sala do minicurso, os/as estudantes do curso técnico em Telecomunicações que permaneceram no curso até as 10 horas, momento do intervalo.

O facilitador explicou que o personagem se movimenta dentro do ambiente a partir do Sistema de Coordenadas do Plano Cartesiano (eixo X e eixo Y). Por isso é preciso programar quantos passos cada personagem deve executar e em que direção devem ser esses passos. Assim, arrastando o ator de lugar, sua posição dentro do plano cartesiano também vai mudar. Saber essa informação é importante, pois ao programar um jogo, você pode determinar exatamente de onde cada personagem vai partir, em que direção ele vai seguir e para qual destino ele deve chegar. No comando de movimento, por exemplo, você pode determinar se o ator vai se mover para a esquerda ou para a direita, para cima ou para baixo, para frente ou para trás.

Na Aba Trajes, o facilitador explicou que é possível pintar novo traje, importar novo traje ou tirar uma foto para um novo traje. Os trajes servem para dar dinamicidade aos personagens, ou seja, servem para dar animação aos personagens para que eles criem vida. Explicando melhor: se no traje 1 o gato está com a perna baixa e no traje 2, ele está com a perna levantada, ao ativar ou executar a aplicação, teremos a impressão de que ele está caminhando. Ou seja, ao mudar de um traje para outro simultaneamente, o personagem passa a impressão de um movimento real.

Também foi explicada a função dos comandos. Existem vários comandos, cada um, com suas especificidades e com uma cor diferente. São eles: comando de controle, comando de movimento, comando de aparência, comando de sons, comando de canetas, comando de sensores, comando de operadores e comando de variáveis. Para demonstrar o uso desses comandos foi possível criar, por exemplo, um diálogo entre dois personagens a partir do comando de sons, em que cada frase (pergunta ou resposta) vai sendo gravada e depois destinada a cada ator. Essas falas vão aparecendo dentro de um balãozinho. Não querendo gravar nenhum áudio, é possível importar outro som ou até mesmo uma música.

Com a ferramenta “duplicar” é possível fazer um clone do personagem e aplicar novos comandos a esses novos atores, que embora sejam iguais na aparência, serão diferentes nas atitudes e nas ações. Depois de explicado passo a passo, os cursistas testaram vários comandos em vários atores e em vários cenários, assim foi possível executar várias aplicações de acordo com a criatividade de cada pessoa ou de acordo com o modelo apresentado pelo monitor.

Ao avaliar a aplicabilidade do *Scratch* em sala de aula chegou-se a conclusão de que é possível utilizar essa ferramenta como uma aliada para o trabalho com pessoas com necessidades educacionais específicas.

Exemplos disso:

- Utilizar o aplicativo para elaborar um joguinho em que os personagens possam interagir fazendo uso das quatro operações matemáticas, no qual um/a pergunta e o outro/a responde e assim poder trabalhar o cálculo mental e raciocínio lógico;
- Criar um ambiente no qual o personagem tenha que atravessar um labirinto e assim poder trabalhar a coordenação fina (coordenação motora, senso direcional);

O minicurso terminou pontualmente ao meio-dia e todos os/as cursistas foram convidados/as a tirarem

fotografias com o monitor.

Foto 10 - Cursistas pousando para fotos ao lado do monitor



Fonte: Carmen Laênia

1.2.4 Práticas Educativas para as Pessoas com Deficiências Múltiplas.

Facilitadora: Lucimeire Alves Moura- Instituto Cearense dos Cegos –Ices

Dia: 06.04.16/ Horário: 17h às 21h

A professora Lucimeire tem atuado há mais de 20 anos na Educação Básica e possui mestrado na área de Educação Especial. Falou do prazer e ao mesmo tempo do desafio de trabalhar com as pessoas com deficiências múltiplas. E disse que sua prática em sala de aula tem sido pautada em pesquisas.

Antes de iniciar a parte prática da oficina, a professora trouxe conceitos explicitando que estes sujeitos são resultados do organismo individual herdado, e na mesma medida estes sujeitos sofrem interferência do meio que estão inseridos. Falou também da arquitetura dos desejos, em que o professor tem um papel fundamental como despertar o desejo do estudante através de um planejamento significativo.

A mesma afirmou que aprendizagem é resultado do vínculo entre o/a docente e o/a estudante. Em seguida, a professora perguntou a todos/as os/as presentes o que se entendia por vínculo. Uma professora da sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE, do município de Canindé disse que a palavra vínculo é quando a professora busca conhecer a história do/a estudante para intervir de forma consciente em sala de aula.

Quando se trata de estudantes com deficiência, a professora Lucimeire destacou que o vínculo se torna ainda mais necessário, principalmente pela busca da inclusão destes sujeitos. A professora do município de Canindé aproveitou o momento para fazer um desabafo. Salientou que tem enfrentado situações difíceis como a falta de recursos pedagógicos, espaço e incentivo à capacitação, dentre outros. E acredita que a educação inclusiva ainda está longe de acontecer na prática.

Lucimeire disse que ensinar estudantes com deficiências múltiplas é um grande desafio, mas tem aprendido na prática que todos têm condições de aprender, sendo preciso respeitar os ritmos e formas de aprendizagem de cada um. E tem aproveitado os momentos em sala de aula para ensinar conteúdos exigidos pela grade curricular, valores e atitudes.

Ainda falou sobre a importância de o/a docente ter a *virtude pedagógica*. Segundo ela, essa virtude está relacionada com insatisfação positiva e humildade. Para atender a primeira, as pessoas insatisfeitas vão em busca de conhecimento, ou seja, buscam compreender quais as características da deficiência, como se dá a aprendizagem destes sujeitos. Quanto a humildade, essa pode ser definida como aquela pessoa que sabe que não sabe tudo. Assim como aquela pessoa que sabe que não é a única pessoa que sabe. Ainda existe aquela pessoa que sabe que a outra pessoa sabe o que ela não sabe. É aquela pessoa que sabe que ela e a outra pessoa nunca saberão que tudo pode ser sabido. Dentro dessa ótica, fica evidente a parceria que o/a docente precisa ter com os familiares do estudante com deficiência, pois estes têm respostas que explicam certos comportamentos das crianças.

Foto 11 - Oficina de práticas educativas para pessoas com deficiência



Fonte: Hellenvivan de Alcântara

Em seguida, a professora trouxe o conceito de deficiência múltipla, segundo o Decreto nº 5.296, que entende que é a associação de duas ou mais deficiências: mental/visual/auditivo/ física, comprometendo e/ou atrasando o desenvolvimento global da criança:

- ✓ Surdez com deficiência intelectual;
- ✓ Surdez com distúrbios neurológicos;
- ✓ Surdez com deficiência física (leve ou severa).

Quanto às características desses sujeitos, a professora disse que eles aprendem mais lentamente; tendem a esquecer mais facilmente do que aprenderam; tem dificuldade em generalizar habilidades aprendidas separadamente; necessitam de instruções organizadas e sistematizadas; necessitam ter alguém que possa mediar seu contato com o meio que o rodeia; dificuldade na abstração das rotinas diárias, nos gestos ou na comunicação; dificuldades no reconhecimento de pessoas do seu cotidiano; movimentos corporais involuntários.

Entre os desafios elencados pela professora ao se trabalhar com este público, está o da comunicação, pois ela precisa ser significativa para que eles tenham interesse em se comunicar.

E, ao final, trouxe algumas dicas pedagógicas para atuar junto aos/às estudantes com deficiências múltiplas, chamando atenção, principalmente, para flexibilidade pedagógica ao trabalhar com este público:

- ✓ Posicionamento e manejo apropriado: evitará dores e complicações posturais, o posicionamento adequado do aluno permitirá que ele veja, ouça alcance objetos e movimente-se nas diversas atividades;
- ✓ Oportunidades de escolha: oportunizar o aluno a fazer escolhas, para a sua maior e melhor autonomia;

- ✓ Métodos apropriados de comunicação; todas as formas de comunicação devem ser usadas;
- ✓ Estimulação constante de pessoas que se comuniquem de forma adequada e que proporcionem situações de interação.

A professora despediu-se dizendo que na manhã do dia seguinte íamos colocar a parte teórica em prática, ensinando um pouco da sua prática pedagógica com a utilização de recursos utilizados com os/as estudantes com deficiência múltipla. Fez apresentação de alguns jogos para trabalhar conceitos abstratos de matemática e disse que todos estes materiais são confeccionados por ela mesma. Toda a turma ficou bastante motivada para dar continuidade à oficina.

Foto 12 - Explicações da professora ao grupo



Fonte: Hellenvivan de Alcântara

Segundo dia-07.04.2016-manhã

O segundo dia da oficina foi voltado para as atividades práticas. Após as discussões da parte teórica, realizadas no primeiro encontro, os/as participantes puderam colocar em prática as informações repassadas pela facilitadora.

A turma foi dividida em grupos, de acordo com as afinidades dos/as participantes. A professora apresentou alguns jogos, bem como suas finalidades. Após essa breve apresentação, os grupos confeccionaram alguns jogos sob a supervisão da facilitadora da oficina.

Os jogos confeccionados envolveram as temáticas de matemática, raciocínio lógico e espacial, linguagem e coordenação motora. A saber: Pentaminó (jogo de peças com o objetivo de formar várias combinações possíveis), Resta Um, Jogo das peças (jogo de tabuleiro com o objetivo de desenvolver a visão espacial, atenção e concentração), Dominó adaptado e Jogo do triângulo.

A facilitadora distribuiu moldes para a confecção dos jogos e ajudava os grupos nas dúvidas que surgiam. Com o objetivo de dar significado à atividade, os grupos puderam simular os jogos. Segue abaixo algumas das figuras apresentadas:

Figura 1 - Recursos usados para desenvolver a motricidade e cognição dos alunos com deficiências múltiplas



Fonte: Natália Parente

Ao final da manhã, o grupo fez uma avaliação muito positiva da oficina. Os relatos abordaram principalmente o caráter prático das atividades. Revelando que além das discussões teóricas, é de suma importância a discussão da prática no que diz respeito à inclusão de pessoas com deficiência.

1.3 Encontro dos Professores de Libras

DATA: 06/04/2016 / **HORÁRIO:** 19:45

LOCAL: CAMPUS CANINDÉ

PARTICIPANTES: DINÁ (CANINDÉ); ANTONIO NELSON (TIANGUÁ); JOÃO NETO (ACARAÚ); RAQUECE (CEDRO); CHRISTIAN (IGUATU); GUILHERME (PROEXT); AGEBSON (PROEXT); JULIANA (SOBRAL); DANIELE (LIMOEIRO)

PAUTA:

1. LICENCIATURA EM LETRAS LIBRAS NO IFCE
2. POSSIBILIDADES E ESTRATÉGIAS PARA CURSOS DE EXTENSÃO EM LIBRAS
3. CAPACITAÇÃO PARA SERVIDORES

No primeiro momento, o professor Agebson saudou a todos/as e apresentou os pontos da pauta a serem discutidos na reunião.

1 LICENCIATURA EM LIBRAS NO IFCE

Professora Juliana pediu ao professor Agebson que socializasse as informações sobre a licenciatura em Letras/Libras que será ofertada no IFCE. Ele afirmou que não sabe praticamente nada, que tentou se informar sobre o assunto com o diretor da EaD, Márcio Damasceno, e que o mesmo disse que ficou sabendo desta oferta via imprensa.

Professora Raquece disse que ficou sabendo que o *campus* Fortaleza concorreu e foi aprovado, mas que há uma falta de socialização da informação. Professor Christian explicou que qualquer campus poderia ter se inscrito para ofertar o curso, e que trazer a Licenciatura em Letras/Libras para o IFCE é um anseio antigo e quando recentemente a UFSC abriu inscrições para polos EaD, a professora Andréa fez a inscrição, após conversar com o diretor do *campus* Fortaleza, sensibilizando-o sobre a relevância deste curso.

O diretor aceitou que fosse feita a inscrição, estando ciente de que, como se trata de um polo, os alunos serão contabilizados para a UFSC. Professor Christian acrescentou que com o intuito de não criar expectativas, professora Andrea preferiu não divulgar inicialmente, até o resultado oficial sair. Foram convidados para ser tutores, professora Diná, professora Izalete e ele (Christian). O trabalho de tutoria e coordenação de polo não são remunerados e os profissionais devem ter disponível 20 horas de sua carga horária para a realização das atividades.

Professora Diná afirmou que foi convidada recentemente, após a divulgação do resultado, e que sugeriu que a professora Andrea convidasse professores/as surdos/as, mas a mesma afirmou que já havia feito isso, mas eles não aceitaram, diante deste argumento, ela aceitou e o diretor do seu *campus* já autorizou a sua liberação durante 20hs. Professor Christian disse que o seu diretor ainda não liberou sua carga horária, mas que apesar dos entraves tem muito interesse em participar deste trabalho voluntário.

Professor Agebson ressaltou ainda que a UFC começou também sendo polo da UFSC, fato que deu notoriedade para a UFC para que posteriormente ela pudesse ofertar o curso presencial. Raquece corroborou com Agebson, e disse que só questionou sobre o acesso à informação. Professor Christian explicou que por uma questão de distância entre os/as professores/as do IFCE, às vezes a comunicação é dificultada e informou que apesar de muitos *campi* terem se inscrito para ser polo da UFSC, somente três foram aprovados: IFAM, IFMG e IFCE. Agebson disse que esta parceria é muito importante e quem sabe possa possibilitar talvez um Minter ou um Dinter com a UFSC, que é uma instituição de referência.

2 POSSIBILIDADES E ESTRATÉGIAS PARA CURSOS DE EXTENSÃO EM LIBRAS E AFINS

Agebson questionou sobre como estão sendo realizados os cursos de Libras nos *campi*. Raquece disse que em Cedro, com a colaboração do professor Michael, são realizados o curso básico de Libras (180h) e o curso de tradução e interpretação (180h). Acrescentou ainda que gostariam de ofertar um curso de formação de intérprete (250h), em parceria com o IFCE Iguatu, mas que para isso é necessário ter na equipe um/a psicólogo/a e um/a fonoaudiólogo/a. Agebson explicou a diferença entre curso de extensão (não é regular e os técnicos podem participar e dar aula) e cursos vinculados ao ensino (regulares, mas os técnicos não podem dar aula).

Christian apresentou o projeto de extensão “Libratório”, uma espécie de repositório *online* de aulas de libras, no qual qualquer pessoa pudesse acessar as vídeo-aulas, mas não haverá certificação e convidou os/as docentes dos outros *campi* para participarem do projeto, enviando vídeo-aulas. Os/as professores/as questionaram alguns pontos do projeto como infraestrutura, edição, equipamentos, bolsistas e a importância da submissão para conseguir a viabilização do projeto. Agebson comentou que no edital da PROEXT foi uma conquista colocar uma cota de nove vagas para projetos com a temática direitos humanos e somente seis se inscreveram.

3 CAPACITAÇÃO PARA SERVIDORES/AS

Agebson colocou que há uma demanda para que seja ofertada capacitação em Libras para, pelo menos, 5% dos/as servidores/as do IFCE. Professora Diná afirmou que o curso de Libras já acontece em Canindé e é aberto para todos/as, dando prioridade para a participação dos/as servidores/as, no entanto, geralmente eles/as se inscrevem, mas depois desistem de cursar. Professora Juliana disse que também há curso de Libras em Sobral e que, atualmente, tem 10 servidores participando do curso.

Em seguida, foi realizado um levantamento, sobre quais os *campi* estão ofertando curso de Libras

e quais as cargas horárias: Sobral – Curso Básico 1 (40h); Canindé – Básico 1 (40h); Tianguá – Básico 1 (40h); Acaraú – Básico 1 (60h); Limoeiro – Básico 1 (40h); Iguatu – Básico (140h) e Cedro – Básico (180h).

Agebson solicitou que os/as professores/as pensassem na possibilidade de ofertar um curso específico para servidores. Foi colocado pelos professores que os cursos de Libras já existem e que todos os servidores são convidados e incentivados a participar.

Foto 13 - Docentes e intérpretes ao final da reunião



Fonte: Agebson Façanha

1.4 Relato da reunião dos/as tradutores/as e Intérpretes do IFCE

A reunião teve início às nove horas da manhã do dia 07 de abril de 2016, contando com os seguintes participantes: Agebson (coordenador da Comissão Técnica de Acessibilidade do IFCE); Daniela (intérprete do campus Limoeiro do Norte); Guilherme (intérprete da PROEXT) e os/as professores/as de Libras: Diná (campus Canindé); Raquece e Michael (campus Cedro) e Cristian (campus Iguatu).

Não houve necessidade de uma apresentação formal, como é praxe nesses momentos, devido ao fato de todos os membros presentes já se conhecerem. Guilherme, então, começou a reunião definindo a pauta de discussão que foram: “regimento interno dos TILS no IFCE; Central de TILS *online* no IFCE; e atuação e disponibilidade de colaboração nos Napnes.

Primeiramente, falou-se sobre o regimento interno dos TILS do IFCE e sua importância, para que, dessa maneira, a atuação do/a servidor/a esteja respaldada por critérios que norteiam a função, assim como os deveres e responsabilidades dentro da instituição, evitando, deste modo, equívocos sobre o papel desse profissional, servindo de guia tanto para o profissional como para o departamento em que irá ser lotado e disponibilizará o serviço específico de tradução e interpretação da Libras para Português e vice-versa.

Ainda no mesmo tópico foi explanado como tratou-se a metodologia de construção do documento supramencionado, tomando como base regimentos de outra instituição de ensino federal, como a UFC, e alterando diversos pontos para construir um documento que atenda ao perfil do IFCE.

Em seguida, foi encaminhado para todos/as os/as tradutores/intérpretes de Libras, para acrescentarem sugestões ou subtração de conteúdo para o documento final, definindo-se prazo para a devolutiva dos mesmos. Depois o mesmo documento foi encaminhado para os membros da comissão de políticas de acessibilidade do IFCE do eixo linguagem, códigos e tecnologias, também ficando pré-estabelecido prazo para a devolutiva.

Entretanto, apesar de estender o prazo e de serem feitas reiteradas solicitações de respostas, somente o Jullian (intérprete de libras de Tianguá) respondeu que precisaria deixar no texto que, na situação na qual um outro *campi* solicite o serviço de tradução/interpretação, o campus solicitante se responsabilizará em assegurar diárias caso necessário, como deve ser feito institucionalmente.

Nesse momento, Raquece interveio sugerindo a ampliação do quadro de servidores/as TILS, pois, observando o caso de Daniela, que teve um período de trabalho de 300h, ou seja, manhã, tarde e noite, de segunda a quinta, no IFCE de Limoeiro do Norte, pois havia demanda de conteúdo acumulada da professora de Libras nas aulas nos cursos de licenciatura, tendo em vista o cumprimento das etapas do processo de convocação dos profissionais da área., No início da atuação da docente em questão, houve constantes participações em reuniões intercaladas durante o dia. Outra situação que estava sendo atendida, era a da estudante surda que tinha aulas à noite no campus e acabou desistindo das aulas, por causa desse período conturbado na definição ou organização de horários.

Em meio a sobrecarga da servidora, surgiu um conflito entre a intérprete e a professora de libras, gerando desconforto na realização das atividades rotineiras de ambas, em vista de atender às necessidades comunicativas da professora, a mesma solicitava demandas que não caberia à intérprete do campus realizar, como tradução do material da pós-graduação de outra instituição, não vinculada ao IFCE, portanto não caracterizando atribuição do profissional(TILS).

De todo modo, houve esclarecimentos e orientações que poderiam ser empregadas a tempo, minimizado o conflito, como por exemplo: ajustar os horários de permanência dos/as TILS de acordo com o dos professores e discentes, dando prioridade para os momentos de sala de aula. Caso não haja preenchimento da carga horária total do TILS, esse horário remanescente seria utilizado nos momentos estratégicos, como reuniões do corpo docente, palestras e visitas do MEC que ocorressem eventualmente.

Também estabeleceram-se limites de atuação para atender somente o que fosse de caráter institucional, e não de caráter privado ou particular.

Apesar de todos/as esses desconfortos gerados nesse período de três meses, estabelecemos que a chefia tem autonomia e competência para resolver pontualmente esses impasses. Portanto, a relevância do regimento interno de atuação dos/as TILS do IFCE denota uma responsabilidade maior no sentido de orientar os demais *campi* que tem e irão dispor deste profissional no seu quadro de servidores.

Daniela relatou que, finalizando o semestre, a rotina se estabilizou de tal modo que havia dias na semana com atividades intensas e outros de ociosidade, propiciando sua colaboração com a equipe em diversas atividades, cuja função não corresponde diretamente à sua.

Houve sugestões para que, nos *campi* onde existissem docentes surdos/as, estivessem presentes, também dois/duas TILS, entretanto foi discutida sua real necessidade tendo em vista que as demandas oscilam de forma extrema, havendo momentos em que as atividades de interpretação são ininterruptas e desgastantes e outros momentos de ociosidade.

Algumas pessoas vislumbraram problemas no tocante à remoção dos/as docentes de Libras e dos/as TILS, pois há a possibilidade dos/as professores/as surdos/as solicitarem remoção para *campi*, em que não haverá, de imediato, poderá não haver a presença TILs, assim como o TILS poderá ir para *campi* sem a presença de um docente surdo, ocasionando o desencontro e novamente uma espera na lotação de novos servidores tanto professores/as como TILS.

Todavia, retomando a questão dos serviços de interpretação ininterruptos, está prevista uma medida para minimizar o desgaste do/a profissional dentro do regimento interno do serviço de atuação dos/as TILS no IFCE.

Dando andamento ao primeiro tópico, foi questionado aos/às presentes sobre a necessidade de reler as cinco laudas de regulamentação interna do serviço de atuação dos/as TILS no IFCE. Os presentes disseram não ser necessário naquele momento, mas solicitaram que reenviasse o documento de regulamentação, para os e-mails de todos/as, com o objetivo de tomarem conhecimento e retornarem com seus argumentos sobre os dispositivos no documento final; Deste modo, foi estabelecido um prazo de recebimento e retorno para tornar a entrar nos trâmites da instituição, passando pela PROGEP, entre outros documentos, até finalizar e compor um documento oficial do IFCE.

Também houve questionamentos sobre como está na proposta de regimento a solicitação de intérpretes para outros *campi*, com o objetivo de realizar serviços em parceira ou momentos pontuais que não requerem uma regularidade, Guilherme esclareceu e Agebson reforçou que, no documento está previsto que o campus solicitante se responsabilize pelos ônus (logística e diárias, caso necessário), pois é a parte interessada no serviço.

Outras dúvidas foram: quanto à forma de solicitação do serviço, se seria via convite, convocação, ofício e/ou memorando? E se o profissional (TILS) poderá ou não recusar o serviço? Sobre a forma de solicitação está definido no regimento que o TILS fica disponível para prestar o serviço desde que não prejudique as atividades do setor que está lotado ou agendadas anteriormente a solicitação. E todas as formas de solicitação são válidas dependendo do perfil da atividade e a urgência na prestação do serviço. Agora, quando o servidor é convocado todos os custos devem ficar a cargo dos/as solicitantes. E a última pergunta: caso o/a TILS recuse o serviço em outro campus, mesmo tendo a liberação da chefia imediata e com os custos garantidos?

Vale dizer que o assunto mencionado acima surgiu devido à ausência de 2 (dois/uas) servidores/as dos/as 3 (três) que foram solicitados à atuação aos campi pela PROEXT, sendo que o convite foi endereçado diretamente para os diretores de cada campus que dispõe de profissionais com essa expertise específica, acordado internamente entre a Pró reitoria de Extensão e os diretores, e oficializado via carta convite para garantir a acessibilidade comunicativa entre as pessoas surdas utentes da Libras no evento, dentre os quais havia dois professores surdos do IFCE.

Tendo como base essa discussão, houve o agravamento em decorrência da ausência de um/a dos/as profissionais (TILS) que, segundo alguns presentes, teria justificado sua ausência, porque haveria “achado o dinheiro pouco”, referindo-se aos valores da diária paga aos servidores/as, deixando uma sensação de insatisfação e desrespeito com os/as organizadores/as e demais intérpretes presentes, assim como com as pessoas surdas que seriam atendidas durante os três dias de realização do evento. Portanto, surgiu a necessidade de colocar, dentro do regimento interno dos TILS, que devemos assegurar que o/a profissional tenha obrigatoriedade de atender aos demais *campi*, dentro dos critérios estabelecidos e garantidos nos outros itens que compõem o documento.

Um questionamento que surgiu por Daniela foi sobre as dificuldade mais graves com relação à função deles/as nos *campi*, sobre quais os trâmites para resolver esses possíveis problemas, quem irá dar suporte para os/as mesmo/as, no tocante as queixas em situações específicas da profissão?

Definiu-se como ideia inicial que o/a tradutor/a/intérprete de Libras fique lotado/a no Napne do campus. Assim, ficará a cargo do/a coordenador/a do Napne deliberar sobre determinadas questões da atuação do/a servidor/a. E, caso não tenha, o/a TILS se direcionará a sua chefia imediata e, em última instância, ao/a diretor/a do campus. Este não conseguindo resolver, pode-se encaminhar a demanda para a Coordenação de Inclusão Social da PROEXT.

Raquece colocou-se sobre o número ínfimo de intérpretes e sobre o último concurso dos/as TILS que foi embargado por causa da prova que não havia sido estruturada dentro de critérios adequados para

selecionar um/a profissional para a atuação no IFCE, pois no processo do concurso interno para este cargo não estava contemplada a segunda fase que é comum em concursos para tradutores/as e intérpretes de línguas orais e língua de sinais. Deste modo, corre-se o risco de aprovação de um/a candidato/a sem a fluência adequada para atuar nos mais diversos tipos de contextos e ambientes dentro da instituição.

Os/as presentes relataram experiências negativas de outras instituições que utilizaram somente a prova objetiva, onde tomaram posse servidores/as que não tinham competência linguística mínima para realização dos serviços solicitados.

Tomando como base os relatos dos/as presentes, deliberamos que a atenção dos concursos futuros para TILS e professores/as de Libras (mencionado na discussão) devem contar com primeira e segunda fase, obrigatoriamente, sendo a primeira prova objetiva eliminatória e a segunda prática e eliminatória, que avalie, prioritariamente, as competências linguísticas e tradutórias/interpretárias do/a candidato/a em ambas as línguas da seleção do concurso.

A comprovação de competência para atuar nas áreas de tradução e interpretação da Libras deve ser apresentada no ato da convocação. Os comprovantes regidos pela lei e decreto da Libras, e atualizada segundo a nova lei de inclusão (lei 13.446, de 6 de julho de 2015). Pois entrou no debate se a prova prática da segunda fase seria o equivalente aos diplomas, certificados de formação ou exame de proficiência da Libras. Como deliberação, ficou estabelecido que se sigam as orientações da legislação vigente, e que a prova de segunda fase não deve substituir os comprovantes das formações, pois os/as demais tradutores e intérpretes de outras línguas orais devem apresentar. Então deve-se aplicar o princípio da isonomia.

A professora Diná chamou atenção para a pressão junto aos/às diretores/as para a convocação de mais TILS, entretanto precisa haver cautela no aproveitamento de listas de outros concursos, pois pode-se cometer o erro de chamar alguém para assumir que tenha passado por um concurso sem segunda fase, como explanado acima.

Cristian mencionou que precisamos ver com responsabilidade o perfil dos/as intérpretes que entram no IFCE, vindo de outras instituições em outros processos, como a redistribuição, para que não aconteça de entrarem servidores/as sem as competências tradutórias devidas para atuar na instituição.

Diná relatou, ainda, a experiência negativa de uma professora de Libras do IF de São Paulo num evento, o Encontro Nacional dos/as Professores/as de Libras, quando não compreendia a conversa em Libras, momento que causou estranheza nos/as presentes, pois a reunião seria proferida na língua de sinais brasileira, quando surgiu a hipótese de que a pessoa provavelmente não passou pela prova didática, que dever ser, obrigatoriamente, realizada em Libras.

Daniela, em um debate com o professor Cristian, retomando o tema discutido acima, a respeito das solicitações de tradução e interpretação para a professora de Libras do campus em que atua, sem vínculo institucional, ou seja, eram serviços particulares que a mesma estava realizando no horário de trabalho dentro do IFCE Limoeiro do Norte. Cristian orientou a mudar o discurso, pois essa conduta não é benquista no ambiente institucional e poderia prejudicar futuras atuações da mesma, pois não poderia aceitar esses serviços, tendo ciência que não é institucional.

Portanto, segue como deliberação e norma para os/as demais que tiverem a mesma dificuldade ou similar, que os serviços solicitados sem vínculo institucional deve ser realizado fora do intervalo de serviço do/a servidor/a, e este poderá cobrar pelo serviço.

Dando continuidade às pautas, Guilherme apresentou o projeto que está em elaboração dentro da instituição, que é a Central de intérpretes de libras que, sendo ativada, resolverá alguns dos problemas comunicativos das comunidades surdas nos *campi* do IFCE. O instrumento tem como norte intermediar

conversas de curta duração entre pessoas ouvintes (que não sabem se comunicar em Libras) e surdos/as fluentes em Libras.

A ideia inicial é que as recepções dos *campi* possam ter acesso ao serviço, e posteriormente ser levado aos demais ambientes, para que se beneficiem com este serviço, como, por exemplo, os Napne's.

Deste modo, poder-se-ia aproveitar os intervalos entre os serviços dos/as TILS que em algum momento estejam ociosos/as, preenchendo, assim, a sua carga horária no IFCE.

Cristian questionou se haveria recurso financeiro para a implantação do equipamento e qual a origem da ação apresentada. |Por sua vez, Agebson respondeu colocando que não haveria necessidade de investimento elevado, bastando somente os *campi* interessados disporem de uma *webcam* e computadores com acesso ao *Skype* e o contato da central salvo, e que a iniciativa é de origem da Pro reitoria de extensão, entretanto o objetivo é atender as eventualidades comunicativas dos *campi*, ou seja, os/as TILS dos *campi* podem organizar seus horários em forma de escala para esse atendimento.

Diná solicitou que haja no regimento interno dos TILS uma menção à parceria e atuação desse profissional em projetos da instituição, mesmo não havendo documento de impedimento para essa prática. Os/as presentes concordaram ser importante esta informação no texto, para deixar estabelecido e servir para nortear a gama de atuação desses/as profissionais. Agebson reforçou e acrescentou a importância de apresentar a demanda à chefia imediata, inclusive aos/às diretores/as dos *campi*.

Finalizado os esclarecimentos e as contribuições da Central de Libras, os/as intérpretes iniciaram o último tópico que tratava da conduta dos/as TILS na instituição e algumas incoerências na atuação, iniciando pela carga horária desse profissional que é de 40hs semanais.

O assunto teve origem em função de casos em que o/a profissional somente queria ficar no campus nos momentos de sala de aula do professor/a de Libras, ou seja, não cumpria toda a carga horária, embora os TILS saibam, e que é de conhecimento dos/as presentes, que as horas em sala de aula, comparada com a carga horária do TILS, é menor, pois o/a docente tem outras atribuições que não somente a sala de aula, como planejamento e projetos afins.

Foi colocado que no regimento há uma previsão de tempo de estudo para o/a TILS dentro da instituição, que poderá ser utilizado para aperfeiçoamento da prática nos momentos tradutórios, além de apoio às políticas de acessibilidade e inclusão da instituição, podendo até provocar problematização das reservas de vagas para surdos/as, ou avaliações diferenciadas para garantir o acesso desse público e, por consequência, aumentar a demanda de atividades interpretativas e tradutórias do/a TILS, assim reduzindo a ociosidade e garantido atuação dentro da expertise do servidor, evitando deste modo o desvio de função.

Daniela levantou uma futura dificuldade que terá no semestre seguinte com a entrada de duas estudantes surdas, que demandarão 4hs de interpretação em sala de aula, sendo 20hs semanais, relatando que é um trabalho excessivo dos/as intérpretes em sala de aula, e da importância de haver revezamento em sala de aula, daí a necessidade de haver concurso para suprir as vagas, e também a necessidade de haver intérpretes itinerantes.

Foi relatado por Daniela e Cristian a experiência dos/as TILS da UFC que, em sala de aula e demais atividades dentro da instituição, atuam em dupla, para possibilitar o revezamento, e não prejudicar a qualidade da interpretação, assim como evitar desgaste físico do/a profissional.

Guilherme mencionou que a UFC, assim como outras poucas universidades federais que detêm um efetivo maior de intérpretes, concentrados na mesma região, tem essa facilidade, diferentemente dos modelos adotados pelo IFCE e a localização dos institutos federais, tendo sede em diversos pontos do estado, dificultando, assim, aplicarmos os mesmos moldes da UFC, e também temos refletir sobre a predominância

de intérpretes em sala de aula: é somente um/a por sala, pelo menos é o que ocorre nas escolas estaduais e municipais, embora não possamos comparar, pois o nível educacional é diferente, assim como as exigências quanto as competências.

Cristian lançou a proposta de intérpretes itinerantes, que havia sendo pensada antes da convocação dos TILS que estão na instituição atualmente, vislumbrando a dificuldade de justificar a convocação de dois/as profissionais por campus, por exemplo: a sugestão de lotação seria a reitoria, e havendo a necessidade do serviço, esse deslocar-se-ia para atender a demanda de curto ou longo prazo.

Diná sugeriu a possibilidade de contratação de dois intérpretes, onde já existam professores/as surdos/as, e caso surjam estudantes surdos/as, ficaria mais fácil para atender em sala de aula.

Agebson levantou um problema crítico que é a remoção, pois os/as professores/as que estão lotados em um campus com dois/duas intérpretes e é removido para outro/a, não há a garantia de que os/as intérpretes tenham pedidos de remoção para o mesmo local dos/as docentes surdos, ou seja, essa movimentação que ocorrer na remoção pode agravar a situação institucional.

Diná solicitou a Agebson que fizesse um estudo das macrorregiões para lotar os TILS visando atender essas localidades delimitadas. A ideia seria estabelecer que os/as possíveis *campi* de uma macro região e o TILS fiquem a serviço dessas localidades para atendimento, dependendo da demanda que surgir.

Cristian lembrou que a ideia do governo federal é de que toda a instituição pública deve contratar intérpretes de Libras, além de concordar com a ideia da Diná, de macrorregião.

Agebson falou que ia estudar a legalidade deste modelo de intérpretes por macrorregião e de ter intérprete itinerante. A ideia de lotação dos/as intérpretes em macrorregiões é na reitoria e no segundo momento lotá-los/as na reitoria e disponibilizá-lo para os demais *campi*.

A lotação dos/as TILS foi discutida no II encontro do Napne em Acaraú, e deliberado em assembleia no final do evento que a distribuição dos/as intérpretes ocorreria dessa forma que utilizamos atualmente, que é lotar no campus em que irá atuar.

Cristian reforçou que precisa haver uma atenção maior no lançamento de concursos para intérpretes itinerantes ou por macrorregião, na instituição, e que a proposta dever ser levada para os/as responsáveis pela elaboração dos concursos, claro, passando sempre pela viabilidade legal da proposta.

Outra observação é haver a opção de que a instituição possa deslocar o/a TILS dependendo da necessidade deste em determinado campus, ou seja, quando não houvesse demanda de tradução e interpretação naquela região, o TILs seria deslocado para outra, em que poderia ter um aproveitamento mais específico, apesar de na sugestão não ter sido estabelecidos critérios de como será o processo com relação às regras ou inclusão no regimento.

Uma afirmação levantada foi que, dentro dos processos de remoção atuais os/as professores/as irão para o campus que não são os mesmos solicitados pelos/as TILS que estão nessas localidades, ocasionado um desencontro e possibilitando outro processo de novas convocações ou abertura de concurso para contratação de novos/as TILS, que é um processo que exigirá um tempo até a finalização de todas as etapas.

Novamente foi mencionado o concurso com vagas para intérpretes. Foi dito que deveriam haver 2 fases, sendo que a primeira seria objetiva, a segunda seria tradução e interpretação, todas eliminatórias, e ainda exigindo, minimamente, o PROLIBRAS.

Raquece mencionou a luta dos/as intérpretes para a mudança de nível de D para E, citando que na UFRN houve concurso para intérprete com nível E. Então foi esclarecido que será difícil essa mudança de nível, visto que os/as intérpretes já são lotados na instituição com nível D.

Guilherme esclareceu que o IFCE têm 20 códigos de vaga de nível D, estes mesmos códigos não

podem ser alterados para nível E. Portanto, a luta nacional que está ocorrendo é que haja a suplementação dos rendimentos; que se adequem aos rendimentos dos/as profissionais que atuam no nível E, uma equidade na remuneração ou gratificação, pois ambos têm as mesmas descrições no papel a ser realizado. Nada impede que a instituição abra concurso para nível E, entretanto, atualmente, não existe código de vaga na instituição para esse nível.

Daniela mencionou a dificuldade de chegada do/a surdo/a ao IF sem a presença dos/as intérpretes. Esse aluno/a precisa ser tratado/a com atenção dobrada, para que não haja desistência, simplesmente pela dificuldade de contratação dos TILS.

Raquece pontuou que, da maneira que está sendo feito o processo seletivo (análise curricular ou histórico), está mais fácil para que os/as surdos entrem nos nossos cursos, e que precisa ser garantida a permanência. Portanto, a presença de TILS é de suma importância.

Agebson expressou que, somente com a entrada dos estudantes surdos e o crescimento da demanda, os/as gestores agirão a favor da contratação de novos/as intérpretes e/ou de novos concursos.

Cristian argumentou sobre a necessidade de pontuar a importância do/a intérprete itinerante, antes mesmo de sair o concurso, para que fique clara a função desse profissional antes da lotação.

Mais uma vez Daniela mencionou a possível chegada de discentes surdos/as nos *campi* Limoeiro do Norte, Cedro e Iguatu e enfatizou a necessidade de já haver intérpretes nesses *campi*, sendo que só há em Limoeiro do Norte. Mencionou ainda que se houver demanda de surdos/as nos *campi* e não houver intérpretes, os/as diretores/as deverão tentar articular parcerias com o estado e a prefeitura, com o objetivo desses órgão contratarem e cederem os profissionais para o IFCE, tendo em vista que não realizamos nenhum concurso para o cargo atualmente.

Foto 14 - TILs reunidos/as com Coordenador de Inclusão Social da PROEXT



Fonte: Eugênio Pacelli

Michael mostrou um edital do IFMA sobre o processo seletivo para contratação de intérpretes temporários, e sugeriu a possibilidade de se fazer aqui, caso necessário.

Nesse contexto, Agebson mencionou o problema do IF de Brasília. Lá chegaram quatro estudantes surdos/as e não havia intérpretes, então ligaram para ele (Agebson) pedindo orientações a respeito do caso e o que poderia ser feito. Ele sugeriu parcerias com outras instituições.

Michael, mais uma vez, pontuou que, se houver demanda, precisa verificar a possibilidade de

contratar intérpretes de forma temporária.

Agebson encerra dizendo que no IFMA o processo seletivo era para terceirizar o/a profissional, o que não podemos fazer no IFCE, pois temos código de vagas para TILS e não podem ocorrer contratação de terceirizados/as, situação que pode ter ocorrido no IFMA, provavelmente não tinham código de vaga para o concurso, então abriram para contratação de terceirizado/a.

Sem mais assuntos a serem tratados, a reunião foi encerrada. E abaixo apresentam-se os encaminhamentos.

Encaminhamentos:

- Construir um texto com as observações, para evitar essa situação que envolva trabalhos da instituição e serviços privados, definir as especificidades de ambos os trabalhos em que situações podem gerar (Daniela ficou responsável);

- Sugestões para que nos campi em que há docentes surdos, haja dois TILS (verificar a real necessidade de dois TILS onde houver docentes surdos, tendo em vista as futuras remoções)

- Buscar estratégias para evitar a ociosidade dos/as TILS quando não estiver atendendo às demandas dos *campi*.

- Enviar o regulamento dos TILS aos membros presentes na reunião.

- Lotação de TILS no Napne.

- Acrescentar, no regimento de atuação dos TILS, quanto à prestação de serviço em parceria com outros campi instituições, devemos explicar a definição e as regras de recusa do serviço, sem que prejudique o campus solicitante e o que disponibilizou o/a servidor/a.

- Nos concursos para TILS e professores/as de Libras, deve ser exigida segunda fase prática ou didática, respectivamente para cada cargo.

- Colocar no regimento a possibilidade dos/as TILS participarem de projetos de cunho institucional.

- Fortalecer as políticas nos Napnes, ou seja, vincular as atividades dos TILS ao Napne, como orientação a respeito das especificidades dos surdos e da profissão dos TILS, além de pensar em conjunto maneiras de viabilizar o acesso dos surdos a instituição, assim como a sua permanência.

- Verificar a viabilidade da atuação dos/as TILS em macrorregião, ou de forma itinerante.

- Após estudo a respeito dos/as TILS por macrorregião ou de forma itinerante e suas consequências, levar a proposta para discutir com os/as responsáveis pela elaboração das regras do concurso.

07/04/16 - INTERVALO DO ALMOÇO - ENCONTRO SETORIAIS DE ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGOS/AS. ESTES/AS DISCUTIRAM MAIS QUESTÕES DE ÂMBITO DIRETO APENAS PARA PSICOLOGIA. POR ISSO NÃO SE TEM AQUI O RELATO.

1.5 Reunião Técnica - Serviço Social

Participantes: Claudenira (Tauá), Germana (Morada Nova), Rafaela (Itapipoca), Kelma (Limoeiro do Norte), Aline Siebra (Camocim), Patrícia Freitas (PROEXT).

Pauta proposta:

1- Apresentação/Informes/Troca de informações;

2- Conhecer as AS atuantes nos Napnes, e quais desejam colaborar com a implantação;

3- Atuação do SS no Napne;

4- Projeto de SS da PROEXT.

Iniciamos a reunião com a fala da Assistente Social Patrícia (Pró-reitoria de Extensão), que explicou ao grupo sobre a participação da Aline Siebra, Assistente de alunos de Camocim, que possui graduação em Serviço Social, com registro ativo no CRESS, e no IFCE atua contribuindo através de sua graduação com ações de extensão que foram realizadas quando lotada no seu antigo *campus* Ubajara (inclusive registradas no SIGPROEXT), e agora deseja fazer o mesmo em Camocim. As demais Assistentes sociais a acolheram e consideraram bem-vinda a participação da mesma.

Patrícia informou sobre a candidatura de Assistentes Sociais ao CONSUP, da importância de ocupar estes espaços para defesa de ações inclusivas na educação. Perguntou ainda se as colegas haviam enviado trabalhos ao CBAS, quando apenas Kelma e ela responderam que sim.

Também se discutiu rapidamente sobre concurso para Assistente Social no IFCE e concurso de remoção.

Claudenira, assistente social de Tauá, falou da importância das discussões que realizadas no evento e da necessidade de envolver mais docentes no debate, pois ainda existem posturas, em instituições públicas, que consideram o/a estudante com deficiência um problema externo à sala de aula. Nesse momento, debateu-se sobre evasão, pauta que também foi levantada no Fórum de Ensino realizado pela PROEN em 2014 e 2015. No Fórum de 2014, Claudenira afirmou ter participado, já que à época estava como coordenadora técnico-pedagógica.

Sobre a pauta 2- Kelma e Germana informaram que atuam no Napne e estão procurando participar de formações para atuar na área. Claudenira disse que Tauá tem Napne, mas ela iria ingressar após o retorno ao campus. Rafaela explicou que está tentando implantar, pois o *campus* ainda não tem total autonomia. E Aline disse que tão logo volte a Camocim, também tentará implantar.

Na pauta 3 – Rafaela disse que buscará maiores articulações com a Direção e precisará de apoio da PROEXT. Ficou de conversar com o Agebson (coordenador da inclusão social). Kelma disse que vai solicitar à equipe da PROEXT uma visita ao *campus* de Limoeiro, para ajudar no fortalecimento das ações do Napne. Aline, do *campus* Camocim, disse que, ao retornar ao campus, fará uma socialização do evento para buscar novos/as interessados/as. Já a Claudenira ficou de procurar conhecer a portaria do Napne do *campus* Tauá e seus integrantes. Germana disse que, em Morada Nova, antes de implantar o Napne, a equipe passou um tempo em grupo de estudo, apropriando-se das questões que iam ser trabalhadas e que, atualmente, estão fazendo plano de ação e buscando um momento com docentes e PROEXT. Patrícia enfatizou a importância de, nos planos, ter definido o papel dos/as profissionais, deixando claro, obviamente, como se dará o trabalho interdisciplinar também.

Kelma também disse que buscará conhecer mais sobre trabalho sociopedagógico junto à DAE e Maracanaú. Germana disse que sente necessidade de maior motivação para os/as servidores/as a participarem de ações de extensão, principalmente os/as técnicos/as administrativos/as. Aline (Camocim) enfatizou que, em Camocim e Ubajara, de fato, dentre os servidores, os professores são os que mais realizam extensão.

Na pauta 4- Patrícia falou rapidamente (pois a mesa da tarde já estava para ser iniciada) sobre o projeto de Serviço Social da PROEXT, que será apresentado às AS após a apresentação no Colégio de Dirigentes – COLDIR, e que deseja, antes da apresentação ao SS, ter uma mesa redonda para debater sobre a importância do projeto de intervenção em Serviço Social, e pediu às colegas sugestões de nomes de professoras da UECE. Os nomes apresentados foram:

- Liana Brito (mais voltada para discussões ontológicas e ortodoxas -marxistas);
- Elivânia Moraes (que atua na linha de avaliação, pesquisas na educação, numa vertente mais pós-moderna);

- Leila Passos – (há tempos é professora de estágio em SS, e com muita experiência acumulada para discutir a temática.

Rafaela ficou de ajudar Patrícia na composição dessa Mesa. Patrícia disse que também já vinha conversando com as AS da DAE sobre isso.

Foto 15 - Assistentes sociais participantes do evento



Fonte: Guilherme Júlio

1.6 Relatos do 2º- Dia 07.04.16, às 14h

MESA-REDONDA: ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS DE ENSINO E AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Às 14:00h deste dia foi iniciada com a fala da enfermeira do campus Canindé Helyane Candido Pereira buscando a mobilização todos contra o mosquito da dengue. Trouxe dicas de como todos/as devem colaborar para não deixar o mosquito vencer esta guerra. Em seguida, a professora e coordenadora do Napne em Canindé, Diná Santana, juntamente com o grupo de estudantes presentearam os participantes com a declamação de poesias.

Dando sequência a programação do evento, passamos para a mesa-redonda *Estratégias metodológicas de ensino e avaliação de aprendizagem da pessoa com deficiência no ensino superior*. A mesa era composta por Gerarda Neiva Cardins Gomes (mestre em Tecnologia da Informação e da Comunicação e Especialista em Educação Inclusiva e Prof^ª. do ICES). João Bosco de Farias (Prof. Pedagogo da PMF e representante da ACEC). Eronildo do Nascimento de Sousa (discente do Curso de educação física - *campus* de Canindé). Esta mesa teve como mediadora, a técnica em assuntos educacionais Lilian Freitas Coelho (membro da comissão técnica para a política de acessibilidade do IFCE).

Devido à cegueira total de João Bosco e Eronildo do Nascimento foi solicitada a Patrícia Freitas (Comissão Técnica para a Política de Acessibilidade do IFCE) para fazer audiodescrição dos slides durante apresentação da Gerarda Neiva.

João Bosco iniciou falando das experiências vividas por ele durante a educação básica e superior. Em ambos os níveis, Bosco disse contar com o apoio dos amigos e a compreensão de alguns professores. No ensino superior, passou por situações em que o professor só percebeu que ele tinha deficiência visual após três

meses de aula, em outros casos, sua deficiência era notada quando ele procurava o docente para saber como seria a avaliação. Também falou da dificuldade em usar o Braille, preferindo o uso das tecnologias digitais. Afirmou utilizar o computador para fazer a prova que lhe deu direito a cursar Pedagogia na Universidade Estadual do Ceará- UECE. Usava os gravadores em sala de aula para posterior digitalização dos trabalhos. E enquanto os colegas de sala escreviam no caderno, Bosco digitava no computador.

Sobre a forma de avaliar, ele relatou que em algumas vezes os/as docentes liam a prova para ele e que em outras vezes os/as docentes solicitavam uma auxiliar para fazer a leitura. Dentre os pontos positivos vividos durante a vida escolar, Bosco destacou as perguntas feitas pelos docentes de como poderia ajudá-lo. Essa pergunta, segundo ele, era muito importante, pois dava a oportunidade dele apresentar aos docentes os recursos que facilitariam a sua aprendizagem.

Se para alguns deficientes visuais o leitor é a melhor opção na hora de participar das seleções, Bosco prefere fazer uso do computador, pois com esta ferramenta em mãos, ele pode repetir as perguntas da prova ou fazer a leitura da redação quantas vezes quiser. Por isso é importante sempre perguntar para a pessoa com deficiência qual o melhor recurso para ela.

Foto 16 - Composição da mesa-redonda: Estratégias Metodológicas de Ensino e Avaliação da Pessoa com Deficiência no Ensino Superior.



Fonte: Eugênio Pacelli

Em seguida, foi a vez de Eronildo do Nascimento compartilhar os desafios enfrentados durante a sua vida escolar. A princípio falou da avaliação, que segundo ele, sentia-se mais à vontade para fazer quando se tratava das avaliações práticas. Sendo necessário apenas que os/as colegas fizessem a descrição do movimento.

Assim como Bosco, Eronildo disse preferir usar o computador durante as aulas e que embora alguns docentes já tenham solicitado que ele faça prova oral, prefere fazê-la usando o computador. Sobre o envolvimento com a turma, ele disse se sentir bem acolhido. E como estudante do IFCE, *campus* Canindé, diz que tem encontrado muitos parceiros que tem contribuído com sua formação.

Após a fala de Eronildo foi a vez da professora Gerarda Neiva apresentar como o Instituto Cearense de Surdos (ICES) avalia seus/suas estudantes. Antes de falar propriamente sobre como se processa a avaliação, Gerarda apresentou alguns aspectos importantes sobre a instituição onde atua:

- ✓ Localização: Av. Rui Barbosa, 1970 - Aldeota, Fortaleza – CE.
- ✓ Quadro funcional: 29 professores efetivos e 12 temporários

- ✓ Intérprete de Libras
- ✓ Estudantes: 277
- ✓ Níveis de ensino: Ensino fundamental I e II
- ✓ Educação de Jovens e Adultos – EJA I e II
- ✓ Ensino Médio

A matriz curricular e a carga horária são os mesmos das demais escolas do Estado do Ceará. Tendo como diferencial as aulas em Libras que estão presentes em todas as turmas com carga de 4 horas semanais, ensinada por docentes surdos/as.

A avaliação se processa dentro de uma perspectiva bilíngue buscando acessibilidade e a inclusão social desses sujeitos. Esta avaliação segundo a docente vem para atender a Lei 10.436/2002 e o decreto 5.626/2005 no seu artigo VII *é preciso que se desenvolva e adotar avaliações de conhecimentos devidamente expressos em Libras registrada em vídeo ou em meio eletrônico e tecnológicos.*

Foto 17 - Exposição de Gerarda Neiva



Fonte: Hellenvivian de Alcântara

O Projeto Político Pedagógico do ICES é avaliar o/a estudante surdo/a por meios que proporcionem realizar a prova em Libras que é sua primeira língua (L1) e o Português como segunda (L2). E as avaliações acontecem em três perspectivas:

1. Avaliação bilíngue subjetiva (parcial)
2. Avaliação bilíngue objetiva (bimestral)
3. Produção textual em LIBRAS (bimestral)

A avaliação subjetiva acontece em dois momentos, sendo que o primeiro consiste na aplicação da prova em Português, onde o/a professor apresenta a prova em Libras e no segundo momento faz as perguntas para o estudante responder subjetivamente usando a Língua de Sinais. As avaliações são gravadas para o/a estudante assistir as suas respostas e poder se avaliar.

Já a avaliação bilíngue objetiva buscar a padronização das avaliações bilíngues, em que o planejamento é feito por áreas, tendo a mediação de um/a profissional responsável por fazer as pesquisas dos sinais. Existe também a montagem de um estúdio audiovisual responsável pela edição das avaliações e disponibilização nos computadores da sala de informática.

Questões/Reflexões

- Raquece Mota, professora do Cedro, direcionou a pergunta para Gerarda Neiva, a saber; quais as estratégias usadas pelo ICES para que o/a estudante aprenda a Língua Portuguesa L2? A Lei 10.436/2002 garante que a Libras é a Língua natural do/a surdo/a e qual o papel desempenhado pelo ICES ao ensinar Português para estes alunos surdos? Raquece completou dizendo que o ICES é a referência do ensino para o/a surdo/a, e quando esse ensina Português acaba corroborando para que este/a surdo/a seja um estrangeiro no Brasil.

Gerarda Neiva disse que o ICES considera a Libras como a primeira língua do/a surdo/a e também compartilha com a ideia de que o Português é secundário por isso respeita a escrita deles. Quanto as estratégias usadas no ensino da L2 para os surdos esta tem sido ocorrido principalmente através da L1. O ICES entende que a L2 precisa ser aprendida por estes sujeitos, uma vez que aprender a L2 é uma questão de necessidade para acesso em as instituições de ensino superior e mercado de trabalho. Sobre a oferta da L2 para os surdos, Gerarda considera uma boa estratégia a oferta de oficinas através dos cursos de extensão.

- Em seguida, Patrícia, assistente social da Proext, lamentou a falta dos docentes do IFCE no evento, pois são eles os responsáveis pela avaliação dos estudantes. E perguntou a Eronildo quando foi que ele começou a aprender Braille e como a equipe do Napne pode ajudá-lo a se apossar das tecnologias digitais?

Ele respondeu que aos 7 anos de idade começou a ter problemas com a visão e a partir de então passou a ser atendido em um centro de reabilitação. Quando estava com 16 anos de idade precisou aprender o Braille, pois precisava se adaptar a nova realidade, uma vez que tinha perdido totalmente a visão. No ensino regular, enfrentou muitas dificuldades por falta de adaptações feitas pelos/as professores/as. Enfatizou a importância dos/as professores/as buscar as potencialidades dos/as estudantes com deficiência e acha desagradável o olhar de pena dos colegas de turmas. Acha que a impressora Braille e o computador com leitor de tela são ferramentas importantes na vida do/a deficiente visual.

João Bosco falou que as escolas de hoje aceitam os/as estudantes com deficiência e ao invés de promover a inclusão estão fazendo a integração, ou seja, não faz a quebra de barreira arquitetônica, atitudinais, comunicacionais, didáticas etc. No passado, durante as aulas de Educação Física, Bosco disse que sofria muito *bullying* e a escola nada fazia para mudar a situação. Para resolver, ele conseguiu um atestado junto ao médico e nunca mais participou das aulas de Educação Física.

- João, professor de Acaraú, concordou com a professora Raquece quando ela disse que é difícil para o/a surdo/a ser obrigado a aprender Português, pois não é sua primeira língua. Ele mesmo teve que aprender L2, mas é um processo muito difícil, pois surdo não escuta. E percebe que os surdos daqui tem uma história diferente dos surdos nascidos e vividos no Rio de Janeiro, pois estes últimos desde muito cedo aprendem a L1 para depois aprender L2, aqui tem acontecido ao contrário e o ensino do Português tem sido de palavras soltas. João não vê possibilidade do surdo ser fluente em L2 se o ensino continuar da forma como vem acontecendo.
- Claudenira, assistente social do *campus* Tauá, fez uma provocação a todos/as os/as presentes ao falar

da necessidade de o IFCE instituir uma política de Educação Inclusiva o mais rápido possível, mas não ver a possibilidade desta política se efetivar, se não houver a participação da Pró-reitoria de Ensino – PROEN. Pediu que a representante da PROEN no evento repassasse essa urgência para seu setor.

Ana Leila, técnica em assuntos educacionais da PROEN, respondeu que não estava no evento representando a Pró-reitoria de Ensino, mas sua participação se dava porque faz parte da Comissão Técnica de Acessibilidade do IFCE. Mas disse que assim como os outros ali presentes, ela também vai repassar estas demandas ao setor.

- Carla Laênia, pedagoga do *campus* Morada Nova, parabenizou a todos/as da mesa-redonda pelas falas e pediu que Bosco falasse da sua experiência como professor da rede municipal de Fortaleza.

Bosco respondeu que durante sua experiência profissional já trabalhou na biblioteca pública de Fortaleza. Em 2010 foi aprovado no concurso de guarda de trânsito da prefeitura de Fortaleza-Ce. Brincou com todos/as ao dizer que não sabia como ia fazer para executar as atividades, uma vez que é cego. Mas foi direcionado para trabalhar somente no RH. Em 2015 foi aprovado no concurso de professor/a e agora dá aulas na Associação dos Cegos em Fortaleza, ensinando as crianças cegas ou de baixa visão a fazer uso das ferramentas do computador e a responderem atividades criadas pelos programas.

- Diná Santana, professora de Canindé, retomou a pergunta da professora Raquece Mota para dizer que o ICES ainda não descobriu uma estratégia de ensinar L2 para estudantes surdos, mas vê essa instituição como um laboratório que tem feito inúmeras tentativas para descobrir como ensinar L2 de forma que estes aprendam. Ela mesma já teve experiência no ICES e disse que nada está pronto, quem chega precisa fazer adaptações de materiais e outras coisas. Após suas considerações, professora Diná perguntou a Eronildo se o uso de recursos visuais torna a aula mais difícil.

Ele disse que a pergunta de Diná trouxe a lembrança de um fato bem inusitado vivido por ele em uma das primeiras aulas do IFCE. Em que o professor trouxe um filme que não tinha áudio. Sobre o uso de imagens, Eronildo disse achar positivo, uma vez que os colegas fazem a descrição e isso leva a turma a uma maior interação. A mediadora da mesa Lilian Freitas agradeceu a todos/as da mesa pelas contribuições e pediu que os/as participantes fizessem as considerações finais.

Bosco agradeceu pela oportunidade de se fazer presente esperando que tenha contribuído de forma positiva com o evento. E em nome da Associação dos Cegos se colocou a disposição para contribuir com aquilo que for necessário para política de inclusão do IFCE.

Eronildo agradeceu em nome do Napne do *campus* Canindé e aproveitou o momento para dizer aos/às presentes que brincadeiras com pessoas que tenham alguma deficiência não é legal e isso os/as deixa constrangidos/as. E, mais uma vez falou que eles/as precisam ser vistos como pessoas dotadas de possibilidades e dispensam olhares de pena.

Gerarda também agradeceu pelo convite e como representante do ICES deseja fazer parceria com o IFCE na busca de estratégias efetivas que leve os/as estudantes surdos a aprender a L2.

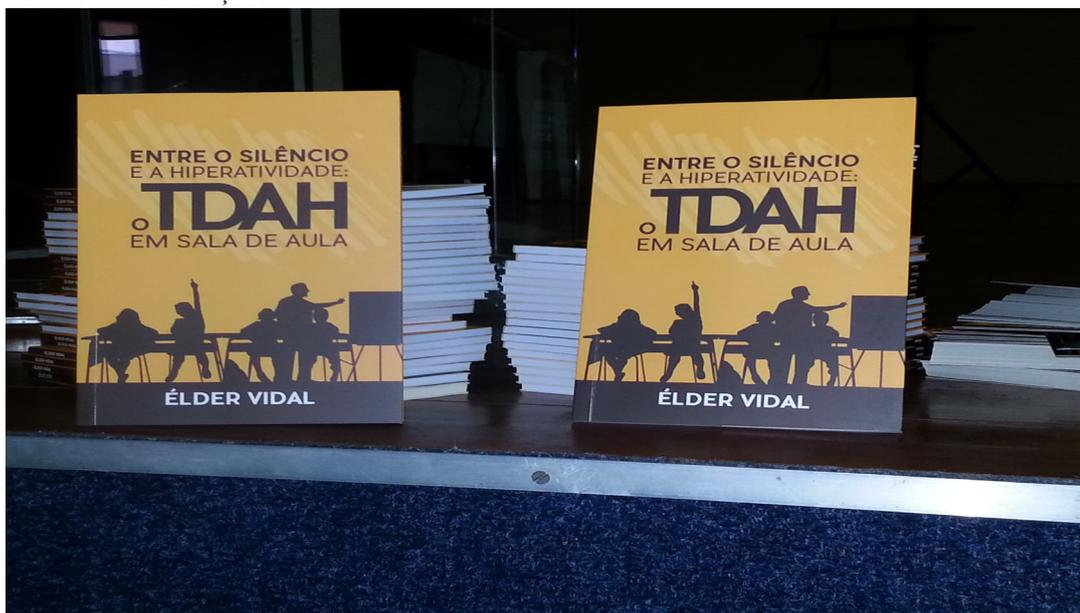
17h- Lançamento do Livro “Entre O Silêncio e a Hiperatividade: O TDAH na Sala de Aula”, de autoria do Professor do IFCE, *Campus Quixadá*, Francisco Élder Freitas Vidal.

O autor iniciou contando que o livro é fruto de seu trabalho final do curso de especialização em Educação Inclusiva, na Universidade Estadual do Ceará - UECE, sob orientação da professora Joan Cristina Rios de Oliveira; bem como de sua prática docente, no contexto da sala de aula.

Na ocasião, esclareceu que o tema trata de algo bastante atual, que por ser desconhecido acaba sendo pouco falado, reconhecido e trabalhado nas escolas.

Diante disso, o material fornece subsídios para se pensar os critérios diagnósticos, possíveis intervenções e controversas no uso de medicamentos e tratamentos em geral, inclusive, sobre o que se pode fazer no contexto escolar.

Foto 18 - Livro Lançado



Fonte: Patrícia Freitas

17:10h - Palestra: da Terminologia dos Distúrbios às Necessidades Educacionais Específicas: Conhecer para Incluir

Palestrante: Andrea Acioly, psicóloga do *campus Caucaia*.

A psicóloga Andréa inicia a sua fala trazendo um panorama histórico da educação especial. Afirma que na primeira metade do século XX, as necessidades especiais eram vistas como anormalidade que deveriam ser analisadas pela prática médica. Salienta que as pessoas eram definidas pelas causas meramente orgânicas, o que impulsionou inúmeros estudos. Segundo a psicóloga, as pessoas já nasciam fadadas “a não ser”. Essa visão trouxe consequências significativas.

Segundo Andréa, nos anos 40 e 50 ocorreram importantes modificações em torno de adaptações e desenvolvimento das pessoas com necessidades específicas, como, por exemplo, a universalização da oferta educacional.

Andréa apresenta fotos que ilustravam, na visão médica, como os/as deficientes eram vistos, no livro chamado *Monstros e Prodigios*. Havia uma visão bastante pejorativa da deficiência, as pessoas eram estigmatizadas e colocadas à margem em manicômios. A partir da década de 60 e 70, há um certo rompimento com a prática médica e a farmacêutica. Muda-se a terminologia de “estudante-problema”.

Segundo Andréa, dando as condições favoráveis e adequadas, um sistema educacional pode engajar amplamente as pessoas com deficiência. É necessário que exista um número de professores/as e profissionais adequados. A psicóloga afirma que quando tratamos de necessidades educacionais específicas, estamos falando de forma global, de transtornos de aprendizagem e de diversos distúrbios. Afirmou que uma abordagem mais positiva faz com que nos apropriemos do conhecimento para dar uma resposta, para que os/as alunos/as não passem o semestre reprovando ou se evadindo.

Ela fez algumas reflexões: como diagnosticar problemas orgânicos e transtornos de aprendizagem; como encaminhar devidamente os/as estudantes? Afirmou que em termos de orçamento, um/a discente da rede pública, equivale a dois. E que a realidade demonstra que quem mais encaminha os/as discentes para atendimento são os/as docentes da escola pública. Os diagnósticos ficam a cargo do/a docente e da diretora. Com isso gera-se uma série de diagnósticos indevidos. Salienta que o desempenho do/a discente tem a ver com a perseverança nos estudos. Se o/a estudante sempre reprova, ele/a acaba desistindo. Questionou se vamos incluir no regimento dos Napnes os/as estudantes com transtornos de aprendizagem.

Questões/Reflexões

- **Kelma, assistente social de Limoeiro do Norte**, pergunta qual o papel do Napne, o que o Napne deve fazer ao atender esse estudante com transtornos de aprendizagem e déficit de atenção.

Andrea afirma que os Napne atualmente não atende transtorno, assim como a assistência estudantil também não atende. A Política de Assistência Estudantil não prevê, pois tem mais natureza de garantia de direitos. Questiona para onde vai esse aluno, vai para a rede sócio-assistencial, para onde ele vai, quem vai atendê-lo. Esse é o questionamento.

Foto 19 - Exposição de Andrea Acyoli



Fonte: Patrícia Freitas

-
- **Raquece, professora de Canindé**, pergunta se o público mencionado pela Andréa chega ao IFCE, se nós temos esse tipo de estudante.
- **Cibele, psicóloga de Aracati**, pergunta como é a atuação da palestrante como profissional da psicologia no *campus* e como é a atuação do Napne.

Ela salienta que o seu trabalho no *campus* é pelo menos fazer os encaminhamentos. Coloca que o papel do psicólogo dos Napnes é pensá-los de forma mais autônoma, independente de qual setor esteja vinculado. Afirma que os psicólogos não podem fazer atendimento psicoterapêutico, mas somente fazer acompanhamentos e não atendimentos a longo prazo.

Ao término da palestra da psicóloga Andrea, tivemos um breve intervalo, em que tivemos atividades culturais (sarau) e conhecimento/apreensão de sensações em salas temáticas: Sala das Sensações, Sala de Exposição da Cultura Local, Sala de Equipamentos de Acessibilidade, bem como vivências de ações com pessoas surdas e cegas nos corredores do *campus*.

Foto 20 - Momento do Sarau



Fonte: Hellenvivan de Alcântara

18h50 - Palestra: Altas Habilidades/Superdotação: Estratégias para Inclusão

Palestrante: Rosana Maria Moura de Melo. Mestranda em Educação Especial. Representa o Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Ceará – CREAECE. Trabalha há dez anos com a temática das altas habilidades.

Iniciou a palestra comunicando aos/às participantes que irá fazer uma explicação teórica e pede para que as perguntas sejam feitas durante a apresentação.

Depois indaga a todos/as o que pensam quando escutam a palavra “superdotação”. Algumas pessoas respondem e falam “capacidade”, “superinteligente”, “acima da média”. Ao comentar as respostas, Rosana coloca que muitas vezes as definições em torno das altas habilidades/superdotação acabam atrapalhando as atuações. Termos como “super” têm como efeito o afastamento das pessoas que acreditam não saberem lidar com esses casos.

Em relação à terminologia oficial, ela fala que os termos superdotação e altas habilidades são utilizados indiscriminadamente, mas pessoalmente prefere a expressão “altas habilidades”. Rosana reforça que existem vários níveis de altas habilidades, considerando o desenvolvimento humano. Mesmo sendo possível a realização de um perfil genérico é necessário que se vejam as especificidades de cada habilidade e talento.

Ao iniciar a apresentação de slides, Rosana fala que a cognição humana está passando por transformações. Os novos estudos na área neuropsicológica e da neuroquímica cerebral, permitidas graças ao

avanço tecnológico, têm possibilitado um conhecimento mais amplo acerca dos processos de aprendizagem e da inteligência. Isso tem se refletido em novas concepções de altas habilidades.

O próprio conceito de inteligência vem sendo modificado. O entendimento contemporâneo fala que a inteligência é composta de vários fatores e habilidades. Está relacionada, por exemplo, a fatores da personalidade. A definição atual de inteligência vai além dos componentes cognitivos tradicionais, como raciocínio e memória, abrangendo também fatores como motivação, perseverança, criatividade, otimismo, abrindo campo para o entendimento da inteligência emocional. Essa nova noção de inteligência se aproxima do que são as altas habilidades.

Rosana registra que em 2006 foram criados os NAAS/H (Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação), sendo ali o primeiro passo de uma política pública voltada para esse público. No Ceará o NAAS/H veio a se transformar no CREACE.

Quanto à complexidade relacionada à superdotação, a inteligência, a personalidade e a criatividade são consideradas elementos essenciais para uma superdotação socialmente construtiva. Algumas características de personalidade das pessoas superdotadas são: sentidos ético e moral muito desenvolvidos; sensibilidade para os problemas sociais; capacidade de liderança (não é perfil genérico); grande perfeccionismo (pode gerar paralisia e não um avanço); autoconhecimento muito desenvolvido (não é perfil genérico, a educação não estimula esse autoconhecimento, muitas pessoas com altas habilidades não conhecem seus talentos e habilidades); criatividade; engenhosidade; inconformismo.

Rosana fala que o potencial criativo do superdotado implica: originalidade, fluidez, flexibilidade, pensamento independente, pensamento integrador. Ela também coloca que uma característica básica das pessoas com altas habilidades é a presença de pensamento divergente acentuado, que resulta da possibilidade de enxergar por várias percepções e da celeridade de pensamento. Esse tipo de pensamento acaba gerando, entretanto, dificuldades de relacionamento interpessoal.

Rosana lembra que os/as profissionais devem ter expectativa de encontrar talentos. Fala que em muitas situações as altas habilidades acabam criando desresponsabilização dos/as profissionais, que acreditam que as pessoas superdotadas não precisam de ajuda, entretanto, eles necessitam de apoio e orientação. A palestrante coloca que a superinteligência é desequilibradora e coloca a indagação: “Como lidamos com esse desequilíbrio?” [sic]. Convida a todos/as a se afastar de estereótipos relacionados ao tema e a se questionar em que medida estão dispostos a trabalhar com os casos de altas habilidades. Fala que uma postura de busca de conhecimento fortalece o trabalho com o público com altas habilidades/superdotação.

Em seguida a palestrante abordou a concepção de Renzulli (2003) que parte do entendimento de Três Anéis da Superdotação, a saber: a capacidade acima da média, a criatividade e o envolvimento com a tarefa. Ademais, a autora fala de seis fatores relevantes para a compreensão de superdotação socialmente construtiva: otimismo, valor, paixão por um tema ou disciplina; sensibilidade para temas humanos, energia mental ou física; visão e sentido do destino.

A palestrante ressalta que a ideia de superdotação socialmente construtiva implica em uma atuação que procura desenvolver a ética e utilização das habilidades de maneira socialmente relevante. Ela comenta que as altas habilidades irão se manifestar de qualquer forma e devem ser orientadas para um uso positivo na sociedade. Entre os músicos, por exemplo, ter “ouvido absoluto” (capacidade que uma pessoa tem de formar uma imagem auditiva interna que a leve a identificar ou produzir qualquer tom acusticamente apresentado) é um dote que favorece um desenvolvimento das habilidades musicais.

Rosana fala, ainda, da questão do assincronismo, que seria um desequilíbrio entre a capacidade racional e os aspectos emocionais nas pessoas com altas habilidades/superdotação. Essa falta de equilíbrio

reforça o entendimento de que essas pessoas encontram-se muitas vezes numa interface entre deficiência e excelência, corrobora-se assim a importância do acompanhamento.

A palestrante fala que a capacidade (dote) do superdotado irá se manifestar, porque é muito forte. Fala que o histórico da pessoa é que oferece subsídios para determinar a existência de altas habilidades. Essa identificação só pode ser realizada ao se conhecer o percurso de vida de cada caso. Muitas vezes profissionais não especialistas da temática acabam levando um tempo considerável para poder identificar um/a superdotado/a.

Foto 21 - Exposição da palestrante



Fonte: Hellenvivian de Alcântara

Com relação ao desenvolvimento socioemocional, as pessoas com altas habilidades costumam ser mais intensas em seus posicionamentos, em virtude da complexidade intelectual e da sensibilidade emocional (o que está relacionado com um raciocínio divergente); têm uma capacidade maior para responder a vários estímulos internos e externos simultaneamente; são mais motivadas, concentradas e produtivas em suas áreas de conhecimento por um tempo mais prolongado; sentem-se compelidas a buscar a perfeição naquilo em que se envolvem; têm consciência mais aguçada de si mesma, senso de justiça e desenvolvimento moral mais avançado; demonstram senso de humor incomum.

Algumas problemáticas acabam também dificultando o desenvolvimento socioemocional, como: tendência ao isolamento social; negação do talento; perfeccionismo neurótico desencadeador de altos níveis de frustração e ansiedade (Fleith 2007; Schuler 2002). A palestrante coloca também que grande parte das pessoas com altas habilidades têm dificuldades de socialização com pares devido a características como independência, altos níveis de concentração, precocidade, complexidade de raciocínio, intensidade e oscilação emocional, introversão, perfeccionismo.

Rosana esclarece que algumas pessoas com altas habilidades não manifestam precocemente sua capacidade acima da média, que fica em processo de latência. A educação pode desenvolver balizas para que os/as superdotados/as desenvolvam suas habilidades e que sejam capazes de enxergar outras perspectivas.

A palestrante apresenta aos/às participantes um testemunho de uma pessoa com superdotação, que afirma sentir-se diferente dos/as outros, de ter de se encaixar, a existência de uma vontade devoradora de agir, obter, expressar, de ser o que é.

Em relação aos desafios na identificação de estudantes com altas habilidades, a palestrante traz que é estimado pela Organização Mundial da Saúde que existem entre 5% e 8% de pessoas dotadas e talentosas na população mundial. A depender do referencial teórico de superdotação, esse número pode ser maior ou

menor. Com relação a definição do Conselho Nacional de Educação, existem três áreas importantes a serem consideradas na identificação da dotação e do talento, a saber: intelectual, artística e psicomotora. O educando com dotação e talento é aquele que apresenta grande facilidade de aprendizagem, o que implica dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes (Brasil, 2001).

Rosana fala também da intervenção educacional, enfatizando a importância de serem criadas diferentes estratégias, considerando as diversas expressões de superdotação. As intervenções devem começar a partir do conhecimento da realidade do indivíduo, para depois serem desenvolvidas ações como: adequação no currículo escolar, desenvolvimento de projetos tendo como gestores os próprios estudantes com altas habilidades, tutoria. A palestrante fala também da possibilidade de se criarem grupos de habilidades, agregando estudantes com talentos semelhantes.

A intervenção pedagógica acontece por meio de atividades suplementares baseadas em três possibilidades principais: Programas de Enriquecimento Curricular, Programas de Aceleração e Grupos de Habilidades (ALENCAR E FLEITH 2001; BRASIL 2001; PEREIRA E GUIMARÃES, 2007; SABATELLA 2008).

Com relação à atitude profissional, Rosana fala que o primeiro passo é conhecer as características e capacidades do/a estudante e levantar os aspectos relacionados à superdotação, visto que quando não se conhece, não se consegue estabelecer projetos e capacidade de trabalho. Educadores/as que não reconhecem a existência de diferenças cognitivas e os aspectos relacionados à superdotação, certamente, terão dificuldade de planejar atividades estimuladoras para esses/as estudantes.

Para a intervenção profissional Rosana sugere que devem ser trabalhadas atividades lúdicas, oficinas, caça talentos, jogos, buscando despertar e estimular dotes. As atividades coletivas de apresentação pessoal, *hobbies*, aptidões, gostos pessoais e desafios a vencer favorecem a integração do grupo e o compartilhamento de interesses. É sugerido também o uso de entrevistas para investigar interesses e capacidades.

Rosana prossegue a palestra e fala sobre o currículo. Coloca que este deve ser flexível, dinâmico e investigador, abrindo espaço também para a subjetividade, na medida em que se busca reconhecer as singularidades e trabalhar de diversas formas a depender das características do/a estudante atendido/a.

A palestrante indica que o atendimento educacional especializado (AEE) é definido em diferentes etapas e deve ser estabelecido a partir dos interesses e habilidades dos/as discentes com altas habilidades/superdotação. Os objetivos do AEE são: maximizar a participação do/a discente na classe comum; potencializar as habilidades e estabelecer um plano de atendimento individual; expandir o acesso do/a estudante a recursos tecnológicos e pedagógicos; promover participação dos/as estudantes em práticas de pesquisa e desenvolvimento de produtos e; estimular a proposição e desenvolvimento de projetos institucionais em diferentes áreas, como artes, esportes, ciências, por exemplo.

Questões/Reflexões

- Andrea (psicóloga de Caucaia) coloca que a fala da palestrante remete à primeira infância. Conta que acompanha um estudante com alto senso de justiça e não imaginava que poderia ser uma situação de alta habilidade. Fala da dificuldade desse aluno no relacionamento com os pares e pede ideias de como intervir nesse caso.

Rosana sugere que seja pesquisada a origem do senso de justiça com a família e por meio da história do aluno. Fala que se deve rastrear como se dá esse senso de justiça. Andrea também indaga sobre formas de se trabalhar com a turma. Rosana coloca que é necessário fazer uma sensibilização sem rótulos. E

fala que primeiro deve-se trabalhar em si mesmo essa sensibilização.

- Andrea coloca também que tem percebido que alunos com altas habilidades têm dificuldades nos processos de seleção de emprego, muitas vezes por ter um nível intelectual muito alto, além das expectativas dos empregadores. Rosana destaca que sobre esse aspecto é importante fortalecer o autoconhecimento para expor o sujeito a suas limitações. Com isso, processualmente ele acaba se aproximando de um equilíbrio emocional. Ela chama essa ação de conduzir o assincronismo e diz que os professores podem atuar nesse sentido com seus alunos.
- Cibele fala sobre as terminologias, indagando a palestrante se o termo superdotação ainda é utilizado. Rosana critica o uso do prefixo “super” que tem um efeito de afastamento das pessoas, entretanto, ainda se utiliza na legislação e na literatura. Em relação à palavra “talento” acredita que pode restringir o entendimento ao campo da arte especificamente. O uso das expressões altas habilidades e superdotação ainda é indiscriminado.
- Patrícia agradece Rosana por sua participação e diz que tem várias inquietações. Pergunta qual o melhor momento para ser feito um diagnóstico, quem pode fazer essa avaliação e como é feito no CREAECE. Coloca ainda uma dúvida em relação a possibilidade de medicação para pessoas com altas habilidades/superdotação.

Antes da resposta da palestrante, Carmen a parabeniza pela desenvoltura no decorrer da exposição e também à organização do evento por ter feito o convite.

Rosana agradece aos elogios e responde as dúvidas de Patrícia. Em relação ao momento de realização do diagnóstico, ela diz que pode ser feito em qualquer momento da vida. Fala que perante o campo da educação, a comprovação da presença de uma alta habilidade é feita por meio do máximo de pareceres possíveis, por exemplo, relato de professores/as, histórico escolar, avaliação psicológica. A própria legislação define a necessidade de uma multiplicidade de registros e pareceres, garantindo uma melhor definição/avaliação das altas habilidades. O CREAECE faz o resgate desses registros e avaliação psicológica. Os testes psicológicos, entretanto, não são suficientes para se fechar um diagnóstico, outros aspectos devem ser avaliados.

Com relação ao uso de medicamentos para pessoas superdotadas, Rosana esclarece que não existem fármacos específicos para esse público. A utilização da medicação acontece quando além das altas habilidades existem também outras problemáticas como o TDAH, depressão, entre outros.

Rosana ainda explica que no âmbito do CREAECE a avaliação e posterior diagnóstico são feitos com crianças a partir dos oito anos de idade. Ao ser perguntada sobre como se podem identificar estudantes com altas habilidades, Rosana esclarece que devem ser buscadas as manifestações que os/as discentes apresentam para além de identificar as diferenças.

1.7 Relatos do 3º dia - 08.04.2016

8:00h- Vivência de Práticas Corporais Inclusivas do *Campus* Canindé e Roda de Conversa

COORDENAÇÃO: Thaidys da Conceição Lima do Monte e Samara Moura B. de Abreu (Napne-Canindé).

As atividades da manhã foram iniciadas na quadra de esportes do *campus*, sob a coordenação das professoras Thaidys Lima e Samara Moura.

As professoras Thaidys e Samara são profissionais de educação física, componentes do Napne de Canindé e idealizadoras de ações de extensão que objetivam as práticas corporais inclusivas de pessoas com deficiências, com foco nas modalidades aquáticas.

Com uma hora de atraso, as atividades se iniciaram às nove horas, ao som da música *Desengonçada*, de Bia Bedran. Para a materialização das vivências corporais inclusivas com os/as participantes do evento, a coordenação da atividade sugeriu uma subdivisão dos/as integrantes em quatro grupos, para que experimentassem a simulação de limitações motoras na realização de exercícios físicos direcionados. Os/as integrantes foram instruídos/as a vivenciarem todas as práticas corpóreas propostas. Esse foi um momento de muita riqueza experimental e que demandou um tempo expressivo para sua concretização.

Após as atividades práticas, as professoras/coordenadoras convidaram os/as participantes para outro momento, o qual foi intitulado de *Roda de Conversa*. Esta foi iniciada com o fomento de reflexões acerca das vivências acima descritas e posterior apresentação dos membros da equipe organizadora.

As coordenadoras expuseram também a realidade vivenciada pelo município de Canindé, no tocante às atividades voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência, enfatizando as práticas corpóreas inclusivas realizadas no IFCE.

Foto 22 - Participantes vivenciam práticas esportivas como se fossem pessoas com deficiência



Fonte: Hellenvivan de Alcântara

Contamos ainda com os depoimentos de três cadeirantes (participantes de ações de extensão no campus), que participam das atividades aquáticas inclusivas realizadas no *campus*: o primeiro, Senhor Francisco, agradeceu e elogiou a iniciativa do IFCE, ressaltando a importância na rede local; a segunda, Senhora Eveline, também expressou a alegria de poder ter no município esse acesso, trazendo a observação do seu desenvolvimento na natação. Enfatizou ainda que é militante dos movimentos sociais voltados para essa temática, e que representará a população local na próxima Conferência Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, que ocorrerá em Brasília. A terceira, Senhora Raimunda, agradeceu a Deus e ao IFCE por ter abraçado essa causa.

Para a finalização das atividades da manhã, as coordenadoras distribuíram formulários para avaliação escrita e solicitaram que cada participante expressasse, por meio de uma palavra, as vivências propostas naquele momento.

Agradeceram ainda a participação de todos (as) e deram alguns informes acerca das salas temáticas

e sensoriais abertas à visitação. A comissão organizadora do Encontro dos Napne's orientou sobre o *coffee break* e a continuidade da programação do encontro no auditório central, com a mesa-redonda: Qualificação Profissional e Inclusão Social.

10h - Mesa Redonda: Qualificação Profissional e Inclusão Social

PALESTRANTE: Luiz Carlos Loreto da Silva (CHESF)

Mediadora: Kelma de Freitas (Coordenadora do Napne/ *Campus* Limoeiro do Norte)

Após vivência realizada na quadra de esportes do *Campus* Canindé, os/as participantes do evento retornaram ao Auditório Central, onde puderam apreciar um pouco de arte, por meio de um recital de poesias, conduzido pela professora Diná Santana.

Foto 23 - Integrantes da Mesa Redonda



Fonte: Eugênio Pacelli

A mesa então foi composta, contando com a leitura do mini currículo dos/as seguintes integrantes: Antônio Silvino (Associação de Pessoas que lutam pela inclusão do deficiente- APLID), Eveline (APLID) e Luiz Loreto (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco -CHESF).

Foto 24 - Explicação do Representante da CHESF



Fonte: Eugênio Pacelli

A primeira fala da manhã foi de Luiz Loreto, que expressou gratidão por estar na mesa, trazendo a seguinte reflexão: “somente falamos de inclusão, por conta da exclusão existente”. Trouxe ainda uma ilustração que retratava Narciso, ao som da música Sampa. Conjecturou sobre a divisão da sociedade em classes sociais e a construção do estereótipo do *ser deficiente*.

Figura 3



Fonte: jeangalvao.com.br

Luiz afirmou que a falta de acessibilidade consiste em um preconceito silencioso e, dando continuidade à sua exposição, apresentou uma *charge*, conforme ilustração ao lado:

Seguindo, direcionou a seguinte pergunta para a plateia: “qual o problema do bar exposto na ilustração?”. As pessoas refletiram, algumas se colocaram e o palestrante respondeu: “o dono do bar não se encontra sensibilizado pela temática e, assim, se fecha na lei e em sua dureza”.

Na perspectiva de uma exposição ilustrativa e dialogada, Luiz trouxe a imagem de uma rampa, cujo acesso é um poste, como podemos visualizar a seguir:

Figura 4



Traz, assim, a reflexão sobre esses impedimentos de acesso como barreiras para o exercício da cidadania. Continuou sua exemplificação retratando as dificuldades enfrentadas no hotel em que se hospedou em Fortaleza, antes de seguir para Canindé, ressaltando a importância da defesa de uma acessibilidade para todos/as e não só para pessoas com deficiência, e a manutenção do banheiro acessível que deve estar sempre aberto.

O expositor trouxe alguns dados concernentes à população com deficiência no Brasil e no Ceará. Explanou, de forma breve, sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/15, que teve como relatora a Deputada *Mara Gabrillic* como Também falou um pouco sobre o trabalho da empresa CHESF na busca por superar as barreiras de acesso para os/as funcionários/as com deficiência e sobre o trabalho do Comitê de Acessibilidade da CHESF, mais particularmente do documento elaborado pela empresa, intitulado *CHESF em números*. O documento aponta que 169 (cento e sessenta e nove) dos/as seus/uas 4.500 funcionários/ possuem algum tipo de deficiência, sendo 110 com deficiência física, 28 com deficiência auditiva, 19 com deficiência visual, 1 com deficiência intelectual, 1 com deficiência múltipla e 10 em processo de reabilitação.

O palestrante ressaltou que a exclusão não é somente um ato. Ela também se configura na omissão. E enfatizou que, mesmo com a conquista de um marco legal, muito ainda precisa ser concretizado. Deu ênfase às mudanças nos conceitos sobre a temática, e trouxe como sugestão a leitura de Bergamini (2010). Indicou ainda o livro *Estigma Social da deficiência* de João Ribas.

No tocante à qualificação profissional das pessoas com deficiência, o representante da CHESF apresentou como principais entraves: os graves problemas com a mobilidade urbana; a pobreza que assola a população preta e parda e o número insuficiente de profissionais qualificados/as para trabalhar com as pessoas com deficiência. Disse, ainda, que a exclusão não acontece apenas em forma de preconceito, mas também de omissão, quando você deixa de colocar em prática questões básicas para a inserção cotidiana dessas pessoas.

Salientou também que as escolhas dos/as empresários/as são políticas, visando o menor gasto de tempo com as pessoas com deficiência. Também destacou a importância desses sujeitos assumirem cargos e ocuparem espaços de decisão na empresa.

A exposição dialogada findou com um *slide* que retratava um abraço, sugerindo abraços coletivos. O palestrante exclamou: “não há nada mais inclusivo!”. E falou da importância da acessibilidade da alma, trazendo ao grupo o poema “Desejo” de Victor Hugo:

Desejo que se amem hoje, amanhã e nos dias seguintes,
E quando estiverem exaustos e sorridentes,
Ainda haja amor para recomeçar.
E se tudo isso acontecer,
Não tenho mais nada a desejar.

Dando sequência à fala dos integrantes da mesa, a representante da APLID, Eveline se pronunciou a representante da APLID, Eveline, corroborando com a importância do Estatuto da Pessoa com Deficiência (a lei brasileira da inclusão), fruto de muita luta, mas que ainda precisa ser cumprido, sendo estratégica a sensibilização de gestores/as.

No tocante à qualificação profissional e à inserção no mercado de trabalho, apontou as dificuldades de acesso das pessoas com deficiência ao trabalho. Os/as empregadores/as alegam falta de qualificação desses sujeitos de direitos. E questionou: as condições para essa qualificação são garantidas? E afirmou ainda: “eu sou igual a outra pessoa. Quero somente acessibilidade.”

Findou sua exposição informando que estará indo à Brasília, em breve participar da Conferência Nacional sobre Direitos da Pessoa com Deficiência), no intuito de fortalecer a luta pela causa dos direitos da pessoa com deficiência.

O último expositor da manhã, Antônio Silvino, também da APLID, falou das instituições que colaboram com o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, em Canindé, e ressaltou que a acessibilidade é constantemente cobrada pela Associação e que vem tentando um diálogo sobre a temática com a gestão municipal. Referiu-se à vivência, pela manhã, na quadra, e se despediu dizendo: “estamos na luta”. Seguindo ao debate:

Questões/Reflexões:

➤ A mediadora da mesa, Kelma de Freitas, agradeceu aos/às integrantes da mesa e deu orientações para o debate. Abriu os trabalhos fazendo uma reflexão sobre como realmente tem sido feita essa inclusão dentro do IFCE, mencionando a Lei de Cotas e a provável inserção de sujeitos com outras deficiências e necessidades educacionais específicas não previstas no regimento.

A segunda participante que contribuiu com o debate foi:

➤ Patrícia Fernandes², (assistente social da PROEXT), iniciou sua fala agradecendo à CHESF, na pessoa de Luiz Loreto, e parabenizou o *Campus Canindé* pelo apoio ao evento. Suas perguntas foram: 1. Como se deu o movimento para a constituição do Comitê para a pessoa com deficiência da CHESF, bem como a elaboração do diagnóstico mencionado, pois a comissão Técnica de Acessibilidade do IFCE precisará fazer esse diagnóstico e, ainda, se está na fase de estudos sobre como viabilizar esse processo. Por fim, fez uma breve reflexão sobre a utilização do termo classes sociais, ressaltado por Antônio Silvino.

➤ Um Estudante do campus pediu para Antônio explicar melhor o conceito de classe social, se é relativo a poder econômico.

2 Que estava também na mesa colaborando com a áudio descrição das imagens para Eveline – que além deficiência motora, tem deficiência visual.

RESPOSTAS:

No tocante às respostas ao bloco de questões, o representante da CHESF enfatizou para Kelma que a instituição segue a Política de Responsabilidade da ELETROBRAS. Ressaltou que o comitê é apenas proponente, tendo por coordenação uma pessoa com deficiência.

Sobre a questão da Patrícia, no tocante ao diagnóstico, informou que foram verificadas todas as regionais, visitados todos/as funcionários/as e terceirizados/as, e anteriormente, havia sido realizadas muitas sensibilizações, para conseguir elaborar esse processo. Informou que está como coordenador do Comitê referido acima na CHESF desde 2012, e que os trabalhos se iniciaram antes disso, em 2011, com a Criação da Política de Responsabilidade Social da Eletrobrás, que partiu do desejo de um trabalhador da empresa - Emanuel Aguiar,- deficiente visual. Disse que o papel do Comitê, após o primeiro diagnóstico (que levou de 2 a 3 anos para ser concluído) é ficar sempre identificando as necessidades de pessoas com deficiências nas regionais e encaminhá-las a Diretoria, ou seja, há um diagnóstico de tempos em tempos. O diagnóstico é sempre realizado na sede e em todas as regionais, verificando todos os tipos de barreiras: arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais, com todos/as os/as trabalhadores/as, inclusive com os/as terceirizados/as. Afirmou que o trabalho é contínuo, porque mudam as pessoas, há reformas e novas construções, e que é necessário sempre estar voltando aos locais, para lembrar aspectos iniciais já tratados e apresentar novidades sobre o assunto, e novas demandas dos/as trabalhadores/as.

Também lembrou que, em qualquer trabalho, a pessoa com deficiência precisa ser a primeira a ser consultada e, na CHESF, elas atuam como consultoras na elaboração das proposições para elas mesmas. Disse, pedindo que nunca esquecêssemos: “Nada para nós, sem Nós”! E para não nos esquecermos das pessoas que não têm deficiência aparente.

Luís enfatizou ainda a necessidade das pessoas saírem da acomodação, dos/as profissionais de recursos Humanos capacitarem-se nesse processo, para atender bem aos/as funcionários/as com deficiência.

Patrícia finalizou agradecendo à CHESF, que estava não apenas como participante de uma mesa no evento, mas como colaboradora, apoiadora, patrocinadora, pois garantiu todas as condições financeiras para a vinda do Luiz ao evento, por isso precisamos agradecer tanto e parabenizar pela fala. Também agradeceu a participação honrosa da APLID e as colaborações trazidas ao evento, e incitou os municípios de Canindé, participantes do evento, os/as jovens estudantes do IFCE, a fazerem abaixo-assinado para Eveline levar à Conferência para APLID, levando solicitações mais consistentes do município.

14h30- Socialização dos Trabalhos da Comissão Técnica para a Política de Acessibilidade do IFCE e Encaminhamentos do Evento

MEDIAÇÃO: Lílian Freitas- técnica em assuntos educacionais da DAE e Patrícia Freitas – assistente social da Proext.

As atividades da tarde foram iniciadas com a apresentação da Comissão Técnica para a Construção da Política de Acessibilidade do IFCE que é dividida em três eixos: Linguagem, Códigos e Tecnologias, Social e Pedagógico e seus respectivos membros. Inicialmente se contextualizou que essa comissão teve 02 reuniões gerais (14/12/2015 e 18/03/2016) e também realizações de reuniões específicas dos eixos. Nesse momento foi questionada a entrada de novos membros na comissão, porém se avaliou que essa discussão só seria na parte final dos encaminhamentos.

Após esse momento de apresentação foi divulgada a primeira ação que está sendo planejada para a Política de Acessibilidade que será o diagnóstico para se conhecer a realidade da inclusão das pessoas

com deficiência e com necessidades educacionais específicas. Patrícia ressaltou que esse momento inicial é importante, uma vez que, para se pensar em uma política é fundamental conhecer o contexto em que ela será aplicada e por isso o diagnóstico é o início de todo o processo. Foi explicado ainda que essa pesquisa precisa passar pelo Comitê de Ética para avaliação em um processo que pode durar de 02 a 03 meses.

Passada essas explicações iniciais, foi apresentada a problemática geral da pesquisa que é conhecer a realidade situacional da inclusão de pessoas com deficiência e com diferentes necessidades educacionais específicas no IFCE. O objetivo geral da pesquisa será analisar as questões de acessibilidade da comunidade acadêmica do IFCE e os objetivos específicos são: analisar as condições de acesso e permanência das pessoas com diferentes necessidades educacionais específicas no IFCE, tendo em vista a construção e a otimização de políticas de acessibilidade e inclusão; mapear as condições de acessibilidade nos 27 *campi* do IFCE; realizar o levantamento do quantitativo de discentes com diferentes necessidades educacionais específicas por nível de ensino; realizar o levantamento do quantitativo de servidores/as com deficiência; conhecer o quantitativo de servidores/as com qualificação na área da acessibilidade e a expectativa dos/as demais; levantar dados sobre a tipologia das deficiências e das diferentes necessidades educacionais específicas associadas às possibilidades de acesso ou ausência de recursos; obter informações para subsidiar a construção e a otimização de políticas de acessibilidade e inclusão no IFCE.

Mereceu destaque o objetivo específico que se refere ao levantamento de quantitativo de discentes, destacou-se que essa ação deve ser um diagnóstico permanente devido à dinâmica de matriculados em cada semestre. Os canais desse levantamento serão o Q-acadêmico e a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas. Ressaltou-se ainda que o diagnóstico deva também atingir os discentes com deficiência não declarados no Sistema Acadêmico. Um segundo ponto foi a importância da qualificação permanente dos servidores na área da acessibilidade, inclusive destacou-se a ausência de intérprete de Libras no evento e de outros servidores que seriam palestrantes e não tiveram sua ida devido a negação de diárias por parte de seus *campi* de origem.

No momento seguinte foram apresentados os objetivos específicos de cada eixo iniciando-se com o eixo de Linguagem, Códigos e Tecnologias, os quais foram: identificar as tecnologias assistivas necessárias para melhores condições de acessibilidade à comunidade acadêmica; observar como se dá a acessibilidade comunicacional: sem barreiras na comunicação interpessoal, garantindo o direito básico à informação; identificar as barreiras de acesso e permanência no IFCE das pessoas com deficiência e necessidades educacionais específicas, com vistas a subsidiar a elaboração de propostas de políticas públicas para a superação daquelas; avaliar o interesse da comunidade acadêmica em participar e atuar nesse eixo, viabilizando a quebra da barreira atitudinal e comunicacional e buscar as demandas advindas da comunidade acadêmica sobre as temáticas de linguagem, códigos e tecnologia. Na ocasião foram feitas as seguintes sugestões: no terceiro objetivo específico retirar o termo políticas públicas pelo fato desse termo se direcionar às políticas do governo e no caso do objetivo refere-se às propostas de políticas dentro do IFCE e também foi destacado o quarto objetivo que se refere à participação estudantil no eixo inclusive referenciando o que contém na resolução 050/2015 que aprova o Regulamento dos Napnes no IFCE.

O segundo eixo que teve os objetivos específicos apresentados foi o eixo social, na ocasião, Patrícia destacou que poderia ter alguns objetivos semelhantes aos objetivos do primeiro eixo apresentado e destacou que isso ocorre devido aos objetivos perpassarem todos os eixos. Os objetivos são: compreender a efetivação ou não dos direitos sociais das pessoas com necessidades educacionais específicas; traçar perfil socioeconômico das pessoas com necessidades educacionais específicas; perceber a acessibilidade atitudinal: sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, em relação às pessoas com necessidades educacionais específicas; compreender se existe e como se dá a articulação do IFCE com a rede sócio-assistencial dos municípios, a

fim de fornecer o acompanhamento necessário às pessoas com necessidades educacionais específicas. Patrícia informou que existe um levantamento da rede estadual realizado por ela e a estagiária de Serviço Social da Proext e que o modelo desse levantamento pode ser replicado para o levantamento das redes municipais. Rafaela – assistente social de Itapipoca sugeriu que fosse modificado no objetivo de número quatro, o termo sócio-assistencial para políticas públicas, pois o primeiro termo somente retrata a rede de assistência social e o segundo termo seria melhor adequado por abranger as redes das diversas áreas.

O terceiro eixo apresentado foi o pedagógico e a responsável foi Lílian, técnica em assuntos educacionais da Diretoria de Assuntos Estudantis. Os objetivos são: verificar se os estudantes e servidores/as (docentes, técnicos e terceirizados) têm noções básicas de Libras, Braille e audiodescrição, bem como outros conhecimentos sobre os vários tipos de deficiência; Verificar junto aos/às docentes, se eles consideram a sua prática de ensino adequada ao público de estudantes que apresentam alguma necessidade educacional específica, considerando a metodologia e avaliação que utilizam; verificar junto aos/às docentes e estudantes a existência de materiais didáticos (livros, laboratórios, equipamentos multimídia,...) adequados aos/às estudantes com diferentes necessidades educacionais específicas; verificar junto aos/às servidores/a como se estabelece o atendimento aos/às estudantes com necessidades educacionais específicas, conforme as competências inerentes ao seu cargo e setor e a necessidade dos discentes; Verificar se os membros dos Napnes utilizam os equipamentos (kit de lupas, multiplano, máquina de escrever em braile etc.) como ferramentas pedagógicas. A única sugestão foi a adequação do texto do objetivo específico de: "... adequados aos/às estudantes com diferentes necessidades educacionais específicas" para "...adequados aos/às estudantes com todas as necessidades educacionais específicas".

Dando continuidade Lílian apresentou os pontos já discutidos para a realização da pesquisa como a discussão sobre a amostragem dos discentes para a entrevista. Para pesquisa a margem de amostragem cientificamente comprovada seria de 5% o que daria uma média de tamanho amostral mínimo de estudantes (geral) – 1.500. A meta é amostrar todos os 27 *campi* proporcionalmente a sua representatividade. Hoje no IFCE tem 320 estudantes autodeclarados com deficiência visual, auditiva e física e não é identificado transtorno de aprendizagem. Contudo, Lílian ressaltou que esses números podem trazer uma distorção da realidade e, portanto, seria necessário um filtro desses números junto aos Napnes dos *campi*. É necessário ainda uma definição do tamanho amostral de população de gestor, mínimo de professores, técnico administrativo e terceirizados. Um outro ponto ainda em elaboração é se somente os gestores com cargos de direção devem ser questionados na pesquisa-diagnóstico ou se gestores com função gratificada também devem ser inseridos.

Patrícia apresentou a metodologia que será quali-quantitativa e relatou sobre a estratégia de se utilizar amostras representativas dos segmentos (discentes, gestores, docentes, técnicos-administrativos e terceirizados) que contemple todos os *campi*. No entanto, o estatístico orientou que não precisaria ir em todos os *campi*, mas a comissão do Napne questionou o fato dessa decisão não permitir uma análise de todos os *campi*. Os questionários serão direcionados para os diferentes segmentos e aplicados de forma *online*, utilizando a ferramenta do *Google Forms*, sob a responsabilidade dos membros dos Napnes (ficando a Comissão Técnica responsável quando o *campus* não tiver núcleo institucionalizado). Antes do envio dos questionários ocorrerá um momento de sensibilização e esclarecimentos através da “Campanha Conhecer para Incluir” além de informação sobre conceitos. Ressalta-se que para os alunos autodeclarados com deficiência buscar-se-á aplicação do questionário com todos e de forma presencial. Nos *campi* que não tem Napne a comissão ficaria responsável pela aplicação *in loco*. Será escolhido um *campus* para aplicação de um pré-teste.

Patrícia explicou que não apresentaria o questionário devido ao mesmo ainda encontrar-se em construção e com grande número de perguntas abertas e fechadas. Foi sugerido a utilização da resposta “não

sei” nas perguntas fechadas.

O período de realização da pesquisa está previsto para ser de agosto/2016 a janeiro/2017.

Após essa explicação foi aberto o debate com o público para sugestões e dúvidas. O primeiro ponto discutido foi sobre a amostragem da pesquisa e surgiram dois encaminhamentos:

1. Discente Elisângela de Jaguaribe sugeriu dividir os *campi* em regiões e a partir dessa divisão tirar a amostragem;
2. Kelma, assistente social do IFCE de Limoeiro do Norte, sugeriu que fosse realizada em todos os campi através dos Napnes. Sendo o Napne o responsável pela execução da pesquisa.

Emília, psicóloga do IFCE de Crato, também concordou com a sugestão de amostragem nos *campi*.

Com essas duas sugestões realizou-se a votação no plenário e a primeira proposta venceu com 09 votos enquanto que a segunda proposta teve 07 votos e 06 abstenções. Aline de Camocim, explicou que se absteve, pois tem dúvida de como será a logística da aplicação dessa pesquisa junto aos *campi*.

Guilherme intérprete de Libras da Proext, falou aos presentes das dificuldades dos membros da Comissão Técnica para Política de Acessibilidade do IFCE se reunirem. Patrícia aproveitou para ratificar a fala do Guilherme e disse que fica difícil desenvolver um trabalho quando os membros da comissão não se reúnem.

Após a votação Eduardo, técnico em assuntos educacionais do IFCE de Umirim, fez alguns questionamentos sobre a pesquisa, primeiramente ele indagou se seria feita uma publicação, pois para garantir a qualidade do trabalho é preciso conhecer e divulgar, depois fez uma reflexão sobre o que é fundamental e importante no objetivo da pesquisa se seriam os dados quantitativos, que seriam obtidos mais rapidamente, e com todo o universo de discentes, ou o qualitativo que seria feito por amostragem e teria um ritmo mais lento para obtenção das respostas e geraria uma política de conscientização, sendo realizado por amostragem. Para finalizar ele considera pouco tempo para a realização da pesquisa e se apresentou como colaborador da comissão, apesar de não ter Napne em seu *campus*.

Patrícia respondeu que a princípio a pesquisa não seria publicada e também explicou que são necessários os procedimentos de obtenção de dados qualitativos e quantitativos porque existem respostas que podem ser obtidas no qualitativo e não no quantitativo. Finalizou colocando que a comissão em um outro momento poderia discutir e definir se realizaria a pesquisa quantitativa em todos os *campi* e qualitativa por amostragem.

Rafaela, assistente social do IFCE de Itapipoca, afirmou que mesmo com a preocupação com o prazo de 06 meses, somente a pesquisa quantitativa não responderia pelo diagnóstico e que as duas questões (qualitativa e quantitativa) na pesquisa social não se separam e interagem entre si.

Sobre os instrumentais a serem usados na pesquisa, é importante socializar com todos os presentes. Patrícia ficou de enviar os questionários por e-mail para todos e com prazo para envio de sugestões após a definição na próxima reunião da comissão.

Lilian acredita que estes instrumentais devem ser compartilhados apenas com os membros da comissão e com os presentes naquele momento no evento. Ainda sugeriu que cada pergunta seja vinculada a algum objetivo específico.

O ponto seguinte de sugestão foi mudança no regimento.

Aline, assistente de alunos de Camocim, apontou que no Capítulo II ,Artigo 2º, inciso 5º, há discussão de ampliação ou não do público atendido pelo Napne. Ela afirmou que hoje o público que mais chega para atendimento no Napne é com dislexia/TDAH. Aline sugeriu que ao invés do Napne atuar na educação inclusiva conforme dito no inciso 5º, seja necessário direcionar a atuação do Napne para o público

explicitado no caput do artigo 2º. Para evitar futuras cobranças do Napne.

Emília, psicóloga do IFCE de Crato, chamou atenção para as pessoas com Transtornos Globais de Desenvolvimento TGDs, pois segundo ela, essas pessoas precisam ser retiradas do rol de responsabilidade do Napne, uma vez que existem muitas indecisões sobre a forma de atuar junto a este público. Por ser uma questão que envolve muitos aspectos que merecem uma melhor e maior discussão devido à ausência de psicólogos/as em muitos Napnes, a definição de falta ou excesso de diagnóstico e um possível processo de desresponsabilização dos professores gera um diagnóstico impreciso. Um outro ponto que ela colocou para discussão é para onde esse discente vai. Ela afirma que não se tem elementos suficientes para se trabalhar com todas as questões e que entre os psicólogos ainda é discutem inclusive sobre o uso de medicação ou não. Júlia, psicóloga do IFCE de Tauá, concordou com as ponderações feitas e acrescentou que é preciso amadurecer melhor o vínculo entre pedagogia e psicologia.

Patrícia indagou se não seria interessante que o eixo pedagógico fosse renomeado como psicopedagógico com o acréscimo de mais psicólogos. Os psicólogos Júlia e Jonas do *campus* Umirim se colocaram para participar do eixo, porém em Umirim não tem Napne, o que inviabiliza a princípio a entrada do profissional. Foi sugerido ao profissional, uma articulação em seu *campus* para formação da comissão do Napne e posterior participação no eixo psicopedagógico. Aline, de Camocim, aproveitou para se colocar à disposição em fazer parte do eixo social.

Rafaela pediu também uma intervenção e definição de sua situação, pois ela hoje é da comissão (eixo social), quando era assistente social de Acaraú. Hoje ela encontra-se em Itapipoca e o referido *campus* não possui Napne e a direção afirmou que não tem interesse em compor a mesma. Patrícia respondeu que será visto essa situação que inclusive já é de ciência da Proext.

Flávia, pedagoga do *campus* Pecém se colocou como interessada em participar, porém precisaria também de uma definição, pois hoje o *campus* onde é lotada é um avançado de Caucaia. Essa situação também será analisada junto à Proext.

Patrícia passou para o ponto seguinte que foi a definição do local para o próximo evento do Napne. Antes ela contextualizou que a equipe da Proext, diferentemente do que foi no Encontro de Canindé, não estaria mais à frente da organização e sim como suporte. Também falou que o valor de 3 mil reais é geralmente repassado pela Proext para custear as despesas com lanche. O *campus* Juazeiro do Norte se colocou como candidato, contudo alguns presentes na plenária questionaram a distância do citado *campus* e sugeriram que o evento não fosse mais itinerante e se concentrasse em Fortaleza. Patrícia respondeu que o fato de ser itinerante havia sido uma deliberação antiga e a defende como uma oportunidade de se conhecer as experiências exitosas dos diversos *campi*.

Outro *campus* cogitado para acontecer próximo evento do Napne foi o de Caucaia, o representante do *campus* Caucaia justificou que não se candidatava para receber o próximo evento devido a localização e acessibilidade do *campus*.

Depois de algumas discussões ficou decidido que o próximo encontro será em Juazeiro do Norte, mas ficou indefinido o período, visto que o regulamento fala em no mínimo um encontro por semestre, o que levaria à realização do encontro já no 2º semestre de 2016. Patrícia disse que levaria a questão para ser discutida na Proext.

O último ponto discutido foi a avaliação do evento e foi solicitado a plateia que sugerisse o que seria mantido ou modificado. Kelma se posicionou criticando a variedade dos assuntos apresentados, o tempo disponibilizado e o atraso da programação e sugeriu que fosse incluída uma vivência turística. Patrícia ponderou que essa vivência havia sido planejada, mas teve de ser substituída para garantir a realização dos

minicursos e que os temas foram propostos no II Encontro em Acaraú, apesar de ela também concordar que houve uma grande variação, o que poderia gerar uma dificuldade de aprofundamento.

Diná, docente do IFCE de Canindé, sugeriu que fossem enxugadas as temáticas e que fosse uma mesa de debates por turno. Falou ainda em manter os minicursos e as vivências.

Patrícia sugeriu que fosse acrescentado na programação oficial encontros setoriais. Os temas sugeridos pela plenária para o próximo encontro foram: autismo e dificuldades de aprendizagem. Outra sugestão apresentada foi à participação de outras pró-reitorias (PROEN, PROGEP, PROAP).

Sobre o formato do evento, foi apresentada a proposta de serem dois tipos de formato e que em cada semestre fosse de um formato diferente. O primeiro mais teórico e outro com vivências e minicursos. Essa deliberação foi aceita por toda a plenária.

Quanto à quantidade e os dias da semana para a realização do evento ficou deliberado por 08 votos que o evento acontecesse na quarta e quinta-feira. A segunda proposta de ser na segunda-feira até quarta pela manhã teve 05 votos e 03 abstenções.

Patrícia avaliou como positiva a equipe de relatoria e uma articulação com a Progep de um nome para discutir acessibilidade para os servidores (incluir na portaria). Outro encaminhamento foi à discussão com a Proen sobre acessibilidade no projeto político e ROD; também haver estudante e servidor com deferência na portaria; todos os presentes devem socializar as ações realizadas durante o evento com seu gestor, RH e diretor do *campus*.

Sobre a logística, foram sugeridos articular pessoas para audiodescrição e também orientar que as pessoas com deficiência tenham responsáveis para acompanhá-las no dia a dia do evento, pois a equipe de organização não tem como dar conta dessa demanda.

Sobre o tema a ser sugerido para o próximo evento, além dos já mencionados pela Kelma, foi dito que tais sugestões já constam na ficha de avaliação.

Para finalizar Aline fez agradecimento e elogiou toda a equipe de Canindé, inclusive os/as estudantes envolvidos/as na organização. Diná fez o agradecimento final e Patrícia encerrou as atividades do encontro.

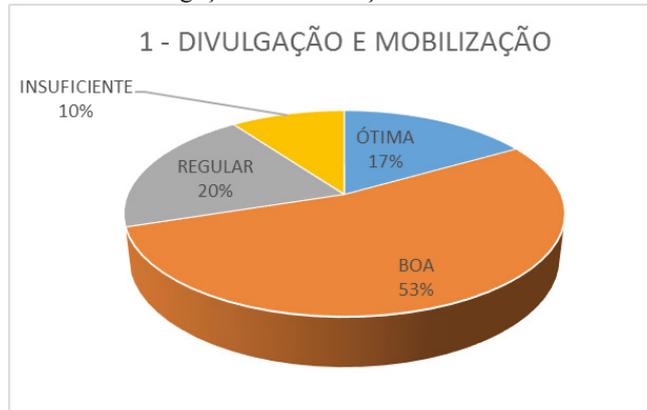
2 AVALIAÇÃO DOS/AS PARTICIPANTES

Responderam à avaliação: 30 participantes que se encontravam no período da tarde do último dia do evento.

A Avaliação do evento foi feita com o intuito de estarmos sempre aprimorando as ações da PROEXT e as da acessibilidade em nossos eventos.

Como podemos observar, 70% dos/as participantes considerou a divulgação como ótima ou boa, levando-nos a acreditar que tivemos grande margem de acerto no processo de mobilização dos/as servidores/as para o evento.

Gráfico 1-Divulgação e Mobilização

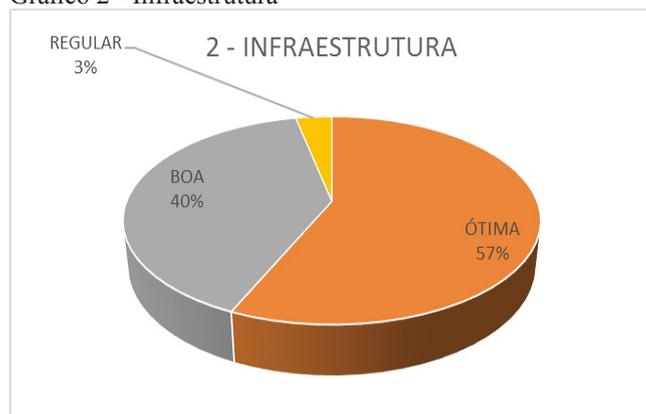


Fonte: elaboração própria, 2016.

Foi apresentada, como sugestão de melhoria, a busca de uma maior divulgação para outros servidores e discentes, sendo ideal que todos os campi estivessem representados. Assim como todas as Pró-reitorias. O que consideramos de extrema relevância, pois após o evento tivemos que fazer explicações aos *campi* não participantes, que poderiam ter sanado suas dúvidas já durante o evento. E também era de suma relevância a integração entre servidores/as de todos os *campi*. Apenas uma pessoa relatou que também falta iniciativa e vontade dos/as servidores para participarem. Um número considerável de servidores (13) disse ter recebido o e-mail sobre o evento com pouco tempo para articular-se para participar.

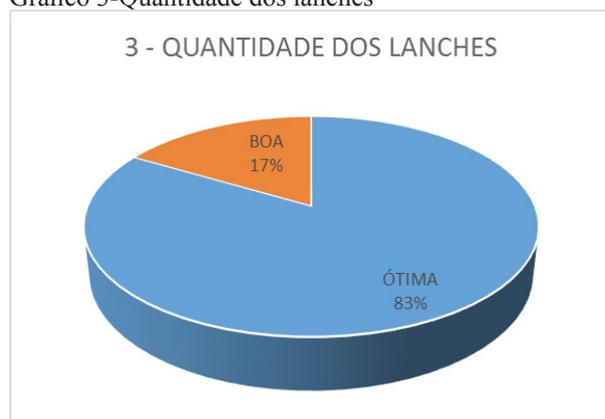
Sobre a infraestrutura ofertada no campus de Canindé, 97% dos/as participantes consideraram ótima (57%) ou boa (40%), o que seguramente foi positivo no processo de realização dos trabalhos. Os comentários foram, em sua maioria, sobre as adequações necessárias no campus, visando adequar-se à quebra de barreiras arquitetônicas para pessoas com deficiência. E outros reclamaram da pouca qualidade do som utilizado no evento e nos mini cursos. No geral, pelo percentual apontado, acreditamos ter garantido as principais necessidades de infraestrutura para pessoas sem deficiência aparente. Vejam gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Infraestrutura



Fonte: elaboração própria, 2016

Gráfico 3-Quantidade dos lanches

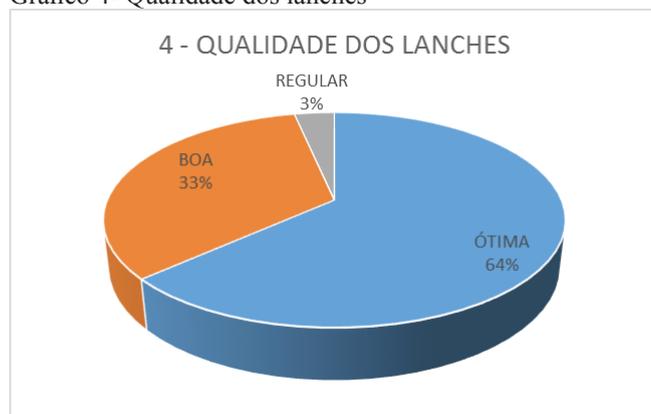


Fonte: elaboração própria, 2016.

Foi colocado, nos comentários, que os lanches foram bem diversificados, nutritivos e ao paladar. Apenas um participante avaliou que a quantidade da tarde, no último dia, foi suficiente.

Já no que se refere à qualidade dos lanches, a maioria (64%) considerou ótima e 33% avaliou como boa. Vejamos a seguir:

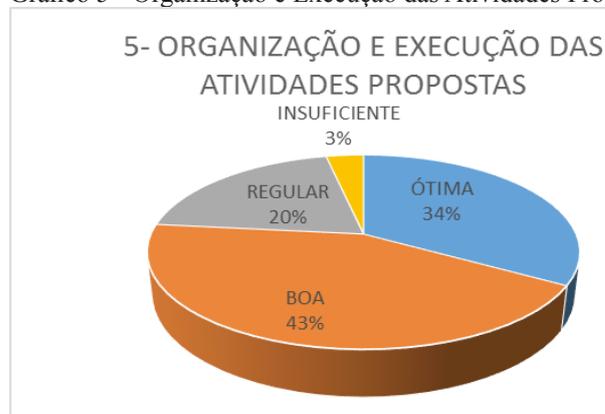
Gráfico 4- Qualidade dos lanches



Fonte: elaboração própria, 2016.

No concernente à organização e execução das atividades, o gráfico revela que 77% considerou ótima ou boa.

Gráfico 5 - Organização e Execução das Atividades Propostas



Fonte: elaboração própria, 2016.

Mas houve alguns comentários de aspectos que precisam ser melhorados como: maior ajuste no cumprimento dos horários das atividades; não colocar programação no terceiro turno, pois torna o evento

muito exaustivo; e buscar garantir maior tempo aos debates.

Sobre o conteúdo das exposições, um percentual bem elevado (77%) considerou ótimo. Destacase como principais comentários: minicursos bem ministrados, utilizando-se de vários recursos e boas metodologias de ensino; temáticas interessantes, com facilitadores/as capacitados/as, mostrando amplo domínio de conteúdo. Ainda foi dito que os debates foram bem instigantes. Foram apontadas algumas críticas: uma pessoa disse que a primeira palestra não supriu suas expectativas e outra reclamou sobre o predomínio de muitas teorias.

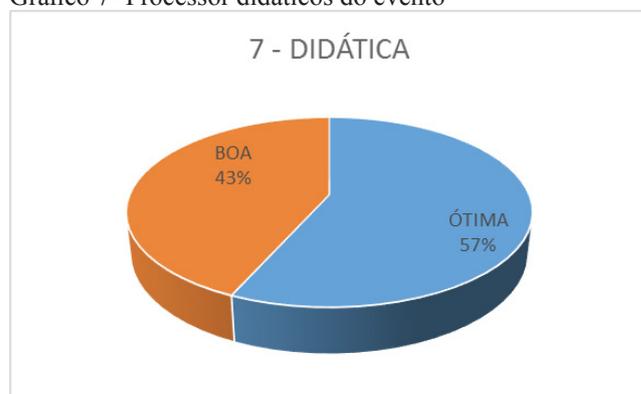
Gráfico 6- Conteúdo das exposições



Fonte: elaboração própria, 2016.

Na pergunta sobre a didática das exposições e trabalhos, não houve nenhum irregular ou insuficiente, como podemos aferir no gráfico abaixo:

Gráfico 7- Processor didáticos do evento



Fonte: elaboração própria, 2016.

Nesse ponto, houve apenas algumas reclamações: os slides das apresentações ficaram distantes do público. Devido à altura do placo do auditório e à projeção do data show ao fundo da parede do auditório. Para pessoas com baixa visão, principalmente, não deve ter sido acessível.

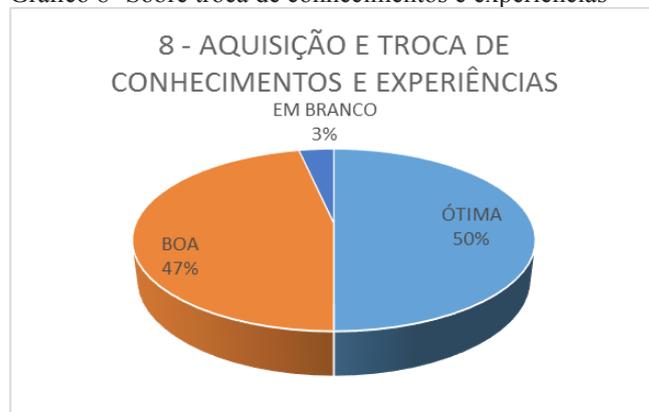
Sobre os processos de apreensão de conhecimentos e trocas de experiências, os/as participantes também fizeram uma boa avaliação. Sendo apresentadas algumas considerações:

- Foi muito bom para saber como a pessoa com deficiência se sente e vive;
- Os professores do campus e de outros poderiam ter falado mais sobre suas práticas de ensino para discentes com deficiência. Foi solicitado mais espaço para a troca de experiências;
- *A melhor parte foram os minicursos;*
- *Temas inovadores no encontro dos Napnes;*

- Um dos pontos que foram mais interessantes foi a integração X inclusão, bem como as táticas de inclusão social dessas pessoas. Achei muito incrível e fenomenal as possibilidades de uso das tecnologias para pessoas com deficiência.

- Poderia ter um momento de grupo com representantes de Napne de cada campus para troca de experiências.

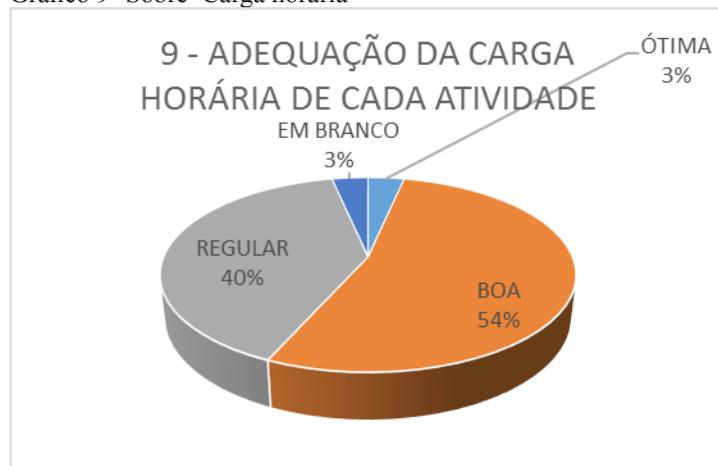
Gráfico 8- Sobre troca de conhecimentos e experiências



Fonte: elaboração própria, 2016.

O ponto mais criticado do evento, de acordo com os/as avaliadores/as participantes, foi o não cumprimento da carga horária proposta. Boa parte avaliou como regular (40%), conforme gráfico abaixo:

Gráfico 9- Sobre Carga horária

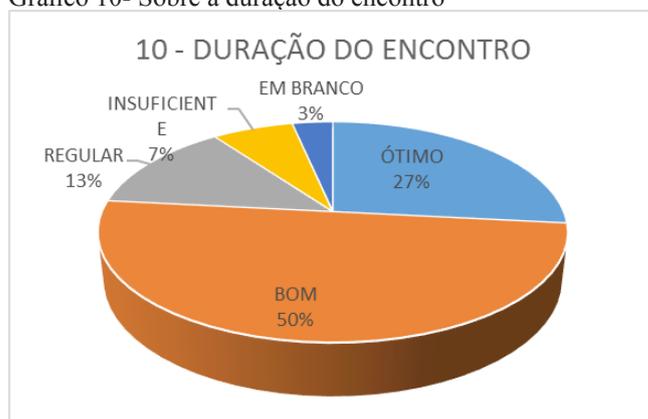


Fonte: elaboração própria, 2016.

As principais observações foram: maior carga horária para minicursos, embora outros tenham dito que a carga horária dos minicursos pudesse ser menor; constantes atrasos na programação, foi outra reclamação, prejudicando o horário de finalização das atividades noturnas, sendo reforçado que a programação ficou limitada a três dias, e cansativa, além do atraso no início das atividades, comprometendo todo o evento.

Já em referência a duração do evento, 77% disse ter sido ótima ou boa, sendo considerado por alguns/as que deveria haver mais dias de encontro, para que o turno da noite pudesse ser utilizado para as leituras individuais dos materiais. Outros/as disseram que, como estão ligados a outras atividades, três dias possibilitou a realização da troca de ideias, e ainda deu tempo para atender a outras ações de seus campi.

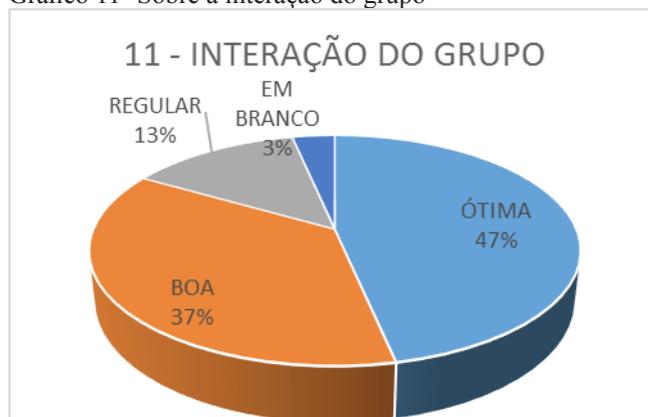
Gráfico 10- Sobre a duração do encontro



Fonte: elaboração própria, 2016.

No que tange à interação do grupo, vejamos os resultados obtidos:

Gráfico 11- Sobre a interação do grupo



Fonte: elaboração própria, 2016.

Podemos, assim, considerar como positivo, já que 47% dos/as respondentes avaliou como ótima, e 37% como boa. Alguns comentários ocorridos nos debates ou em conversas informais foram recorrentes na avaliação, com os participantes afirmando terem sentido falta de uma maior participação dos *campi*, da PROEN, e de um maior número de servidores/as ligados/as ao ensino. Também houve elogios à equipe organizadora, considerada bastante acolhedora e comprometida com o evento. Sugeriram, que haja mais espaços informais para socialização, como o momento do sarau.

Sobre os assuntos abordados no encontro, fica evidente que a maioria (70%) concorda que foram bem claros aos/às participantes.

Gráfico 12- Assuntos tratados no evento

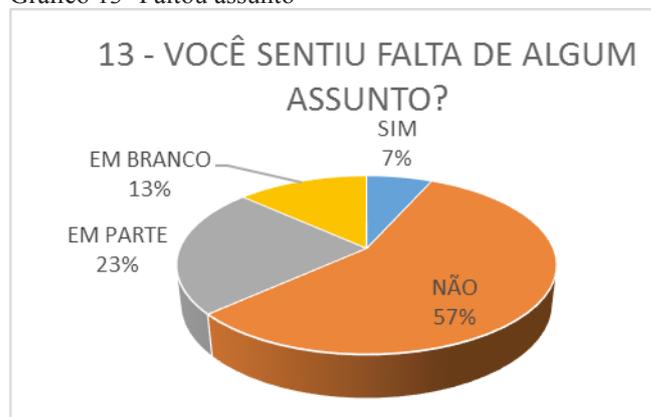


Fonte: elaboração própria, 2016.

Levantaram como sugestões o fornecimento de maiores informações sobre: diagnóstico de transtornos da aprendizagem; métodos de avaliação para pessoas com necessidades específicas; e sobre as atribuições dos Napnes;

Perguntamos, ainda, se os/as participantes sentiram falta de algum assunto, tendo a maioria (57%) informado que não.

Gráfico 13- Faltou assunto



Fonte: elaboração própria, 2016.

Mas outro grupo de participantes sentiu falta de maiores explicações sobre: editais para a extensão, relacionados com inclusão; estratégias metodológicas para professores; consideraram que o tema do TDAH deve ser amadurecido para as próximas edições; e falar mais sobre transtornos globais do desenvolvimento e síndrome de Down e do espectro autista.

Quando questionados/as sobre as potencialidades do evento, apresentaram as seguintes:

- Conhecimento dos outros Napnes; sensibilização e reflexão sobre as propostas intervencionais na ampliação e melhoramento do cuidar e educar o deficiente, o ser com transtornos;
- Multiplicação de ações sobre a temática nas 27 unidades da rede. Integração, alinhamento, informação e instrumentalização dos servidores;
- Todos/as os/as organizadores/as estavam bem envolvidos/as no encontro;
- Possibilidade de trocar olhares e experiências. Trazer o olhar do PNE às questões que envolvem sua vida e as limitações que encontram;
- Importância e diversidade dos temas abordados, dos debates e trocas de conhecimentos vivenciados;
- Diversidade de temas, das atividades, de ações que envolviam alunos, docentes e a comunidade em geral; parcerias com entidades e competência dos convidados.

E, sobre pontos negativos levantados, tivemos:

- O sistema de conexão wi-fi não foi satisfatório para algumas pessoas, os sucos nos coffee breaks eram ruins, porém “davam para beber”;
- Muitas palestras com assuntos muitas vezes já abordados (colocado por uma avaliação apenas);
- Poucas abordagens sobre pessoas com transtornos e onde elas se encaixam, pois são poucos os números de psicólogos no IFCE;
- Dificuldades de recursos da Instituição para a realização do evento;
- Pouca presença de representantes dos Napnese demais servidores;
- Atrasos, e a programação “corrida”, prejudicando as discussões.

Para o evento tornar-se ainda melhor, os/as respondentes sugeriram:

- Diminuição do número de palestras e aumento do tempo de exposição e debate. Mais apresentações

culturais, como sarau, incluindo pessoas com deficiência;

- Contratação de empresa que organize a infraestrutura do evento;
- Reserva de espaço, na programação, para grupos operativos sobre os Napnes dos *campi*;
- Ofertar minicursos em horários diversificados, para oportunizar ao/à participante cursar mais de

um minicurso;

- Ampliar a comunicação com todos/as os/as servidores/as do campus e docentes para que os/as estudantes sejam liberados/as para participar;

- Estimular, ainda mais, os/as docentes para a escuta de relatos. Isso ajudaria no dia a dia da temática nos *campi*;

- Melhorar a divulgação do evento;

- Incluir apresentações de trabalhos científicos de pesquisadores/as e técnicos/as;

- Maior tempo para vivências práticas; duração maior para os próximos minicursos; mais atividades e oficinas;

- Organizar melhor os horários. Diminuir os atrasos;

- Fazer o evento em mais dias. Com mais tempo para debates e troca de ideias. Mantendo a diversidade de temas, focando sempre no papel dos NapneS, metodologias e avaliação.

3 AVALIAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA, CONSIDERAÇÕES FINAIS E AVALIAÇÃO DO *CAMPUS* CANINDÉ NO ATENDIMENTOS ÀS DEMANDAS DO III ENCONTRO DOS NAPNES

3.1- Aspectos discutidos entre comissão central que foram levados para reunião de equipe no *campus* Canindé:

A equipe de organização do evento, ligada a PROEXT, levantou alguns pontos por solicitação da coordenadora geral das atividades de Canindé para que pudesse levar a reunião que aconteceria no seu *campus*, de modo a ajuda-los na avaliação interna. Estes mesmos pontos foram depois discutidos no dia 25 de abril entre representantes da PROEXT e do *campus* Canindé. Assim, abaixo seguem primeiros pontos apresentados ao *campus* Canindé e no ponto 5.2 teremos a avaliação feita entre equipe da PROEXT e representante do *campus*.

3.1.1 Potencialidades do evento e do trabalho desenvolvido pela equipe:

- Amostras culturais (capoeira, sarau, procissão), de extensão e de ações de acessibilidade no *campus*, com destaque para sala de sensações (ação que deveria ser replicada em todos os *campi*) e o projeto de ações corporais na quadra, vivências nos corredores, como oficina de libras;
- Apoio da gestão do *campus*;
- Disponibilidade da Diná - “24 horas” para responder e atender as demandas;
- Ressaltar a colaboração de servidores/as do *campus*: Pacelli, Samara e Thaidis;
- Agilidade e presteza no atendimento de materiais dos minicursos por parte da chefia de gabinete;
- Gentileza e presteza no atendimento dos motoristas;
- Participação dos/as discentes do *campus* na organização do evento- devem receber certificação de apoio à organização, ressaltar apoio;
- Espaços sempre limpos e organizados;
- Pontualidade da empresa que serviu os lanches;
- Funcionamento do elevador;
- Garantia de ônibus todos os dias para fazer traslado dos/as servidores/as e retorno para Fortaleza;
- Existência de cadeira de rodas no *campus* para servidores/as com baixa mobilidade;
- Indicação do hotel (contudo, ruim para pessoas com mobilidade reduzida e/ou com deficiência);
- Infraestrutura e equipamentos adequados para a realização das atividades.

3.1.2 Pontos a serem melhorados:

- Acessibilidade arquitetônica do *campus*:

1. Auditório – falta rampa ou plataforma elevatória para subir (em ambiente interno); cadeiras- organizar espaços para cadeirantes sem precisar retirar cadeiras na hora. Falta cadeiras para pessoas obesas;
2. Banheiro próximo ao auditório - colocar barras ao redor da pia, retirar batente na entrada, retirar arte de vidro (parede) - para facilitar a entrada da cadeira de roda.

3.1. 3 Outros aspectos:

3. Faltou dividir melhor as tarefas com os/as discentes/ dar “comandos” para serem seguidos;
4. Faltou a sala “VIP” para palestrantes, comissão organizadora, e motoristas que chegavam para evitar cortar filas na hora do lanches;

5. Faltou mesas e cadeiras para participantes lancharem;
6. Eventos paralelos concorrendo, que poderiam ter sido integrados;
7. Entrega de brindes sem terem sido feitos os pacotes/ brindes não entregues logo após o término mesa;
8. Na noite de quinta-feira poderia ter sido lembrado que os /as participantes usassem roupas adequadas a prática de esporte que aconteceria na sexta-feira pela manhã;
9. Fichas de lanches deviam ser entregues no auditório para participantes do evento, pois os não participantes do evento estavam lanchando antes dos/as participantes.
10. Pouca participação de docentes e técnicos do *campus* sedizador do evento nas atividades;
11. Sala reservada para minicursos ter sido usada para aula normal;
12. Palestra noturna pensada para turma da noite não teve objetivo alcançado que era ter maior participação de estudantes e docentes do referido turno.
- 13- Na manhã de quarta-feira faltou água para beber;
14. Faltou apoio de servidor e/ou estudante no audiovisual;
15. A não participação do Dione-estudante na mesa redonda;
16. Instruir a copeira (que servia água e café) a como servir em palestras, devendo ser fornecidos a ela os instrumentos de trabalhos necessários (bandeja duras, copos de vidros);
17. Sugestão: Oferecer café e sucos sem açúcar, com a opção de açúcar e adoçante a parte, pois as bebidas estavam muito doces e existem pessoas que não gostam ou não podem ingerir açúcar.

3.2 Avaliação equipe da PROEXT (envolvida na organização do evento) e representante do campus de Canindé.

Iniciamos falando sobre os pontos expostos acima e a professora Diná (representante do campus de Canindé) colocou que também sentiu falta da equipe da Pró-reitoria ter feito junto com ela um *checklist* diário das pendências. Houve uma concordância com relação a isso, mas foi colocado que às vezes os membros da PROEXT tão ficam tão à vontade para tomar iniciativas dentro de um campus.

Também falou-se que a coordenação estava na expectativa de ter cerimonialista no evento e Diná falou que estava tudo certo, mas em nem todos os momentos isso foi possível. Acreditamos que talvez as mesmas comissões organizadas em âmbito geral, de comissão técnica de acessibilidade devessem ter sido criadas no campus Canindé também, podendo ter havido uma melhor divisão de tarefas entre servidores/as e discentes do campus. Um ponto bastante positivo para a riqueza de detalhes trazidas neste relatório foi o funcionamento da equipe de relatoria (composta por representantes da Comissão Técnica de Acessibilidade e por alguns servidores/as dos campi de Morada Nova e Tauá). Um aspecto negativo desse processo foi o não cumprimento dos prazos por alguns/mas relatores/as no envio de seus relatos para compilação geral, levando por conseguinte a um atraso também na conclusão do relatório. Entendemos as razões dos/as relatores e pensamos que devemos ter mais pessoas envolvidas nos próximos eventos para democratizar melhor a divisão de tarefas entre servidores/as.

Avaliou-se com negativa a não participação de amis campi e que às vezes os eventos têm sido com pessoas e grupos já sensíveis às causas das pessoas com deficiência, sendo necessário pensar novas estratégias para atingir ao público que ainda resiste em desenvolver ações inclusivas.

Outro ponto, bastante levantando pelos/as participantes do evento, como negativo foram os atrasos entre uma atividade e outra. A comissão organizadora concorda, mas avaliou também que algumas vezes os atrasos davam-se em decorrência dos participantes não estarem na hora e também de terem necessidade de

A equipe avaliou que os/as palestrantes foram, em sua maioria, excelentes, superando as expectativas, apresentando como negativo o fato de não termos podido garantir a valorização devida a esses/as profissionais, os /as quais acabaram indo muito mais por boa vontade e por acreditarem no trabalho da educação inclusiva. Também considerou-se como importante e positivo as parcerias que foram firmadas e as possibilidades de articulações futuras com a CHESF, ICES e CREAECI.

Como aspecto negativo foi levantado, ainda, o fato de nem todos/as interpretes de libras terem ido (faltaram dois) e uma saiu mais cedo no último dia, o que deixou o Guilherme (interprete de Libras da PROEXT) sobrecarregado com os trabalhos. Ademais disso, tivemos outra falhas na acessibilidade: na parte arquitetônica do campus e não termos preparado equipe para fazer audiodescrição para pessoas cegas, por sorte havia alguns pessoas na equipe que tinham um conhecimento básico de audiodescrição e tentou colaborar nesse processo.

Ainda nos pontos desafiadores apontamos a questão da equipe de organização ter que ficar realizando todo monitoramento dos carros que levavam e traziam palestrantes (Canindé-Fortaleza/Fortaleza-Canindé), acreditamos que esse trabalho devesse ficar a cargo do setor de transporte da reitoria e do campus (quando for o caso). Isso minimizará o trabalho da comissão organizadora que também precisa participar do evento.

O grupo da organização geral concordou com as avaliações dos/as participantes sobre ter-se uma temática por turno e não se adentrar pelo turno da noite. Assim, podemos ter maior qualificação na formação e no debate sobre temas específicos.

Vale ressaltar que todos os pontos levantados na avaliação são de cunho construtivo na perspectiva de sempre aprimorarmos nossas ações e facilitar o trabalho das comissões organizadoras seguintes e do próximo campus que sediará o evento, o qual já poderá tentar ajustar as falhas ocorridas e dar continuidade aos aspectos positivos apontados. Acreditamos que de um modo geral as discussões do evento contribuíram significativamente para fortalecer as ações dos Napnes, bem como para a implantação de novos Núcleos. Outrossim, integrou ainda mais a equipe de trabalho.

4 GALERIA DE IMAGENS

Foto 1 - Abadá - Capoeira



Fonte: Patrícia Freitas

Foto 2 - Apresentação do grupo de capoeira



Fonte: Patrícia Freitas

Foto 3 - Participantes do Evento na apresentação Cultural



Fonte: Eugênio Pacelli, 2016

Foto 4 - Momento do credenciamento



Fonte: Patrícia Freitas

Foto 5 - Tradução de Palestra em Libras



Fonte: Patrícia Freitas

Foto 6 - Tradução da Palestra para Libras



Fonte: Patrícia Freitas

Foto 7 - Conhecendo recursos de avaliação



Fonte: Patrícia Freitas

Foto 8 - Professor ministrando o curso



Fonte: Lilian Coelho

Foto 9 - Professor entregando material sorteado no curso



Fonte: Lilian Coelho

Foto 10 - Professor entregando material sorteado no curso



Fonte: Lilian Coelho

Foto 11 - Facilitador com participantes da Comissão do IFCE no evento



Fonte: Lilian Coelho

Foto 12 - Ambiente do Scratch instalado no computador de um cursista



Fonte: Carmen Laënia

Foto 13 - Chegada dos alunos de Telecomunicações



Fonte: Carmen Laënia

Foto 14 - Oficina de práticas educativas para pessoas com



Fonte: Hellenvivan de Alcântara

Foto 15 - Participantes vivenciando momentos práticos



Fonte: Hellenvivan de Alcântara

Foto 16 - Declamação de poesias.



Fonte: Hellenvivan de Alcântara

Foto 17 - Declamação de poesias



Fonte: Hellenvivan de Alcântara

Foto 18 - Professor Eder falando sobre o livro



Fonte: Patrícia Freitas

Foto 19 - Momento do Sarau



Fonte: Hellenvivan de Alcântara

Foto 20 - Participantes vivenciam práticas esportivas como se fossem pessoas com deficiência



Fonte: Hellenvivan de Alcântara

Foto 21 - Participantes vivenciam práticas esportivas como se fossem pessoas com deficiência



Fonte: Hellenvivan de Alcântara

Foto 22 - Participantes vivenciam práticas esportivas como se fossem pessoas com deficiência



Fonte: Hellenvivan de Alcântara

Foto 23 - Aprendizagem e integração nos minicursos



Fonte: Hellenvivan de Alcântara

Foto 25 - Minicurso: múltiplas deficiências



Fonte: Hellenvivan de Alcântara

Foto 27 - Relatorias – por Natália Parente (campus de Morada Nova)



Fonte: Hellenvivan de Alcântara

Foto 29 - Relatorias –Rafaela Sampaio (campus Itapipoca)



Fonte: Patrícia Freitas

Foto 24 - Momentos de poesia



Fonte: Hellenvivan de Alcântara

Foto 26 - Relatorias - por Natália Parente (campus de Quixadá)



Fonte: Hellenvivan de Alcântara

Foto 28 - Relatorias – Júlia Mota (campus de Tauá)



Fonte: Hellenvivan de Alcântara

Foto 30 - Fortalecendo vínculos de amizade e trabalho no Sarau



Fonte: Patrícia Freitas

Foto 31 - Amostra da cultura local



Fonte: Hellenvivan de Alcântara

Foto 32 - Amostra da cultura local



Fonte: Hellenvivan de Alcântara

Foto 33 - Plenária no primeiro dia



Fonte: Patrícia Freitas

Foto 34 - Momentos no ônibus



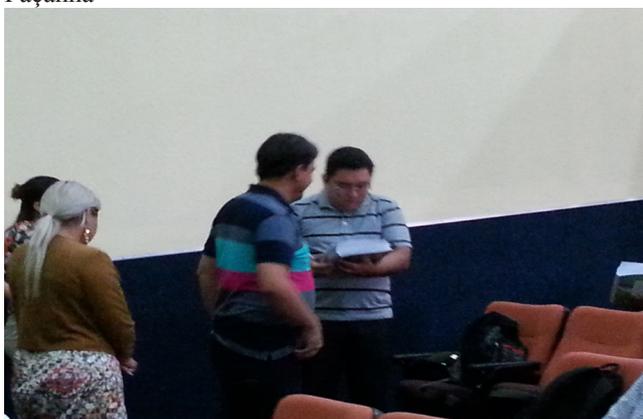
Fonte: Patrícia Freitas

Foto 35 - Momentos no ônibus



Fonte: Patrícia Freitas

Foto 36 - Entrega da Lei Brasileira de Inclusão por Agebson Façanha



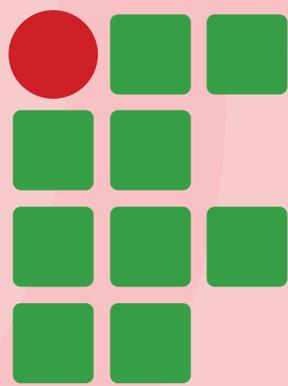
Fonte: Patrícia Freitas

Foto 37 - Plenário do Evento



Fonte: Patrícia Freitas

Vamos incluir e não apenas integrar...



**INSTITUTO
FEDERAL**
Ceará